

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

LUCIANA MENDONÇA DA SILVA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES: um
estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do
Maranhão no Município de Alcântara

São Luís

2019

LUCIANA MENDONÇA DA SILVA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES: um
estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do
Maranhão no Município de Alcântara

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT), Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho

São Luís

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

SILVA, Luciana Mendonça da.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES

: um estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão no Município de Alcântara / Luciana Mendonça da SILVA. - 2019.

141 f.

Orientador(a): Conceição de Maria Belfort de Carvalho.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2019.

1. Educação Patrimonial. 2. Formação Docente. 3. Patrimônio Cultural. 4. Práticas Docentes. 5. Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão (PROFEPMA). I. Carvalho, Conceição de Maria Belfort de. II. Título.

LUCIANA MENDONÇA DA SILVA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES: um estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão no Município de Alcântara

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT), Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Cultura e Sociedade.

Aprovada em: **15 / 01 / 2019**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Klautenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Elen de Fátima Lago Barros Costa

Doutora em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e amigos verdadeiros com todo o meu carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus por cuidar sempre tão bem de mim e permitir que meus projetos se realizem, o mestrado era um deles.

A Nossa Senhora por ser minha mãe espiritual que zela por mim, passa na frente e abre portas onde janelas se fecham.

A minha família, especialmente meus pais e irmãos, por sempre me apoiarem e me darem o suporte necessário pra chegar até aqui. São o meu sustento, razão de minha existência.

Aos amigos que Deus traz pra minha vida, que são tão especiais e me fazem um bem enorme, sonhando junto comigo e dizendo sempre: vai lá, você consegue!!!

Desses amigos eu queria agradecer em especial a Jacira dos Anjos Lima por ser essa segunda mãe pra mim, sempre com as palavras certas para cada momento, uma incentivadora em potencial dos meus sonhos, que esteve comigo, dando muita força, durante todo o mestrado.

A Vanda Maria Mendes Freire, minha colega de trabalho, que me incentivou e me orientou a fazer o processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT).

Aos amigos espirituais por todo auxílio e por estarem sempre por perto cuidando de mim, entre eles Seu Guanaré, Seu Maneco, Seu Pedreiras, Dona Joana, Dona Mariana, Yemanjá, Cláudio Rossano... ah são tantos! Agradeço de coração a todos.

À amiga linda que eu ganhei do PGCULT, Natália de Andrade Fernandes, aquela com quem partilhava, quase diariamente, todas as dificuldades desta caminhada, mas também com quem partilhava cada conquista alcançada, companheira de muitos momentos de escrita e de viagem (Tourism & Management Studies International Conference – TMS ALGARVE 2018), parceria pra vida.

A minha turma do PGCULT (2017) por ser formada de pessoas de fibra e de luta que eu aprendi a admirar e foi com eles que estive boa parte dos dias nesses dois anos de formação.

A toda a equipe do PGCULT, que eu guardarei para sempre em meu coração, por todos os conhecimentos adquiridos, experiências marcantes vividas e incentivos.

A minha orientadora, professora Conceição de Maria Belfort de Carvalho, por ter aceitado o meu projeto e ter dedicado o seu tempo para me orientar, ao longo desses dois anos, possibilitando que essa pesquisa se concretizasse.

À professora Klautenys Dellene Guedes Cutrim e à professora Elen de Fátima Lago Barros Costa por terem aceitado, com tanta prontidão, o convite para participarem da banca de defesa deste trabalho e por contribuírem para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao atual coordenador do PGCULT, professor João Batista Bottentuit Junior, por todo o incentivo ao longo deste curso.

Ao Maurício José Morais Costa pela paciência, cuidado e competência para normalizar este trabalho.

A minha equipe de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA - Campus Alcântara), representada na figura do Diretor, Edalton dos Reis Silva, e da Chefa do Departamento de Ensino, Márcia Andréa Araujo Soares. Muito obrigada por compreenderem minhas ausências e me apoiarem.

Aos segmentos entrevistados por terem doado um pouco do seu tempo e terem contribuído para este trabalho.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram a fim de que esta pesquisa pudesse ser concluída.

É tanto amor e gratidão que não cabem aqui.

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.

(Paulo Freire)

RESUMO

A educação patrimonial é um processo imprescindível que conduz à preservação do patrimônio cultural, por isso faz-se necessária a formação docente no intuito de preparar os professores para o desenvolvimento de práticas de ensino referentes às questões patrimoniais. Assim, esta pesquisa visou investigar os impactos do Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão (PROFEPMA) nas práticas docentes voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara. Para tanto, inicialmente, foi realizado um estudo teórico acerca do desenvolvimento do conceito de patrimônio num contexto histórico, político e social, bem como sobre as leis que amparam a sua proteção e ainda acerca das relações existentes entre cultura, identidade, patrimônio cultural e educação patrimonial. Algumas experiências, realizadas no Brasil, envolvendo a educação patrimonial, também foram citadas. Posteriormente, buscou-se um entendimento acerca das práticas de ensino e suas influências sobre a educação patrimonial, dando um enfoque para a formação docente. Em seguida, descreveu-se Alcântara e seu patrimônio cultural, assim como as fases de planejamento, organização, implantação, monitoramento e avaliação do PROFEPMA a fim de dar subsídios para a compressão acerca da metodologia de pesquisa escolhida. Esta se classifica em bibliográfica, documental e de campo quanto aos meios, exploratória e descritiva quanto aos fins, na perspectiva de Vergara (2013) e ainda em qualitativa quanto à abordagem, na perspectiva de Godoy (1995), utilizando-se a análise de conteúdos, proposta por Bardin (2011) para analisar as falas dos sujeitos entrevistados. Os mesmos correspondem a Professores Qualificados, Professores Formadores, Tutores e membros da Equipe Técnico-pedagógica do PROFEPMA, escolhidos pelos métodos de amostra por acessibilidade (VERGARA, 2013) e por saturação (MORSE, 2000 *apud* GIL, 2016). Dessa forma, este trabalho torna-se relevante, uma vez que traz contribuições, tanto teóricas quanto práticas, para o planejamento e a implantação de programas de formação continuada docente voltados para a educação patrimonial e a consequente preservação do patrimônio cultural. Para isso, são deixados registros, contendo os benefícios e as dificuldades encontrados quando da realização do PROFEPMA. Percebeu-se que, embora com alguns entraves, por meio do PROFEPMA foi possível trazer conhecimentos sobre o patrimônio cultural de Alcântara para professores e alunos da Rede Municipal de Educação, despertando nestes um sentimento de pertencimento e de zelo por esse patrimônio. Porém, a não continuidade deste programa fez com que as práticas de ensino de muitos professores não mais focassem esta tão rica temática, prejudicando assim o processo de preservação do patrimônio local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Formação Docente. Práticas Docentes. Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão (PROFEPMA).

ABSTRACT

Patrimonial education is an essential process that leads to the preservation of cultural heritage; therefore, it is necessary to prepare instructors for the development of educational practices related to patrimonial issues. Thus, this research aimed to investigate the impacts PROFEPMA in teaching practices aimed at preserving the cultural heritage of Alcântara. Thus, this research aimed to investigate the impacts of the PROFEPMA in teaching practices focused on the preservation of the cultural heritage of Alcântara. Firstly, the referred student performed a theoretical study on the development of the concept of heritage in a social historical, political and social context, jointly with the laws that protect it and the relations between culture, identity, cultural heritage and patrimonial education. Some experiences in Brazil involving patrimonial education were also reported. Secondly, the student deepened on the educational practices and its influences on the patrimonial education focused on the preparing of instructors. Finally, Alcântara and its cultural heritage were described, as well as the planning, organization, implementation and evaluation phases of the PROFEPMA to provide support for the comprehension of the chosen research methodology. This research is classified in bibliographical, documentary and field in terms of the means, exploratory and descriptive in terms of the ends, from Vergara's perspective (2013) and qualitative from Godoy's (1995) perspective in terms of the approach, and using Bardin's (2011) proposal of content analysis to interpret the speeches of the interviewed subjects. They correspond to Qualified Teachers, Teachers Trainers, Tutors and members of the Technical-Pedagogical Team of PROFEPMA, chosen by the methods of sample by accessibility (VERGARA, 2013) and by saturation (MORSE, 2000 *apud* GIL, 2016). Thus, this dissertation becomes relevant since it contributes theoretically and practically to the planning and implementation of continuing educational programs of instructors focused on patrimonial education and the consequent preservation of cultural heritage. Benefits and difficulties encountered when performing the PROFEPMA were recorded. Although some obstacles, one can conclude through the PROFEPMA that it was possible to give knowledge about Alcântara's cultural heritage to the instructors and students of the Municipal Educational Schools, arousing a sense of belonging and zeal for their heritage. However, the non-continuity of this program meant the educational practices of teachers no longer were focused on this very rich theme, thus undermining the process of preserving local heritage.

Keywords: Cultural Heritage. Patrimonial Education. Instructor Training. Teaching Practices. Continuing Educational Program in Patrimonial Education in State of Maranhão (PROFEPMA).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores de inclusão e exclusão da pesquisa de dissertações sobre a educação patrimonial no Brasil	34
Quadro 2 - Caracterização das docentes formadas pelo PROFEPMA.....	70
Quadro 3 - Categorias e subcategorias da percepção do docente formado acerca do PROFEPMA	73
Quadro 4 - Categoria recurso didático e subcategoria livro didático com respostas equivalentes na concepção do docente formado.....	73
Quadro 5 - Categoria conteúdos significativos e subcategorias aspectos culturais, identidade, identificação e preservação do patrimônio com respostas equivalentes na concepção do docente formado.....	75
Quadro 6 - Categoria metodologias de ensino-aprendizagem e subcategoria diversificadas com respostas equivalentes na concepção do docente formado	77
Quadro 7 - Categoria estratégias de avaliação e subcategoria alunos das escolas com respostas equivalentes na concepção do docente formado.....	79
Quadro 8 - Categoria estratégias de avaliação e subcategoria professores em formação com respostas equivalentes na concepção do docente formado	80
Quadro 9 - Categoria avaliação do PROFEPMA e subcategoria geração de conhecimentos com respostas equivalentes na concepção do docente formado	81
Quadro 10 - Categoria avaliação do PROFEPMA e subcategoria questões políticas com respostas equivalentes na concepção do docente formado	83
Quadro 11 - Categorias e subcategorias da percepção docente formador acerca do PROFEPMA	88
Quadro 12 - Categoria planejamento e subcategoria plano de aula com respostas equivalentes na concepção do docente formador	88
Quadro 13 - Categoria conteúdo principal e subcategoria educação patrimonial com respostas equivalentes na concepção do docente formador	89
Quadro 14 - Categoria metodologias de ensino-aprendizagem e subcategoria diversificadas com respostas equivalentes na concepção do docente formador.....	90
Quadro 15 - Categorias avaliação e subcategoria professores em formação com respostas equivalentes na concepção do docente formador	90
Quadro 16 - Categoria avaliação e subcategoria PROFEPMA com respostas equivalentes na concepção do docente formador	91

Quadro 17 - Categoria tutoria e subcategoria atribuições com respostas equivalentes na concepção do tutor.....	94
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das dissertações no intervalo de tempo pesquisado	35
Tabela 2 - Distribuição das dissertações por universidade	36
Tabela 3 - Distribuição das dissertações por mestrado.....	36
Tabela 4 - Distribuição das dissertações por área de conhecimento	37
Tabela 5 - Distribuição das dissertações por base de dados	37
Tabela 6 - Distribuição das dissertações conforme o tipo de estudo	37
Tabela 7 - Distribuição das dissertações conforme o instrumento de pesquisa utilizado.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	- Alcântara <i>Cyclone Space</i>
BDBT	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	- Constituição Federal
CIAM	- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CLA	- Centro de Lançamento de Alcântara
CNRC	- Centro Nacional de Referência Cultural
GEDUC	- Gerência de Educação Patrimonial e Projetos
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMA	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério de Educação
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PROFEPMA	- Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão
RCAAP	- Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RSL	- Revisão Sistemática de Literatura
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	21
2.1 Patrimônio e políticas públicas de preservação	21
2.2 Educação patrimonial: relações entre cultura, identidade e patrimônio cultural	28
2.3 Educação patrimonial no Brasil: algumas experiências	33
3 PRÁTICAS DOCENTES E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ENFOQUE PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR	40
3.1 A influência da organização da gestão escolar e de seu currículo nas práticas docentes	40
3.2 Transversalidade e interdisciplinaridade na educação patrimonial	43
3.3 Formação docente e educação patrimonial	46
4 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO ESTADO DO MARANHÃO NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA - PROFEPMA	52
4.1 Alcântara e o PROFEPMA	52
4.2 O PROFEPMA e suas etapas de desenvolvimento	55
4.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa	62
4.3.1 Descrição do tipo de pesquisa	62
4.3.2 Caracterização dos participantes da pesquisa	65
4.3.3 Instrumento de coleta de dados e amostragem	67
4.3.4 Metodologia de análise de dados.....	69
<i>4.3.4.1 Percepção dos docentes formados</i>	70
<i>4.3.4.2 Percepção dos docentes formadores</i>	85
<i>4.3.4.3 Percepção dos docentes-tutores</i>	92
<i>4.3.4.4 Percepção da equipe técnico-pedagógica</i>	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS DOCENTES FORMADOS	118
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS DOCENTES FORMADORES	119
APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS DOCENTES-TUTORES	120
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA	121

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS DOCENTES FORMADOS	122
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS DOCENTES FORMADORES	124
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS DOCENTES-TUTORES	126
APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO À EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA	128
ANEXO A – DISSERTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ANALISADAS	131
ANEXO B – EDITAL DE SELEÇÃO DE TUTORES DO PROFEPMA	132
ANEXO C – ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DO PROFEPMA	134
ANEXO D – FREQUÊNCIA DE PROFESSORES DO PROFEPMA	135
ANEXO E – MODELO DE PLANEJAMENTO DAS AULAS REALIZADO DURANTE O PROFEPMA	136
ANEXO F – QUANTITATIVO DE PROFESSORES CERTIFICADOS POR ANO DURANTE O PROFEPMA	137
ANEXO G – MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO DURANTE AS FORMAÇÕES CONTINUADAS	138
ANEXO H – CRONOGRAMA DE VISITAS TÉCNICAS DOS TUTORES ÀS ESCOLAS DURANTE O PROFEPMA	139
ANEXO I – MODELO DE RELATÓRIO DO TUTOR	140

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da inquietação em desvendar como o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão (PROFEPMA), pôde influenciar nas práticas docentes voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara. Tal inquietação surge a partir do momento em que a pesquisadora começa a trabalhar em uma instituição pública de educação da referida cidade. O desejo por realizar este estudo origina-se do seu encantamento com a riqueza cultural de Alcântara e de como esta cultura pode ser preservada, de como a educação patrimonial pode auxiliar nesse processo. A pesquisadora atua há mais de dez anos em diversos contextos educacionais e acredita ser a educação responsável pela formação do cidadão e pelo desenvolvimento sustentável da sociedade.

Para que essa educação aconteça de forma exitosa, faz-se necessário capacitar os professores continuamente a fim de que os mesmos tenham suas práticas desenvolvidas ao longo de suas carreiras, contribuindo, assim, para uma aprendizagem significativa de seus alunos. Por isso, a importância que deve ser dada a programas como o PROFEPMA.

Este programa originou o I projeto de extensão Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara, o primeiro a ser desenvolvido no Brasil, com a duração contínua de quatro anos, na perspectiva de contribuir com a construção e/ou fortalecimento de valores e sentimentos como valorização e preservação do patrimônio cultural local, desenvolvimento da identidade e do pertencimento do povo alcantarense em relação ao espaço a que pertence e a sua cultura (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010).

Desse modo, os professores em formação deveriam trabalhar conteúdos relacionados à educação patrimonial com seus alunos do Ensino Fundamental II, das escolas municipais de Alcântara, e todos aprenderiam a valorizar e preservar o patrimônio cultural da cidade. A intenção era fazer com que essa experiência fosse expandida pra outras cidades históricas e que servisse de referência para a execução de outros projetos da mesma natureza.

Assim, atribui-se valor ao PROFEPMA e para melhor compreensão deste programa, fez-se importante, num primeiro momento, entender o conceito de patrimônio. Este conceito sofreu mudanças ao longo do tempo, influenciadas por uma trajetória de complexas relações históricas, econômicas e sociais que contribuíram para alterações também no que concernem às políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e influenciaram no desdobramento de ações voltadas para a educação patrimonial e formação docente. Essas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural são diversas, por isso não foi possível

citar e detalhar todas neste trabalho. As atividades de educação patrimonial, foco desta pesquisa, podem ser compreendidas como parte das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Segundo Carvalho (2009), os discursos que envolvem a genealogia do termo patrimônio e a preservação da memória cultural ocorreram em momentos históricos diversos, entre eles, destaca-se o iluminismo, no século XVIII, como um dos momentos mais importantes da modernidade caracterizado pela fragmentação do sujeito. Esta fragmentação levou o mesmo à busca de sua identidade. A identidade pode ser resgatada a partir do patrimônio cultural, fazendo-se importante preservá-lo a fim de que se conserve a memória viva contida nele, permitindo aos sujeitos entenderem as suas raízes e valorizarem as suas tradições.

Nesse contexto, a educação patrimonial deve ser considerada como um processo primordial, uma vez que leva o aprendiz a melhor compreensão do meio onde vive a partir de aspectos sócio-político-culturais, possibilitando ao mesmo o despertar de um sentimento de pertencimento da história e de resgate da sua identidade a partir do patrimônio cultural. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) consideram que a educação patrimonial leva o indivíduo não só à compreensão do universo sociocultural onde está inserido, como à valorização da multiplicidade cultural brasileira.

A multiplicidade cultural de Alcântara, formada a partir de um longo período de colonização pelo qual passou, especialmente nos séculos XVII e XVIII, sofrendo influências de europeus e africanos trazidos escravizados, fez dela uma cidade constituída de diversos e variados elementos culturais, sejam eles de caráter material ou imaterial, o que merece ser estudado, conhecido e valorizado não só por seus moradores, mas por aqueles que por lá passam. Assim, a cidade aglutina uma riqueza histórico-cultural contida em seus casarões de estilo colonial, em sua belíssima paisagem natural, em momentos festivos como a Festa do Divino Espírito Santo e numa culinária de deixar qualquer um de água na boca (IPHAN, 2018a).

Portanto, é um patrimônio que não pode ser esquecido e precisa tornar-se conhecido a fim de que se dê a sua devida importância e se busque a sua preservação. Nessa perspectiva, não há uma via melhor do que a educação para tal. Logo, não foi por acaso que se pensou nessa cidade para sediar um programa de formação continuada docente voltado para a educação e preservação patrimonial.

A educação pensada nesse sentido ganha importante significado quando realizada em cidades de riqueza e diversidade cultural expressivas, aspecto este predominante no Brasil. Dessa forma, a cidade de Alcântara, rica por seu patrimônio cultural, legado de sua formação histórica, foi escolhida para o desenvolvimento do PROFEPMA, objeto de estudo desta pesquisa. Este programa foi desenvolvido entre os anos de 2010 e 2014, no município de

Alcântara, através de um convênio estabelecido entre Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo o apoio da Prefeitura Municipal de Alcântara e *Cyclone Space* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010).

O IPHAN foi a instituição idealizadora do programa e, nesse sentido, já vinha realizando ações em Alcântara, desde 2007, através do projeto Educação Patrimonial nas Salas de Aula de Alcântara; A UFMA foi a instituição parceira responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação do programa, dando o suporte pedagógico necessário; A Prefeitura Municipal de Alcântara via Secretaria Municipal de Educação (SEMED) ficou responsável pelo suporte logístico para que o programa acontecesse e a empresa Alcântara *Cyclone Space* ficou com a atribuição de reproduzir os livros da coletânea “Patrimônio Contado: Alcântara, Patrimônio e Educação” que seriam utilizados pelos professores em formação e por seus alunos das escolas municipais, durante os quatro anos de duração do programa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010).

Alcântara *Cyclone Space* (ACS) trata-se de uma empresa binacional, fruto de uma parceria estabelecida entre Brasil e Ucrânia, iniciada em 2006, com o objetivo de lançar satélites no espaço por meio do foguete modelo *Cyclone4* a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Essa parceria começa a ser rompida em 2015, pelo governo brasileiro, com a justificativa de que os lucros com o projeto não foram alcançados conforme o esperado (ARAYA, 2015).

Então, o objetivo principal da pesquisa consistiu em investigar os impactos do Programa de Formação Continuada para Educação Patrimonial no Estado do Maranhão (PROFEPMA) nas práticas docentes voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara. Para o alcance do objetivo principal, tendo como norte os objetivos específicos construídos, a pesquisadora pretendeu: realizar um estudo sistemático acerca dos pressupostos teóricos sobre Preservação do Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial; identificar o patrimônio cultural de Alcântara como objeto de estudo da educação patrimonial local; caracterizar as fases de planejamento, organização, implantação, monitoramento e avaliação do PROFEPMA em Alcântara; mapear o quantitativo de professores cursistas que participaram do PROFEPMA em Alcântara; e verificar como os conteúdos da formação continuada influenciaram nas práticas docentes locais.

Para tanto, após a introdução, tem-se o segundo capítulo, trazendo um entendimento acerca das concepções sobre patrimônio, permeadas por contradições históricas, econômicas, políticas e culturais, além de como se delinearam as políticas públicas de preservação do mesmo

e qual a relação desse contexto com a educação patrimonial. Além disso, discorre-se sobre a relação entre educação patrimonial, cultura e identidade, mostrando que os significados culturais contidos no patrimônio são constituintes da identidade e da memória de um povo o que pode ser compreendido através do processo de educação patrimonial. E ainda são apresentados alguns relatos contidos em dissertações sobre experiências com a educação patrimonial no Brasil.

No terceiro capítulo, é explicitado como a organização da gestão e do currículo escolar podem influenciar na efetivação de práticas docentes voltadas ao patrimônio cultural bem como a transversalidade e a interdisciplinaridade podem ser trabalhadas no espaço educacional nesse sentido. Neste capítulo, expõe-se ainda sobre a importância da formação docente para o trabalho com a educação patrimonial, trazendo como fundamentação teórica os estudos de alguns autores que se dedicaram aos saberes docentes relevantes para a realização de práticas de ensino significativas.

O quarto capítulo apresenta, inicialmente, a caracterização de Alcântara e de seu patrimônio cultural a fim de que se compreenda o porquê desta cidade ter sido escolhida para sediar o PROFEPMA. Em seguida, descreve-se o PROFEPMA e suas etapas de desenvolvimento, o que justifica e fornece o entendimento para a escolha do tipo de pesquisa, dos participantes, dos instrumentos de coleta de dados, assim como da metodologia utilizada para a análise de dados. Assim, os procedimentos metodológicos também são dispostos. Por fim, este capítulo traz ainda a percepção dos sujeitos participantes da pesquisa acerca do PROFEPMA. Esses sujeitos são: os professores formados, os professores formadores, os professores-tutores e a equipe técnico-pedagógica responsável pelo planejamento, implantação, monitoramento, execução e avaliação do programa em estudo. A percepção destes sujeitos é compreendida a partir dos dados coletados, em entrevistas semiestruturadas, momento em que os entrevistados expõem suas experiências, sentimentos e conhecimentos adquiridos ao participarem do PROFEPMA.

Para a realização do estudo em foco, faz-se uso de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo quanto aos meios, exploratória e descritiva quanto aos fins, sob a perspectiva de Vergara (2013), com abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995). Buscou-se a fundamentação teórica necessária a partir de referencial bibliográfico, de documentos e da fala dos sujeitos participantes para compreender o PROFEPMA, contendo a percepção dos entrevistados (docentes qualificados pelo PROFEPMA, docentes formadores, tutores e principais coordenadores) acerca deste programa. Conforme o já exposto, foi feita uma descrição da cidade de Alcântara e das etapas de planejamento, organização, implantação,

monitoramento e avaliação do PROFEPMA, por isso a pesquisa caracterizou-se como descritiva. E devido à organização sistemática de dados acerca deste programa ter ocorrido através desta dissertação, a mesma também se caracteriza por seu caráter exploratório. Por fim, os dados coletados em campo foram selecionados, organizados, e analisados. A organização se deu por meio de categorias, subcategorias e quadros de respostas e a análise dos conteúdos foi feita conforme Bardin (2011).

2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL¹

Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio. (GONÇALVES, 1996).

2.1 Patrimônio e políticas públicas de preservação

O patrimônio vem ganhando cada vez mais relevância nas sociedades, uma vez que ele permite conexões com o passado e ajuda a gerir problemas do presente e do futuro, constituindo-se em importante definidor de identidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2016). Ao relatar sobre a identidade cultural na pós-modernidade, Hall (2001) fala a respeito de uma crise de identidade vivida pelo sujeito devido à fragmentação do espaço que ele ocupa no mundo social, cultural e dentro de si mesmo. Por isso, a necessidade do retorno às suas tradições como forma de entendimento e fortalecimento de sua identidade, valorizando assim os diferentes patrimônios.

O conceito de patrimônio sofreu modificações ao longo do tempo, sendo ampliado de forma expressiva. Cutrim (2011, p. 57) relata que “[...] como signo ideológico, o patrimônio é recoberto por valores que se modificam a cada época e que por meio de discursos diversos põem em evidência e determinam o que pode ser considerado patrimônio.”

Inicialmente é entendido como um bem de herança que passa de pai pra filho. Segundo Castro (2008, p.11) “[...] a palavra latina *patrimonium* significava, entre os romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família – inclusive a mulher, os filhos e os escravos, os animais e os bens móveis e os imóveis.” Logo, o termo patrimônio estava relacionado ao que era propriedade privada de uns poucos. Ainda hoje nos referimos a este termo para nos remetermos ao patrimônio financeiro, imobiliário etc. de um indivíduo, de uma empresa, de um país.

¹Fragmentos deste capítulo estão também contidos nos artigos “Revisão sistemática de literatura de dissertações sobre as relações existentes entre preservação do patrimônio cultural, educação patrimonial e práticas docentes no Brasil” (SILVA; BOTTENTUIT JÚNIOR; CARVALHO, 2018) e “Reflexões sobre a utilização das tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem da Educação Patrimonial no Brasil” (SILVA *et al*, 2017), publicados na Revista Querubim e na Revista Tecnologias na Educação, respectivamente. São de coautoria da pesquisadora desta dissertação em conjunto com alguns professores do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT) - em que fez parte. Estes artigos foram provenientes de pesquisas realizadas ao longo das disciplinas cursadas durante o mestrado, tendo relação direta com o objeto de estudo do presente trabalho.

Na “fase antiquizante” do Quattrocento² a concepção de patrimônio está muito relacionada ao monumento histórico que é ligado a duas vertentes importantes: a primeira refere-se ao caráter histórico do monumento com grande valor cognitivo por permitir a volta ao passado e a conservação de uma memória viva; a segunda ao caráter artístico do monumento e sua capacidade de despertar a sensibilidade (CHOAY, 2001). Nesse período e nos que se seguiram deu-se importância aos edifícios e demais obras da Antiguidade como formas de resgate ao passado.

No século XVIII, o iluminismo passa a mobilizar forças no intuito de conservar de maneira sistemática as antiguidades, monumentos históricos. Data deste período a criação dos primeiros museus com o objetivo de “democratizar” o saber, tornando-o acessível a todos (CHOAY, 2001). Estes museus, ao longo do tempo, foram deixando de atender a interesses meramente ideológicos que favoreciam a uma minoria e hoje assumem um caráter também formativo e estreitamente relacionado à educação patrimonial, podendo ser utilizados por educadores como meios de conhecimento da história e importância do patrimônio cultural de determinada localidade.

Porém, é na Revolução Francesa que a preocupação com a preservação dos monumentos históricos se fortalece, objetivando a construção de uma identidade nacional. Sobre esse contexto, é relatado em Fonseca que:

[...] o amor à arte e ao saber histórico não foi suficiente para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução francesa – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação – para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de interesse público. (CHOAY *apud* FONSECA, 2005, p.57).

Assim, se por um lado, na época, igrejas foram incendiadas, estátuas depredadas, castelos saqueados; por outro lado, surge um movimento reacionário, trazendo um sentimento de conservação da riqueza e diversidade do patrimônio nacional o que influenciou vários países, inclusive o Brasil.

No Brasil pôde-se observar que o patrimônio configurou-se, entre a década de 1930 e a década de 1970, como o conjunto de bens materiais de natureza arquitetônica, urbanística,

² Essa fase é caracterizada pelo interesse de historiadores e historiadores da arte nos movimentos artísticos da Itália do *Quattrocento*, período em que se valorizava os vestígios do passado contidos em edifícios e obras da Antiguidade. Nesse período, situa-se o surgimento do monumento histórico. “Numerosos testemunhos permitem fixar por volta de 1430 o excepcional despertar do olhar, distanciado e esteta, despojado das paixões medievais, que, pousado sobre os edifícios antigos, metamorfoseia-os em objetos de reflexão e contemplação.” (CHOAY, 2001, p. 44).

histórica, artística, arqueológica e documental. O Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 assim relata a respeito do conceito de patrimônio e sua proteção:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que tratam o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937, p. 1).

O tombamento, ao qual se refere esta Lei, é palavra de origem portuguesa que significa fazer o registro de determinado bem de valor cultural para uma dada comunidade em livros específicos de órgão público responsável pela preservação patrimonial, impedindo que esse bem seja descaracterizado ou destruído. Tombar constitui-se, por excelência, em ato de preservação de um bem que tem o seu valor cultural consagrado ao ser tombado. Assim, considera-se como “[...] a prática mais significativa da política de preservação federal no Brasil. Significativa, não só pelo poder de delimitar um universo simbólico específico, como também por intervir no estatuto da propriedade [...]” (FONSECA, 2005, p. 180).

Dessa forma, o interesse cultural coletivo é priorizado em detrimento do interesse individual, assegurando que não venham a ocorrer ações de particulares ou públicos no sentido de desrespeitar a preservação da cultura nacional. Segundo Barreto Júnior (2009, p. 21), “[...] no momento em que é utilizado, o tombamento limita o direito de propriedade, pois estipula normas legais a serem seguidas pelos proprietários, sejam eles Estados, Municípios, União ou Particulares.”

Porém, o tombamento é apenas um dos aspectos relevantes tratados no Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que até hoje serve para orientar a preservação do patrimônio cultural. Neste mesmo ano de sua criação, 1937, também foi fundado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão que tinha por objetivo inicial salvaguardar os monumentos brasileiros, a fim de construir a memória e a identidade nacionais. Essa concepção perdurou de maneira expressiva até a década de 1960, passando por processos de transformação. O período compreendido entre 1937 e 1960, apesar de ter sido marcado pelo tombamento de bens materiais que constituíam o patrimônio nacional, também se caracterizou pela concentração de ações educativas voltadas à criação de museus, incentivo a exposições e salvaguarda de coleções e acervos artísticos do então Instituto de Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN) (FLORENCIO *et al*, 2014). Porém, essas ações educativas eram muito incipientes e desarticuladas das questões culturais e patrimoniais.

Diante do contexto internacional e nacional, o termo patrimônio foi ganhando uma nova conotação. Inicialmente, denominado patrimônio histórico e artístico, preocupava-se com a preservação de bens materiais como acervos de museus e documentos. Posteriormente, passou a ser denominado patrimônio cultural, ampliando-se a preocupação para a preservação também de bens imateriais, como paisagens e manifestações culturais. Assim, o conceito de patrimônio histórico e artístico foi sendo substituído pelo de patrimônio cultural por este ser mais amplo do que aquele e abarcar uma herança não só de valor histórico e artístico, mas também ecológico, com a inclusão de paisagens, por exemplo, nesse conceito.

Assim, a Constituição Federal de 1988, trazendo um conceito mais abrangente, expressa que constituem patrimônio:

Art. 216. As formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, n.p.).

Atualmente, não apenas os monumentos, obras, documentos, objetos de valor histórico e artístico, mas também o entorno ambiental e as práticas socioculturais, com expressivo valor para uma dada comunidade, passam a ser considerados patrimônio cultural. Esse entendimento que se tem hoje sobre o termo patrimônio cultural foi sendo adotado após um processo de gradativas mudanças e quebra de paradigmas, ocorrido ao longo de anos.

Discussões ocorridas durante a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1972, influenciaram sobremaneira as mudanças no que diz respeito ao novo olhar dado ao patrimônio. Os países que participaram dessa convenção firmaram um acordo e assinaram um documento com o compromisso de protegerem os locais considerados patrimônio da humanidade. O Brasil foi um dos países que ratificou esse acordo em 1977, com o intuito de ter prestígio internacional e movimentar o turismo no país, trazendo retorno econômico (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2016).

Conforme o exposto, inicialmente foi preciso entender a evolução do conceito de patrimônio a fim de que se pudesse chegar às políticas públicas de preservação do mesmo e sua relação com a educação patrimonial, ainda que não se tenha a pretensão de esgotar, nesta dissertação, as análises referentes a esses assuntos devido à profundidade dos mesmos.

Acerca de políticas públicas, Foucault (1982, p.289) coloca que o objetivo do governo é “[...] melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde [...]” e para tanto precisa desenvolver ações, campanhas e técnicas, a fim de se inferir, criar e implantar políticas públicas. Então, políticas públicas seriam as ações resultantes do processo de gestão de conflitos da sociedade, suas demandas e interesses, visando o bem comum e a melhoria das condições dessa mesma sociedade. A questão é como gerir esses conflitos e que demandas priorizar.

Segundo Simões e Carvalho (2011, p. 9):

No contexto em que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural tencionam a inserção social numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento, o fortalecimento das identidades culturais prescinde de ações afirmativas capazes de consolidar práticas coletivas de gestão dos lugares de memória visando à dinamização da economia.

Porém, essas políticas públicas, a priori, estavam voltadas especialmente para a preservação patrimonial e só posteriormente surge a preocupação em se pensar na educação patrimonial como um instrumento auxiliar desta preservação. Ainda assim, a educação patrimonial é mais que um instrumento auxiliar e deve ser vista como um processo pelo qual ocorre o desenvolvimento de estratégias de ensino que desenvolvam nos alunos um sentimento de pertencimento de sua história e de sua cultura, despertando estes alunos para a realização de práticas de proteção ao patrimônio e à memória viva nele contida.

Choay (2001) relata sobre a dificuldade, desde a antiguidade até os dias atuais, em estabelecer políticas públicas para gerir de forma precisa o patrimônio, devido a diversos conflitos de ordem econômica, política e social que envolveram esse assunto ao longo dos anos. Ora expõe sobre os interesses pessoais quando da transferência de bens históricos a particulares; ora expõe sobre o interesse meramente econômico em preservar o patrimônio, muitas vezes desprovido de um sentido histórico e formativo; ora relata sobre os interesses do poder público em demolir determinados monumentos para esconder ou mascarar determinadas ideologias.

As situações citadas acima se desenvolvem em meio a conflitos de uma minoria que quer fazer uso dos bens culturais para provimento de interesses particulares políticos e econômicos. Um exemplo disso são as contradições existentes entre o grupo dos conservadores que vê o patrimônio cultural como de fato uma herança do passado de valor inestimável a ser preservada e o grupo dos modernistas que não vê muito sentido em realizar altos investimentos em prol da conservação de prédios velhos quando se poderia investir na modernização dos mesmos. Referente a isso, Pereira (2015, p. 28) relatou que no Brasil

Muitas cidades quiseram praticar verdadeira higienização urbana, demolindo as formas antigas; outras, não conseguindo extirpar o passado urbanístico, mesclaram as novas concepções em meio ao que já era considerado passado, enquanto outras preferiram abandonar os velhos centros e se transportaram para bairros novos, supostamente em simples sintonia com os ecos de Atenas e na ilusão de se imaginar que o desenvolvimento significaria apenas a simples ostentação de riqueza.

Esse trecho faz alusão a Carta de Atenas, documento originado a partir do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1933. Nesse documento foi expresso como deveria ocorrer a prática arquitetônica moderna com o objetivo de só conservar monumentos de valor testemunhal do passado (HARVEY, 1989). A Carta de Atenas suscita o dilema de preservar as construções antigas mantendo os traços técnicos do passado em suas arquiteturas, ou basear-se nas técnicas modernas, dando lugar a estética, imaginação e inovação. Esse é um dilema presente ainda hoje.

Além disso, outro exemplo clássico de conflito é “[...] a polêmica questão do direito de propriedade por parte dos proprietários de imóveis tombados ou em área de tombamento, que têm uma rígida restrição do uso de seus imóveis, o que cria grandes impasses entre os moradores e o poder público [...]” (CHAVES, 2012, p. 15-16), impasses esses “resolvidos” judicialmente na maioria das vezes.

Sempre existiu a dificuldade de conservação do bem imóvel histórico tombado por muitos daqueles que ali residem e detém o direito de propriedade, mas não têm capital suficiente para conservá-lo, além da burocracia que enfrentam junto aos órgãos competentes quando precisam fazer qualquer tipo de intervenção nesse tipo de bem. Por outro lado, as técnicas de construção mudam e o material utilizado nelas também, levando a crer que em alguns casos pode-se criar a falsa impressão de conservação quando se intervém num bem histórico (PEREIRA, 2015). Esses e outros são os conflitos que ocorrem em centros históricos quando da habitação dos mesmos no intuito de preservar. Manter essa habitação não é tão simples quanto parece ser, há movimentos sociais de comunidades dos centros históricos que lutam por seus direitos de um lado e do outro o poder público colocando os seus interesses em questão.

Porém, a preservação do patrimônio cultural aqui mencionado não deve se concentrar apenas nos bens materiais, mas também nos bens imateriais. Estes são intangíveis ou abstratos e se refletem nos saberes, práticas sociais, habilidades, crenças e etc. Aqueles são concretos e palpáveis como igrejas, obras de arte, casarões, paisagens e etc. (BRASIL, 2009). Sobre a proteção desses bens culturais, Moreira Neto (2014, p. 1.409) assim fala:

A Carta de 1988 prevê competência concorrente dos três graus federativos para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (CF, art. 24, VII), e competência comum para executar o tombamento (CF, art. 23, I e III). Nestas condições, além das entidades maiores, os Municípios

também poderão decretar tombamentos, desde que observadas as prescrições gerais da lei federal e, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as respectivas prescrições especiais e locais, uma vez que os Municípios poderão complementar a base legislativa, no que couber e lhes for peculiar, para a proteção do patrimônio histórico-cultural local (CF, art. 30, II e IX).

Dessa maneira, percebe-se que o Poder Público responsável pela preservação deve ser entendido como os Entes Públicos das três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Por exemplo, em Alcântara, cidade histórica do Maranhão tombada, a competência originária para a gestão do patrimônio cultural local é do IPHAN, autarquia federal. Complementando a competência do IPHAN, estão o órgão Estadual e o Municipal. Onde começa e onde termina exatamente a competência de cada um desses órgãos, às vezes, não é uma questão de fácil entendimento entre eles ou mesmo entre eles e a comunidade o que acaba por resultar em relações não muito amistosas entres os mesmos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 abre espaço para que a comunidade auxilie o poder público na proteção ao patrimônio. Em seu art. 216, § 1º, dispõe que “[...] o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988, n.p.). Assim, a lei prevê que o Poder Público deve promover a proteção ao patrimônio com a colaboração da comunidade.

No entanto, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural que se impõem, em especial as de educação patrimonial, muitas vezes não levam em conta os saberes da comunidade e suas reais necessidades. Em muitos momentos, é considerado inferior o conhecimento adquirido de maneira informal pelo indivíduo a partir de suas vivências comunitárias o que prejudica a real participação do mesmo junto ao projeto preservacionista. De acordo com Chaves (2012, p. 13), “a ausência de participação social na gestão do patrimônio tem provocado o estranhamento de grande parte da sociedade em relação ao patrimônio oficial, assim como o encadeamento de diversos conflitos em relação à gestão patrimonialista.”

Nesse sentido, a gestão nacional do patrimônio acaba ocorrendo de forma a naturalizar o discurso de que o patrimônio deve ser visto como uma preciosidade a ser preservada, mas pouco se levando em consideração o real significado social desse patrimônio e sua importância para a comunidade que o “detém”. Canclini (2003) expõe que essa concepção, defendida com cumplicidade entre os peritos do patrimônio, entre eles os restauradores, arquitetos, arqueólogos e outros “especialistas do passado”, omite “os usos sociais do patrimônio”.

Porém, esse contexto tem mudado e hoje já se percebe uma participação maior das comunidades quanto à preservação do patrimônio cultural de seu entorno. A partir do momento que as pessoas começam a não só vivenciar o sentido desse patrimônio, mas também se apropriar de conhecimentos sobre o mesmo, passam também a opinar quanto às políticas públicas referentes à preservação patrimonial, embora nem sempre sejam ouvidas como deveriam pelas autoridades com competência para tal.

Assim, é reducionista demais afirmar que essas pessoas não lutam ou que os órgãos públicos estão sempre omissos quanto às políticas preservacionistas. As pessoas têm se deixado iludir menos, buscado se instruir mais sobre seus direitos e deveres, refletindo mais sobre questões diversas. As associações de moradores de bairros já se colocam sobre diversas situações. Outro exemplo refere-se às lutas de grupos como o dos negros, dos índios, das mulheres que têm se fortalecido o que de certa forma impacta nas discussões acerca de patrimônio cultural, uma vez que os costumes desses grupos compõem os elementos da cultura que constituem o patrimônio. Quanto aos órgãos públicos, também não se deve construir discursos que desmereçam por completo ações ora desenvolvidas no sentido de preservar. No caso do IPHAN, por exemplo, não se pode deixar de pontuar alguns esforços despendidos quando do planejamento e execução de projetos voltados para questões acerca da educação patrimonial o que será percebido em alguns pontos deste trabalho.

Então, percebe-se que o projeto preservacionista ocorre em meio a lutas ideológicas, de um lado as comunidades defendendo o seu olhar patrimonial, do outro os órgãos públicos tentando fazer impor de forma hegemônica a sua ideologia quanto à preservação do patrimônio cultural. Dessa maneira, a educação, seja formal ou informal, deve desenvolver-se no intuito de desmistificar tais ideologias, possibilitando uma formação crítica ao educando a fim de fazê-lo compreender a sua história, a importância do patrimônio cultural e de sua preservação. Nesse sentido, a educação patrimonial não deve estar restrita à sala de aula ou a atividades pontuais fora dela e deve ser entendida como um processo contínuo e sistemático de formação que abrange a comunidade como um todo. No item seguinte, será explicitada, de forma mais detalhada, a relação entre a educação patrimonial e a preservação do patrimônio cultural.

2.2 Educação patrimonial: relações entre cultura, identidade e patrimônio cultural

Conforme exposto no item anterior, a concepção acerca de patrimônio ampliou-se para além dos bens materiais, incluindo os bens imateriais e a riqueza das manifestações

culturais que ecoam em todo o país. Dessa forma, não há como estudar o patrimônio sem relacioná-lo à cultura e tentar conceituar o termo cultura não se constitui em tarefa fácil, pois se trata de um termo bem complexo, explicado de várias formas, por diversos autores.

De acordo com Eagleton (2011, p.5), “[...] o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza. Um dos seus significados originais é ‘lavoura’ ou ‘cultivo agrícola’, o cultivo do que cresce naturalmente.” Esse conceito coloca a cultura como algo natural, determinado. Porém, este determinismo é refutado por Kroeber (*apud* LARAIA, 2001) quando ele estabelece diferenças entre o orgânico e o cultural. Este diz que embora o ser humano possua funções orgânicas vitais, a forma como as mesmas são satisfeitas varia de uma cultura para a outra. Assim, os comportamentos humanos não devem ser considerados determinados biologicamente e sim resultados de um processo de aprendizagem que é cultural.

A cultura não é a mesma de um país para o outro, por exemplo, e ela está relacionada a identidades que o sujeito ou um grupo deles constroem de si a partir de aspectos culturais, vivenciados num dado momento histórico e num dado local. Não existe uma única cultura, uma única identidade, como foi pensado após a Revolução Francesa quando da tentativa de preservação de uma identidade nacional única, fixa e determinada por aqueles que estavam no poder e difundiam suas ideologias. Existem culturas diversas que se formam a partir dos hábitos e dos modos de viver de comunidades espalhadas pelo globo. Essa diversidade leva a construção de várias identidades no interior do sujeito e não mais de uma só. Em meio ao contexto de pós-modernidade, o sujeito, a cada instante e em cada contexto que se insere, identifica-se com determinados aspectos culturais e determinados grupos aos quais faz parte, configurando a sua identidade a partir de um caráter de fluidez e constante mudança (HALL, 2001).

Nesse contexto, a cultura pode ser entendida como um “[...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” (TYLOR *apud* LARAIA, 2001, p. 25). Assim, a cultura, em suas diversas manifestações, atua sobre o homem que atua sobre a mesma, construindo identidades e o patrimônio cultural que deve ser preservado ao longo das gerações como forma de conservar a memória de um povo, a sua história, a sua tradição. Porém, embora exista a preocupação com essa conservação, sabe-se que em alguns aspectos ela não ocorre na íntegra, uma vez que alguns elementos culturais acabam sofrendo mudanças com o tempo, traços da modernidade.

O desenvolvimento do sujeito ocorre a partir do momento em que ele consegue identificar-se com a cultura onde faz parte e isso é possível por intermédio de um processo de educação. Através desse processo faz-se imprescindível que o sujeito conheça o patrimônio cultural do local onde vive, desenvolvendo um sentimento de pertencimento e de preservação do mesmo.

Nesse sentido, a educação patrimonial é entendida como um processo primordial que leva o aprendiz a melhor compreensão do meio onde está inserido a partir de aspectos sócio-político-culturais, possibilitando o fortalecimento de um sentimento de pertencimento à história e de resgate da identidade a partir do patrimônio cultural. Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) conceituam a educação patrimonial como “[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” Assim, o patrimônio cultural constitui-se em objeto de estudo da educação patrimonial e a preocupação com a sua preservação vem merecendo atenção.

Nesse cenário, cabe destacar a Semana de Arte Moderna, em 1922, e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1933, como símbolos de afirmação de uma identidade cultural nacional própria, até então baseada em padrões, estritamente europeus, herdados do processo de colonização vivido por anos pelo Brasil que era dependente de sua colônia (PEREIRA, 2015).

O SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), constitui-se no órgão brasileiro responsável pela criação e implantação das políticas relacionadas à preservação do patrimônio. Este órgão considerou ações educativas referentes ao patrimônio em discursos e documentos, porém de forma muito tímida e descontextualizada. Entre as décadas de 1930 e 1960, as ações educativas eram bem pontuais, geralmente ocorrendo em museus. Na verdade, este foi um período que inicialmente priorizou mais ações voltadas para o tombamento de bens materiais e posteriormente a modernização do patrimônio nacional, deixando a preocupação com a educação patrimonial à margem desse percurso, conforme relatado por Fonseca (2005, p. 97-98):

[...] se em outros países os agentes da preservação costumam ser recrutados entre intelectuais identificados com uma concepção passadista e conservadora de cultura, no Brasil os intelectuais que se engajaram no projeto do patrimônio eram exatamente aqueles que, como Mário de Andrade e Lúcio Costa, assumiam em suas respectivas áreas profissionais posturas claramente inovadoras. [...] A atividade desenvolvida por esse grupo de intelectuais no SPHAN gozou de surpreendente autonomia no MES. Desde o início, a área do patrimônio ficou à margem do propósito de exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional. A cultura produzida pelo SPHAN sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou

com os instrumentos de persuasão ideológica do Estado Novo; esses conteúdos eram mais compatíveis com a vertente ufanista do modernismo. Durante o Estado Novo o SPHAN funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista.

As ações do SPHAN não estavam relacionadas à educação patrimonial. Somente após décadas de sua criação que o IPHAN passou a desenvolver projetos que tivessem um cunho mais pedagógico e voltado para a educação patrimonial enquanto processo que poderia auxiliar na preservação do patrimônio cultural. Porém, tais projetos continuam imbricados de interesses políticos e ideológicos, perdendo, em muitos aspectos, o seu verdadeiro objetivo e sentido educacional.

Em 1970, as discussões acerca do patrimônio cultural são ampliadas quando da criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que busca a valorização da diversidade e da identidade cultural da nação. Neste período, começaram a ocorrer encontros nacionais, com a participação de professores, a fim de se discutir o planejamento e a efetivação de ações a serem desenvolvidas na educação básica e que estivessem relacionadas à cultura nacional. A comunidade começa a ser também envolvida nesse processo educacional, mas ainda muito timidamente. (FLORÊNCIO *et al*, 2014).

Na década de 1980, como extensão dos trabalhos realizados pelo CNRC, foi criado e apresentado, por representantes de órgãos ligados à Secretaria da Cultura do MEC, o Projeto Interação que tinha por principal objetivo promover uma interação entre a educação básica no Brasil e os diversos contextos culturais em que a mesma estivesse sendo desenvolvida, fazendo com que os valores culturais próprios de cada comunidade fossem imersos no processo educacional desta. Para auxiliar nesse processo foi lançado, na década de 1990, o Guia Básico de Educação Patrimonial, produção do IPHAN. Este guia foi pensado no intuito de orientar o trabalho dos educadores no Brasil quanto ao desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a educação patrimonial nacional. (FLORÊNCIO *et al*, 2014).

Em meio ao exposto, em 2004, finalmente, ocorre a criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), primeira instância do IPHAN a dedicar-se mais efetivamente à educação patrimonial (FLORÊNCIO *et al*, 2014). Porém, não é suficiente envolver os agentes da comunidade educacional para apenas discutir e reconhecer a importância da educação patrimonial quanto à preservação de uma história, memória e identidades nacionais, é importante colocar em prática ações educacionais que de fato contribuam para o conhecimento e a preservação acerca do patrimônio cultural nacional.

Assim, sobre o trabalho da Educação Patrimonial, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) relatam que:

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Acredita-se assim que, quando há efetivamente um processo contínuo e sistemático de educação patrimonial, torna-se possível o desenvolvimento de um aprendizado rico de significados aos educandos, sempre se levando em consideração o contexto onde estes estão inseridos.

Medeiros e Suruya (2012, p. 300) colocam da seguinte forma:

A educação patrimonial é ação fundamental para a preservação do patrimônio. A não realização repercute de forma negativa, pois se torna difícil obter o apoio da sociedade para a preservação desses bens, uma vez que ela, por desconhecimento quanto à importância deles para a manutenção da memória coletiva, não valoriza e, principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público.

Dessa forma, uma vez que a população toma conhecimento da existência dos bens culturais e de sua importância, facilita ao Poder Público atuar na preservação desses bens com a participação da sociedade civil. Os trabalhos de educação patrimonial devem acontecer no sentido de desenvolver saberes, conscientizando a população sobre a importância de proteger o patrimônio cultural e tornando conhecidas as políticas de preservação. Porém, no contexto nacional,

a educação patrimonial é entendida em meio ao pensamento preservacionista nacional enquanto retórica que busca reproduzir práticas preservacionistas hegemônicas, sem a devida problematização dos conflitos cotidianos da cena preservacionista, num contexto institucional que ela, a educação, é evocada como panacéia do patrimônio na atual gestão do patrimônio. (CHAVES, 2012, p. 16).

Assim, o discurso levantado por órgãos nacionais “defensores da preservação patrimonial” é de que a educação deve ser vista como um processo salvacionista que resguardará ao aprendiz o desenvolvimento de sentimentos e valores como o de pertencimento, o de identificação e o de zelo ao patrimônio cultural que o cerca como se esses sentimentos e valores não já tivessem sido desenvolvidos a partir do processo de educação informal que trouxe para o aprendiz conhecimentos vivenciados no dia a dia de sua comunidade, conhecimentos esses que não podem ser desmerecidos nem considerados inferiores simplesmente por serem provenientes de uma classe menos favorecida socialmente.

Por outro lado, muito do que se aprende nos sistemas formais de ensino nem sempre corresponde a mais pura verdade a ser adotada em forma de conhecimento, porque as próprias

instituições de ensino estão carregadas de ideologias hegemônicas a serem seguidas e incutidas na mente daqueles que aprendem. O próprio “Guia Básico de Educação Patrimonial”, produção do IPHAN, tido como instrumento norteador das práticas educativas nacionais acerca do patrimônio cultural brasileiro, é apontado por Chaves (2012, p. 16) como um modo retórico que omite “[...] as noções socialmente estabelecidas sobre o patrimônio das pessoas simples, sem formação acadêmica ou elitista, pessoas essas consideradas analfabetas culturais pela política federal de patrimônio.”

Diante do exposto, o que se almeja do processo educacional patrimonial é que possibilite ao educando desmascarar ideologias hegemônicas a partir do desenvolvimento de uma visão crítica sobre o que aprende, tornando-se consciente de seus direitos e deveres enquanto cidadão, no auxílio à proteção do patrimônio cultural nacional. No item a seguir, serão apresentadas algumas experiências de como a educação patrimonial tem acontecido no Brasil.

2.3 Educação patrimonial no Brasil: algumas experiências

Neste item tem-se por objetivo identificar estudos que abordem a educação patrimonial como parte do processo de preservação do patrimônio cultural e de desenvolvimento de práticas docentes no Brasil. Para melhor alcançar este objetivo foi escolhida a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) de dissertações sobre a temática em estudo como procedimento metodológico de investigação. A RLS origina-se de uma problemática e de objetivos de estudo. A problemática em questão é: como a educação patrimonial tem sido desenvolvida no Brasil a partir de sua relação com a preservação do patrimônio cultural e com as práticas docentes? Quanto ao objetivo de estudo, este foi apresentado no início do parágrafo.

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) tem se constituído em importante instrumento de investigação científica, uma vez que busca realizar um estudo estruturado em bases indexadas de caráter científico sobre uma temática específica e relevante para a sociedade.

O número de pesquisadores que tem utilizado a RSL como instrumento metodológico para a coleta de dados de suas pesquisas vem aumentando, especialmente nas áreas de ciências sociais e da educação. Para Faria (2016, p. 14) realizar a revisão sistemática da literatura “[...] impedirá que o investigador se deixe conduzir pelo deslumbramento tentador de concluir que se encontra perante uma área de investigação nova ou ainda inexplorada.” Assim, a RSL possibilita o acesso a referenciais atualizados sobre um determinado assunto, conduzindo para uma análise criteriosa dos mesmos. A partir da revisão, o pesquisador pode

fazer acréscimos a estudos já realizados, deixando propostas de pesquisas para investigações futuras.

Durante a realização da RSL foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, fontes de dados, bem como descritores que auxiliaram nas buscas. Em seguida foi construída uma ficha de análise contendo dados das dissertações encontradas, dados estes que posteriormente foram analisados, originando os resultados que serão apresentados a seguir.

Para delimitar o tema, fez-se necessário estabelecer critérios de inclusão e exclusão a fim de deixar explícito o que realmente foi considerado como aspecto importante na busca dos materiais acadêmicos utilizados na pesquisa. Logo, seguem os critérios utilizados:

Quadro 1 – Fatores de inclusão e exclusão da pesquisa de dissertações sobre a educação patrimonial no Brasil

Fatores de Inclusão	Fatores de Exclusão
a) Estudos disponíveis em bases indexadas e de caráter científico; b) Estudos escritos em língua portuguesa (Brasil e Portugal); c) Dissertações sobre práticas docentes referentes à educação patrimonial no contexto brasileiro; d) O material pesquisado data de 2005 a 2017	a) Estudos disponíveis em bases não indexadas e de caráter não científico; b) Estudos escritos em língua estrangeira; c) Teses, artigos, documentos de conferências, congressos, simpósios entre outros; d) Livros ou parte deles e) Material pesquisado fora do intervalo 2005-2017

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Após terem sido estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão, partiu-se para a busca do maior número de dissertações que pudessem subsidiar a melhor compreensão do tema e para tanto, recorreu-se aos seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT), Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Banco de Teses e Dissertações da CAPES, *Google*. A escolha das referidas bases ocorreu em função de sua notoriedade na pesquisa científica. A busca nas mesmas foi realizada durante o período de 01 de agosto a 01 de setembro de 2017.

No que se refere aos critérios de busca, foram utilizados os seguintes descritores: “Preservação Patrimonial”, “Formação Continuada Docente”, “Práticas Docentes” “Educação Patrimonial”.

As informações obtidas a partir destas buscas foram organizadas em uma ficha de análise de produções científicas (COUTINHO, 2005; PEREIRA; MESQUITA, 2012), contendo 10 (dez) categorias de análise, entre elas, o autor da dissertação, o título da dissertação, o ano de publicação, o país de realização do curso, a universidade, o mestrado e a área de concentração, a base de dados/o repositório onde foi encontrada a dissertação, o tipo de pesquisa realizada: qualitativa e/ou quantitativa e o instrumento de pesquisa. O “f” contido nas tabelas representa quantidade que na coluna do lado está representada em percentual “%”. Depois de construir essa ficha de análise (Ver ANEXO A), alimentando-a com os dados encontrados, realizou-se a interpretação destes.

Os resultados encontrados mostram que existem práticas docentes relacionadas à educação patrimonial sendo realizadas no Brasil, no entanto ainda é preciso ampliar o número dessas práticas e desenvolvê-las melhor. Foi possível chegar a essa conclusão, uma vez que se utilizou o universo da pesquisa e não uma amostra, o que torna perceptível que o número de dissertações referentes a essa área é ainda pequeno quando comparado a outras áreas que contêm um maior número de pesquisas. Dessa forma, apenas 16 dissertações, publicadas entre os anos de 2005 e 2017 (critério de inclusão), compõem a ficha de análise contida neste artigo, conforme dados da tabela abaixo. O ano de maior número de dissertações referentes à temática abordada foi o de 2007, justamente três anos após a criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC) primeira instância do IPHAN a dedicar-se mais sistematicamente à educação patrimonial no país.

Tabela 1 - Distribuição das dissertações no intervalo de tempo pesquisado

ANOS	f	%
2005	2	12,5%
2007	3	18,8%
2008	2	12,5%
2010	1	6,3%
2011	2	12,5%
2012	2	12,5%
2013	1	6,3%
2014	2	12,5%
2017	1	6,3%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Quanto às universidades, a que consta o maior número de trabalhos relacionados ao estudo em questão foi a Universidade Católica de Goiás, com um quantitativo de cinco dissertações. Talvez por ser onde se encontra o Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, essa universidade apareça com um quantitativo maior.

Tabela 2 - Distribuição das dissertações por universidade

UNIVERSIDADE	f	%
Universidade Católica de Goiás	5	31%
Universidade do Contestado	1	6%
Universidade Estadual Paulista	1	6%
Universidade Federal de Santa Maria	3	19%
Universidade Federal de São Carlos	1	6%
Universidade Federal do Pará	2	13%
Universidade Federal do Rio Grande	2	13%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Conforme dito anteriormente, o Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural contabiliza um quantitativo mais expressivo de dissertações na área do que os demais mestrados por estar mais diretamente relacionado à temática em estudo.

Tabela 3 - Distribuição das dissertações por mestrado

MESTRADO	f	%
Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	7	45%
Artes	1	6%
Desenvolvimento Regional	1	6%
Educação	1	6%
Educação Ambiental	1	6%
Educação em Ciências e Matemáticas	2	13%
Ensino de Artes	1	6%
Geografia e Geociências	1	6%
Profissional em História, Pesquisa e Vivências de Ensino-aprendizagem	1	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

As áreas de realização das pesquisas referentes às práticas docentes voltadas ao patrimônio cultural são diversas, porém com destaque para áreas que não estão diretamente relacionadas à educação como: arqueologia, antropologia, arquitetura e desenvolvimento regional. Assim, conclui-se, de forma curiosa, que não são as áreas educacionais que mais têm realizado pesquisas sobre a educação patrimonial, o que precisa ser revisto, ampliado e melhor desenvolvido.

Tabela 4 - Distribuição das dissertações por área de conhecimento

ÁREA	f	%
Antropologia	2	13%
Arqueologia	3	20%
Arquitetura e Patrimônio Cultural	1	6%
Artes e Educação	1	6%
Desenvolvimento Regional	1	6%
Educação	1	6%
Ensino de Artes	1	6%
Ensino de Ciências	2	13%
História e Patrimônio Cultural	1	6%
História, Pesquisa e Vivências de Ensino-aprendizagem	1	6%
Processos de Ensino e de Aprendizagem	1	6%
Produção do Espaço e Dinâmica Regional	1	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

As bases de dados/repositórios, onde se realizaram as buscas, foram quatro. Destas, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT) contabilizou 10 dissertações, o maior número dentre as bases pesquisadas.

Tabela 5 - Distribuição das dissertações por base de dados

BASE DE DADOS	f	%
BDDT	10	64%
Capes	2	13%
Google	2	13%
RCAAP	2	13%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Quanto ao tipo de estudo mais realizado, prevaleceu o qualitativo, bem típico de pesquisas nas áreas humanas e sociais. Este tipo de estudo justifica o uso dos instrumentos que aparecem abaixo.

Tabela 6 - Distribuição das dissertações conforme o tipo de estudo

TIPO DE ESTUDO	f	%
Qualitativo	15	94%
Qualitativo e Quantitativo	1	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Os instrumentos mais utilizados para a coleta de dados nas pesquisas foram a entrevista, o questionário e a observação. A partir de tais instrumentos foi possível compreender como algumas práticas educativas referentes ao patrimônio cultural têm sido desenvolvidas no Brasil e qual a percepção dos docentes que as realizam.

Tabela 7 - Distribuição das dissertações conforme o instrumento de pesquisa utilizado

INSTRUMENTOS	f	%
Grupo focal	1	6,25%
Entrevista	5	31,25%
Observação	5	31,25%
Questionário	5	31,25%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A partir das dissertações analisadas foi possível perceber como a educação patrimonial tem sido trabalhada no Brasil. Aquelas que mais se aproximaram da temática em estudo nesta dissertação foram escolhidas para serem aqui melhor detalhadas. Em uma delas Silva (2007) propõe a inclusão da educação patrimonial no currículo do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás. Ele acredita que a educação patrimonial deve ser trabalhada desde a infância e para tal os professores devem estar devidamente preparados. Essa preparação inicia-se no curso de graduação, devendo estender-se através da formação continuada docente. Para a realização da pesquisa, o autor aplicou questionários com alunos, professores e coordenação do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás e constatou que técnicos e professores da educação, em sua formação inicial, não estão tendo o preparo necessário para relacionar educação e cultura em suas práticas educativas o que contribui para a deficiência do processo de ensino-aprendizagem quanto à preservação de bens, sejam eles naturais ou materiais. Cabe, assim, repensar e reformular os currículos dos cursos de graduação na área de educação, incluindo conteúdos e metodologias que permitam um trabalho voltado para o patrimônio cultural.

Lima (2005), em seu trabalho de conclusão do mestrado, elabora uma proposta de capacitação continuada para os professores da rede municipal e estadual da educação básica de alguns centros de ensino de Porto Nacional - TO a fim de que a educação patrimonial possa ser trabalhada de forma interdisciplinar com vistas à preservação do patrimônio cultural local. Para tanto, o autor aposta numa ação conjunta entre Prefeitura Municipal, Rede de Educação e Fundação Cultural, estabelecendo uma interligação do patrimônio cultural com o seguimento da educação a partir da atuação de setores públicos e da sociedade. Esta parece ser uma bela proposta, porém enquanto os interesses meramente políticos se sobrepuserem aos interesses e bem-estar da coletividade, fica difícil de ser alcançada em sua plenitude.

Calil (2011), em sua pesquisa, parte do princípio que o Arquivo Municipal de Santa Maria - RS, dispondo de um rico acervo quanto ao patrimônio documental que retrata a história do município, é frequentado por reduzido número de estudantes do ensino fundamental o que leva o autor a tentar descobrir as causas disso. Para tanto, recebe questionários de 21 escolas,

entre particulares e públicas, e verifica que há o desconhecimento e a não utilização por muitos educadores do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Dessa forma, propõe o Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria direcionado aos educadores de escolas locais com o objetivo de fazê-los conhecedores deste arquivo e das possibilidades de trabalhos com os alunos a partir do mesmo.

Diante das pesquisas expostas, percebe-se que apesar de já existir a preocupação por parte de alguns docentes em explorar questões referentes ao patrimônio cultural e a sua preservação nas suas práticas de ensino, esta ainda não é uma prática da maioria dos docentes, até porque muitos não têm o preparo suficiente para tal, o que faz com que se repensem as formas como essa temática tem sido trabalhada e que conhecimentos têm sido construídos junto com os alunos.

3 PRÁTICAS DOCENTES E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ENFOQUE PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Uma formação permanente, que se prolonga por toda a vida, torna-se crucial numa profissão que lida com a transmissão e internalização de saberes e com a formação humana, numa época em que se renovam os currículos, introduzem-se novas tecnologias, acentuam-se os problemas sociais e econômicos, modificam-se os modos de viver e de aprender, reconhece-se a diversidade social e cultural dos alunos. (LIBÂNEO, 2004).

3.1 A influência da organização da gestão escolar e de seu currículo nas práticas docentes

As práticas docentes são um reflexo do processo de formação inicial e/ou continuada dos professores, assim como são também influenciadas por uma série de outros fatores, entre eles a gestão, o currículo e a estrutura escolar, além do contexto onde as escolas estão inseridas.

A gestão escolar necessita de um planejamento sem o qual as atividades ocorrem no improviso e sem objetivos que norteiem as ações a serem realizadas. O planejamento consiste em um processo que sistematiza, organiza e coordena a ação docente a partir da articulação entre a mesma e o contexto social do aluno, que é influenciado por questões econômicas, políticas e culturais. Objetivos, conteúdos e métodos contidos no planejamento escolar têm forte significado político. Diante disso, o ato de planejar deve deixar de ser mecânico, fundamentado meramente no preenchimento de documentos para controle administrativo, passando a ser reflexivo, fundamentado em pensar as práticas docentes relacionando-as ao contexto histórico-social de inserção do processo educacional. O Planejamento deve prever a ação docente de forma consciente e didática, com base nas relações estabelecidas entre escola, comunidade, alunos, professores e pais em meio a problemáticas sociais, econômicas, políticas e culturais (LIBÂNEO, 2013).

Então, para que a gestão escolar seja de sucesso, o planejamento deve levar em consideração o diagnóstico e análise da realidade da escola, definindo objetivos e metas, determinando as atividades e tarefas a serem desenvolvidas e por fim avaliando o que foi executado. Tem-se como importante instrumento do planejamento escolar o Projeto Político Pedagógico (PPP) que “[...] expressa a cultura da escola porque ele está assentado nas crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que o elaboram.” (LIBÂNEO, 2004, p. 151). Nessa perspectiva, as escolas não devem ser vistas de forma igual, mas construídas e reconstruídas socialmente de acordo com cada momento histórico e cada espaço que ocupem.

A elaboração do PPP de forma coletiva e participativa faz-se importante uma vez que a organização da escola, o seu funcionamento e as responsabilidades de cada um dos agentes que ali atuam devem ser discutidos entre os diversos segmentos da comunidade escolar, partindo-se de um viés político que se cumpre enquanto prática especificamente pedagógica (SAVIANI, 2000). Assim, o contexto escolar não pode ser analisado de forma isolada, mas vinculado a aspectos sócio-político-culturais que servirão de subsídio para o planejamento e a efetivação das práticas educativas ocorridas na forma de atividades em classe ou extraclasse.

O PPP é o planejamento macro da escola que norteia a elaboração dos demais instrumentos, como o plano de ensino e os planos de aula. O plano de ensino contempla os componentes curriculares a serem trabalhados pelos professores que devem elaborar os planos de aulas, seguindo uma didática propícia a cada conteúdo trabalhado com os alunos.

Segundo Libâneo (2001, p. 2), “[...] a didática é uma disciplina que estuda o processo de ensino no seu conjunto, no qual os objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas da aula se relacionam entre si de modo a criar as condições e os modos de garantir aos alunos uma aprendizagem significativa.” A didática escolhida deve partir dos conhecimentos prévios do aluno, sua capacidade de assimilação e de desenvolvimento mental a fim de levá-lo a pensar, problematizar e resolver situações que estejam relacionadas ao seu cotidiano e que sejam relevantes para o seu processo de aprendizagem.

Nesse cenário, a organização escolar e de seus currículos varia de acordo com as concepções de educação, de sociedade e de indivíduo que se pretende formar. Essas concepções encontram-se permeadas de saberes historicamente construídos para servir a interesses e relações de poder. Nesse sentido, Freire (1981) defende uma educação libertadora em que os conhecimentos não sejam simplesmente depositados nos alunos e o conteúdo não seja imposto, segundo ele o ensino-aprendizagem deve partir de diálogos entre os educadores e educandos, refletindo seus anseios e esperanças.

Por isso, pensar na elaboração de um currículo escolar que esteja associado às vivências do aluno e à cultura onde o mesmo esteja inserido é algo fundamental. Trabalhar o aspecto cultural em propostas educativas leva à construção de sujeitos que se identifiquem com o seu espaço, valorizem a sua cultura e preservem-na. Nesse sentido, o currículo é entendido por Forquin (2000, p. 48) como:

O conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos (saberes, competências, representações, tendências, valores) transmitidos (de modo explícito ou implícito) nas práticas pedagógicas e nas situações de escolarização, isto é, tudo aquilo a que poderíamos chamar de dimensão cognitiva e cultural da educação escolar.

Percebe-se, então, que o currículo deve prever o trabalho docente com atividades de natureza cognitiva, orientadas pelos saberes prévios do aluno, saberes provenientes de suas experiências, construídos ao longo dos anos a partir de seu contato com a cultura ou culturas que tenha feito parte.

Para tanto, a organização escolar e o currículo devem estar de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/96. Esta, em seu art. 1º, dispõe que “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvam na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais [...]” (CARNEIRO, 2012, p. 37). A influência da cultura é, assim, fator decisivo na construção de um processo de ensino-aprendizagem significativo para o aluno. A LDB dispõe ainda, em seu art. 26, sobre os currículos do ensino fundamental e médio, relatando que os mesmos “[...] devem ter uma base nacional comum, a ser contemplada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.” (CARNEIRO, 2012, p. 197).

Dessa forma, o currículo não pode mais ser pensado na perspectiva tradicional de mera organização do conhecimento que será repassado ao aluno, mas no sentido de capacitar esse aluno para a vida em sociedade a partir do desenvolvimento de competências que o façam compreender o mundo real e seus problemas. Nesse contexto, a construção do currículo deve estar intrinsecamente relacionada a aspectos econômicos, sociais, históricos e culturais.

A disposição das disciplinas no currículo escolar em muitos momentos leva ao trabalho dos conteúdos de forma fragmentada e isolada do contexto sociocultural, cabendo ao professor a tarefa de ensinar a pensar certo, relacionando os conteúdos à realidade concreta. “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática [...]” (FREIRE, 1996, p. 39). Ao pensar criticamente sobre as suas práticas docentes, o professor consegue refletir sobre formas de aperfeiçoá-las e buscará estratégias de apresentar os conteúdos aos alunos, relacionando-os às vivências cotidianas destes.

A organização de um currículo que contemple aspectos culturais na formação dos alunos é o primeiro passo para o desenvolvimento de práticas docentes voltadas a uma educação patrimonial. Esta possibilita ao aluno ter o conhecimento necessário sobre o patrimônio cultural que o cerca e também sobre a necessidade de sua preservação. Preservando-o, preserva-se também a história, a memória e a identidade de um povo.

No item a seguir, será explicitado como a educação patrimonial pode ser trabalhada de forma transversal ou interdisciplinar de modo a tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo, criativo e atraente ao educando.

3.2 Transversalidade e interdisciplinaridade na educação patrimonial

Muitos conteúdos acabam sendo trabalhados de modo isolado pelos professores quando do tratamento disciplinar o que acaba tornando o processo de aprendizagem nada atraente para o aluno que não consegue estabelecer uma relação desses conteúdos com o seu cotidiano. A transversalidade e a interdisciplinaridade surgem como meios de trabalhar tais conteúdos de forma mais estreita com a realidade do educando, fazendo-o despertar o seu interesse em aprender. Transversalidade e interdisciplinaridade, em certo ponto, relacionam-se e complementam-se, possibilitando a diversificação de metodologias de ensino aplicadas em sala de aula ou fora dela. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) encontra-se assim disposto sobre a transversalidade:

Diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). (BRASIL, 1997, p. 40).

A concepção do trabalho docente de forma transversal estando bem clara e trazendo a tona conteúdos que estejam relacionados ao dia-a-dia do educando, possibilita um processo de ensino-aprendizagem rico de possibilidades e significados. Os PCN, assim, sinalizam para a importância da realização de atividades educativas que envolvam os seguintes temas transversais: “Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural” (BRASIL, 1997, p. 40). Tais temas devem estar ligados às questões econômicas, sociais, históricas e culturais que cercam a vida do aluno a fim de que ele busque a compreensão necessária ao aprender sobre os assuntos estudados.

Nesse sentido, a educação patrimonial pode ser trabalhada transversalmente em cada disciplina, numa conexão entre os conhecimentos sistematizados e as questões da vida real, ou de maneira interdisciplinar, através de projetos que permitam a integração entre atividades de várias disciplinas a partir de um tema norteador, por exemplo. No que se refere à interdisciplinaridade assim encontra-se disposto nos PCN:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diversos campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade

sobre qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. (BRASIL, 1997, p. 40).

E é a partir dessa relação entre as disciplinas que se torna possível e rico o desenvolvimento de atividades educativas, envolvendo o tema “patrimônio cultural”. Esse tema pode ser explorado num projeto que integre e relacione disciplinas como história, geografia, língua portuguesa e arte, por exemplo, partindo de um eixo norteador. Também pode ser explorado fora do ambiente escolar, por meio de visitas técnicas a museus, centros históricos, sítios arqueológicos, espaços naturais e tantos outros espaços de valor cultural inestimável. Assim, a temática em questão pode ser trabalhada de diversas maneiras, fazendo uso de várias metodologias de ensino que agucem o interesse e a criatividade dos alunos.

Diante disso, faz-se necessária a inserção nos currículos escolares de conteúdos que possibilitem o estudo de concepções acerca da cultura e de sua relação com o patrimônio, assim como também se faz necessária a capacitação dos docentes de forma que os mesmos estejam devidamente instruídos e preparados para trabalhar com essa tão rica temática.

Nessa perspectiva, a escola constitui-se em espaço adequado para a realização de práticas docentes voltadas ao patrimônio cultural e a sua preservação, por ser onde tais práticas possam ser desenvolvidas de forma contínua e sistemática, envolvendo uma ou mais disciplinas. Nesse espaço, a educação patrimonial deve ser tratada de maneira inclusiva, relacionando-se a áreas diversas do saber e estabelecendo mediações e integrações entre as disciplinas do ensino formal (BARROS; RAMASSOTE, 2009). No entanto, não é somente no ambiente escolar que se pode trabalhar de forma didática com o tema “patrimônio cultural”, outros locais também permitem a realização deste trabalho como nos museus, sítios arqueológicos, paisagens e tantos outros espaços de valor histórico, artístico, científico e cultural, conforme já mencionado anteriormente.

A educação patrimonial deve ser vista como um processo contínuo e sistemático e não como mero instrumento auxiliar das práticas de preservação. Nesse sentido, para uma melhor organização de ações educacionais baseadas no patrimônio cultural do Brasil, pode-se recorrer ao “Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado pelo IPHAN em 1999 (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), lembrando-se que este guia serve como norteador de tais ações, mas os profissionais da educação não devem segui-lo de forma engessada, uma vez que o planejamento e a realização das práticas docentes dependem da diversidade dos contextos onde educadores e educandos estejam inseridos.

O referido Guia é produção do IPHAN e, inicialmente, vem trazendo conceitos de educação patrimonial e relatos sobre o patrimônio vivo na perspectiva da dinâmica cultural.

Além disso, trouxe, a partir de um enfoque interdisciplinar, a necessidade de conhecer o passado para compreensão do presente e projeção do futuro. Nesse documento, também se encontram dispostas informações sobre monumento, centros históricos, sítios arqueológicos, com propostas de atividades educativas voltadas para esses elementos culturais. Assim, o Guia tornou-se uma das ferramentas importantes no auxílio à efetivação da educação patrimonial, porém baseia-se num “analfabetismo cultural” brasileiro como motivo para a não preservação do patrimônio cultural nacional, deixando de lado os saberes socialmente construídos pelas pessoas simples, sem uma alfabetização acadêmica ou elitista, que vivem no entorno de bens culturais (CHAVES, 2012). Então, nem todo instrumento oficial de preservação do patrimônio cultural, criado pelo Poder Público, deve ser tomado como verdade absoluta quando da efetivação das práticas docentes no país.

Para orientar as práticas docentes quanto ao desenvolvimento da temática patrimônio cultural, os professores também podem recorrer aos já citados Parâmetros Curriculares Nacionais, especialmente na parte que trata do tema transversal pluralidade cultural. Os temas transversais tratam de questões que têm sido vividas de forma mais frequente pelos indivíduos na sociedade e referem-se à construção de valores e de uma consciência cidadã (BRASIL, 1997). Nesse sentido, a diversidade cultural existente no Brasil constitui-se em tema relevante, esta extraordinária riqueza nacional deve ser respeitada, valorizada e conservada. Tal diversidade está presente em diferentes aspectos culturais regionais que quando tratados em sala de aula ou em qualquer outra atividade extraclasse devem priorizar o reconhecimento à cultura local, despertando o sentimento de pertencimento e de proteção a essa cultura por parte dos alunos.

A educação patrimonial deve ser pensada de maneira a proporcionar uma aprendizagem significativa. Ausubel (*apud* FERNANDES, 2011) aponta que a aprendizagem significativa deve levar em consideração o conhecimento prévio do aluno, assim como a sua história, ressaltando o papel do docente na promoção de situações que favoreçam essa aprendizagem. Assim, o conhecimento precisa fazer sentido ao aluno, precisa estar relacionado ao seu contexto.

Desse modo, verifica-se a importância do trabalho docente e a sua relação com a educação patrimonial nas escolas. Os docentes têm um papel importante na formação de cidadãos críticos que entendam, construam, desconstruam e reconstruam os discursos inerentes ao patrimônio cultural e a sua preservação. Logo, os professores devem participar de processos de formação continuada que os levem a refletir sobre a constituição de novos saberes e práticas docentes, condizentes aos atuais paradigmas de construção de uma educação significativa e

crítica. A apropriação desses saberes nas formações docentes será tema melhor explicitado no item a seguir.

3.3 Formação docente e educação patrimonial

Questões referentes à temática formação docente começaram a ser discutidas no Brasil entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980 quando os cursos de Pedagogia e Licenciatura passavam por um processo de reformulação. Na primeira metade dos anos 70, tinha-se a preocupação com uma formação de professores numa dimensão puramente tecnicista, vendo neste profissional um mero planejador e executor de tarefas educativas, aquele que deveria ser treinado para repassar conteúdos aos alunos, instrumentalizando-os para o mercado de trabalho (PEREIRA, 2006).

Esta concepção começou a ser criticada a partir da segunda metade da década de 1970 quando a educação passa a ser vista enquanto prática social sob influência de aspectos econômicos e sociais vigentes. Assim, “[...] a prática dos professores deixa de ser considerada neutra e passa a constituir-se em uma prática educativa transformadora.” (PEREIRA, 2006, p. 17). Dessa forma, as práticas educativas não devem propiciar a reprodução das relações sociais, mas fazer com que o educando possa compreendê-las e modificá-las em benefício da coletividade, com inclusão e respeito ao próximo, isso seria o ideal. Pereira (2006, p.17) relata ainda que “[...] a escola passa a ser vista como um espaço de contradições, em que novas ideias e mudanças podem ser iniciadas.”

Freire (2001) também acredita na educação como um processo de mudança. De acordo com ele, o aprendiz não é apenas objeto da história, mas seu sujeito também. No contexto histórico, político e cultural esse aprendiz não deve apenas absolver as informações e constatar os acontecimentos ao seu redor para adaptar-se ao mundo, mas para mudá-lo.

Seguindo o percurso das modificações nas concepções educacionais, na década de 1980, a prática educativa começa a ser entendida sob um viés político que não pode ser desprezado quando se busca analisar a formação de professores no país. Nessa perspectiva, o processo educacional deve ser capaz de formar o indivíduo no intuito de que o mesmo possa “[...] (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos.” (MORAES, 2005 *apud* MAGALHÃES; ZANON; BRANCO, 2009, p. 6).

Diante do exposto, percebe-se uma mudança de paradigmas quanto à formação docente, não basta ter a técnica pura e simples para ensinar sem que seja estabelecida uma

relação condizente entre teoria e prática. Faz-se necessário contextualizar, refletir sobre as práticas e entender as particularidades dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Tomando como base essa discussão, Imbernón (2010, p. 51) assim fala:

A capacidade profissional não se esgotará na formação técnica, mas alcançará o terreno prático e as concepções pelas quais se estabelece a ação docente. A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho.

Assim, a formação docente deve ser permanente, pois a mesma possibilita ao professor uma atualização constante de seus conhecimentos, uma vez que o mesmo pode estar sempre aprendendo algo novo referente às exigências do mundo do trabalho e paralelo a isso pode se autoavaliar constantemente, refletindo sobre suas práticas e melhorando-as.

Nesse contexto, a formação docente da década de 1990 passa a destacar o papel do professor-pesquisador, aquele “[...] cuja atividade profissional se alia à atividade de pesquisa [...]” PEREIRA (2006, p. 41) num processo constante de reflexão sobre a relação entre a teoria e a prática estabelecidas na educação. Segundo Santos (1995, p.7), “[...] a formação do professor precisa ser analisada com base em teorias que estabeleçam relações entre o pessoal e o social, o coletivo e o individual, ou entre agência e estrutura.” É preciso, então, realizar essa análise sob uma perspectiva mais ampla que envolva visões micro e macro acerca da formação docente, estabelecendo relações entre o contexto sócio-político-histórico em que essa formação se dá e a história profissional e de vida do professor, sua formação inicial, continuada e suas experiências.

A formação docente encontra-se prevista, direta ou indiretamente, em alguns instrumentos legais. No art. 212 da Constituição Federal de 1988 estão expressos percentuais de arrecadação de impostos que devem ser destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino em todo o país. Para manter e desenvolver um ensino de qualidade faz-se indispensável investir em formação dos professores, pois são eles que direcionam o processo de ensino-aprendizagem, propiciando ao aluno a descoberta de formas de aprender e refletir sobre a realidade (BRASIL, 1988).

O art. 214 da CF/88 estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de dez anos, que deve integrar as esferas federal, estadual e municipal quanto ao planejamento de ações educativas no intuito de manter e desenvolver o ensino nos seus vários níveis, etapas e modalidades (BRASIL, 1988).

O último PNE, elaborado no Brasil, data de 2014. Nele estão contidas 20 metas que devem ser alcançadas nacionalmente até o final de sua vigência, em 2024. Entre estas metas, tem-se a meta de número 15, assim disposta neste documento:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014, n.p.).

A formação a que se refere este texto é a de início da carreira docente. É notório que a formação inicial dos professores, embora essencial, não basta para o pleno desenvolvimento de suas atividades educativas. No próprio documento Referenciais para Formação de Professores, uma produção da Secretaria de Educação Fundamental/MEC, consta que “[...] é consenso que nenhuma formação inicial, mesmo em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável a criação de sistemas de formação continuada e permanente para todos os professores.” (BRASIL, 2002, p. 17).

Muitas lacunas são deixadas nesse momento inicial, inclusive no que se refere ao estudo sobre o patrimônio cultural, esquecido na maioria dos cursos superiores de formação docente, o que faz com que a maioria dos professores esteja despreparada para trabalhar com essa temática. A meta de número 16 do PNE prevê a formação,

em nível de pós-graduação, de 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014, n.p.).

Assim, para sanar as lacunas deixadas pela formação inicial, é importante que o professor participe de processos de formação continuada que podem ocorrer na forma de pós-graduação ou de outros cursos com duração menor. Atualmente, não encontramos graduações na área específica de patrimônio cultural, o que encontramos são pós-graduações, como o Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural existente na Universidade Católica de Goiás e na Universidade Federal de Santa Maria (E-MEC, 2017). Verifica-se que são poucos os cursos que oferecem uma formação direcionada para essa área.

Então, faz-se necessária uma articulação entre as esferas Federal, Estadual e Municipal a fim de que, atuando juntas, possam dar subsídios à promoção de cursos de formação docente que trabalhem o patrimônio e sua ligação com a cultura. O governo federal, em conjunto com as secretarias de educação estaduais e municipais, deve cuidar da promoção

desses cursos. O IPHAN, enquanto órgão brasileiro responsável pelas políticas de preservação do patrimônio cultural nacional, também deve colaborar nesse sentido.

A colaboração entre a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios com o objetivo de oferecerem formação inicial, continuada e capacitação dos profissionais do magistério está disposta no art. 62, §1º, da LDB 9.394/96 (CARNEIRO, 2012). Esta Lei dispõe ainda, em seu art. 61, parágrafo único, que deve haver uma formação básica sólida a fim de que os professores tenham os conhecimentos científicos e competências necessários para desenvolverem de forma plena suas atividades em suas áreas de atuação, além da importância que deve ser dada ao aproveitamento de formação e experiências anteriores, sempre estabelecendo associações entre teorias e práticas (CARNEIRO, 2012).

Alguns autores dedicam-se ao estudo sobre saberes que são indispensáveis à prática docente e que, portanto, devem ser aprendidos e desenvolvidos durante a formação. Entre esses autores, tem-se Tardif (2014) que relata sobre a existência de quatro tipos de saberes docentes. Os primeiros são os saberes da formação profissional adquiridos pelos professores em sua formação acadêmica inicial e/ou continuada. Tais saberes referem-se a conhecimentos pedagógicos que envolvem métodos e técnicas científicos sobre o saber-fazer a prática docente e são transmitidos ao longo do processo de formação dos professores; Em segundo, têm-se os saberes disciplinares relacionados às diversas áreas de conhecimento (ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais etc.) os quais são acumulados ao longo de gerações e organizados pela comunidade acadêmica que os transmite via instituições educacionais; Em terceiro, têm-se os saberes curriculares que se referem ao modo como ocorre a gestão do conhecimento nos estabelecimentos de ensino, ao modo como o conhecimento é produzido e transmitido aos alunos. Esses conhecimentos organizam-se na forma de objetivos, conteúdos e metodologias que devem ser aprendidos e aplicados pelos professores; Em quarto, têm-se os saberes experienciais que dizem respeito às experiências vividas pelos profissionais da educação ao longo dos espaços educacionais por onde estiveram e das trocas de experiências com os alunos e colegas de trabalho.

No caso de Alcântara, esses saberes experienciais devem ser levados em conta quando realizados processos de formação continuada voltados para a compreensão do patrimônio cultural local, pois a maioria dos professores alcantarenses reside lá há anos, tendo contato constante com esse patrimônio ao seu redor, não se podendo desmerecer as ricas experiências vividas por eles nesse sentido e os conhecimentos trazidos com elas.

Tardif (2014) coloca os saberes experienciais como os mais relevantes na formação docente, uma vez que o professor não pode aprender e controlar a produção dos demais saberes

profissionais, disciplinares e curriculares sob uma perspectiva de exterioridade apenas, sem levar em consideração o significado interior de suas experiências, vividas nos diversos contextos educacionais que tenha feito parte. São saberes múltiplos e heterogêneos, vindos de fontes diversas, entre elas, a família, as instituições educacionais, os livros e o ambiente de vida de uma forma geral. Esses saberes interferem na constituição da identidade profissional, logo as decisões tomadas e que direcionam as ações do professor ao longo de sua carreira estão intrinsecamente relacionadas com as experiências que ele vive no ambiente familiar, escolar ou em qualquer outro grupo social que tenha feito ou faça parte. A troca de experiências com familiares, colegas de trabalho e alunos são decisivas para formar o profissional que se desabrocha para a educação.

Freire (1996) também relata sobre a importância da experiência na constituição dos saberes docentes e diz que os conhecimentos adquiridos ao longo da vida pessoal e profissional são relevantes ao formar para o ou no trabalho. Segundo ele, são quatro os saberes docentes: a formação inicial ou continuada, a escuta, o tempo e a relação dialógica. A formação inicial ou continuada deve ocorrer em um contexto onde se problematize a realidade; a escuta deve ter fundamentação no diálogo; o tempo é considerado indispensável para materializar políticas e intenções educativas e a relação dialógica deve estar baseada numa associação entre teoria e prática.

Assim, são vários os autores que reforçam a importância das experiências vividas, são elas que dão sentido aos demais saberes docentes adquiridos e a forma como cada professor coloca em prática esses saberes. Não se pode relacionar a construção dos saberes docentes a aspectos meramente objetivos, a conteúdos acadêmicos, por exemplo, porque a subjetividade também é fator decisivo nesse processo, direcionando dentro de cada indivíduo a relevância a ser dada a cada conteúdo que se estuda e se aprende durante o processo formativo.

Outro autor que também se preocupou em realizar estudos nesse sentido foi Pimenta (2005). Segundo ele, a experiência, o conhecimento e os saberes pedagógicos constituem os saberes para o magistério. A experiência, de acordo com este autor, é adquirida desde a formação inicial até a efetivação da prática docente, a partir da reflexão e das trocas estabelecidas com os colegas; o conhecimento é transmitido a partir da escola e das exigências do mundo contemporâneo; já os saberes pedagógicos são constituídos pela junção da experiência, do conhecimento e de conteúdos específicos em meio a necessidades pedagógicas reais.

Verifica-se que são muitos os autores que focaram seus estudos em saberes docentes relevantes a serem desenvolvidos pelos professores a fim de que os mesmos, tendo

conhecimento desses saberes, possam melhor desempenhar suas funções, seja no espaço escolar ou em outros espaços onde se desenvolvam atividades extraclases. Tais saberes auxiliam no planejamento e na execução de atividades educativas que se relacionam com o patrimônio cultural e com a sua preservação.

No próximo capítulo, pretende-se entender como esses saberes docentes foram desenvolvidos e aplicados quando da realização do PROFEPMA. Se o programa trouxe de fato contribuições para que a educação patrimonial pudesse ser efetivada com êxito nas práticas dos professores que participaram deste processo de formação continuada em Alcântara.

4 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO ESTADO DO MARANHÃO NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA - PROFEPMA

O PROFEPMA foi muito positivo, teve a ideia estratégica de ver a escola como ambiente de transformação. As atividades desenvolvidas, o material oferecido, a didática utilizada foram muito válidos. Não se tinha instrumentos pra se trabalhar o patrimônio histórico no âmbito escolar e com o projeto isso pôde acontecer. A escola foi fortalecida dentro desse contexto como um ambiente de empoderamento e a gente não se via dessa forma. Muitos de nós professores nem conhecíamos a história de Alcântara e a partir do projeto tivemos essa possibilidade. E muito me alegrou Alcântara ser protagonista desse projeto. [...] Alcântara é tão bela quanto outras cidades históricas do Brasil. O que precisa é a gente reconhecer o nosso patrimônio e ajudar ele a se manter, a se perpetuar na história. (PROFESSORA FORMADA ENTREVISTADA, 2018).

4.1 Alcântara e o PROFEPMA

Alcântara é uma cidade de forte legado patrimonial cultural o que pode ser percebido pela riqueza do seu conjunto arquitetônico e urbanístico, por suas belezas naturais e pela diversidade de manifestações histórico-culturais, influências fortes deixadas por um período de colonização. A conservação de seu estilo colonial faz dela uma cidade praticamente parada no tempo, ainda que tenha aglutinado, em alguns espaços, traços da modernidade.

É uma cidade localizada na Mesorregião Norte e na Microrregião Litoral Ocidental do Estado do Maranhão, a uma latitude de 2° 24' e uma longitude de 44° 25'. Em relação ao nível do mar está a 5m de altitude. Ao Norte limita-se com o Oceano Atlântico, ao Sul com o município de Cajapió, a Oeste com os municípios de Perim-Mirim, Bequimão e Guimarães, estando separada destes dois últimos pela Baía de Cumã, e a leste com Cajapió e São Luis. (IBGE, 2010). Alcântara está separada a 425 km de São Luís, por via terrestre, e a apenas 22 km, por via marítima, por meio da Baía de São Marcos.

Um levantamento feito pelo Senso Demográfico em 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que existe em Alcântara uma população total de 21.851 de habitantes residentes. Destes, 15.452 habitantes encontram-se na zona rural e 6.399 encontram-se na zona urbana.

Pflueger (2002, p. 35) assim descreve a extensão territorial deste município:

[...] 114 mil hectares, apresentando configuração peninsular, recortada por braços de mar e igarapés, vastos campos naturais e algumas ilhas como a de Cajual, das Pacas e a do Livramento, em frente da cidade histórica. Além da “Sede”, como é chamada popularmente Alcântara, o município possui 207 povoados e pequenos sítios de características bem diferentes; alguns povoados são formados por comunidades negras e estão situados no interior do município.

Estes povoados foram constituindo-se a partir de uma miscigenação de raças e etnias, oriunda do processo de colonização que passou Alcântara. Esse processo sofreu influências dos portugueses, espanhóis, franceses e africanos trazidos escravizados que por lá passaram, deixando traços aglutinados dessas culturas, presentes em rituais, danças, culinária e na própria arquitetura da cidade, com seus imponentes sobrados e igrejas, encontrados no Centro Histórico, ponto turístico mais forte e de maior visitação. Diante disso, tem-se a riqueza e a diversidade cultural que possui esta cidade. É uma cultura marcada por bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural alcantareense e que se destacam por seus casarões, paisagens naturais, sítios arqueológicos e manifestações artísticas e culturais (BARRETO JÚNIOR, 2009).

De acordo com Freitas (2013) os principais atrativos que despontam no patrimônio material alcantareense são: a Praça da Matriz, a Casa Câmara e Cadeia, o Museu Histórico e Artístico de Alcântara, Ruínas e as Igrejas visíveis quando em passeios pelas ruas do Centro Histórico. Esses atrativos caracterizam-se por um estilo colonial, percebido especialmente na arquitetura de seus casarões e sobrados. A cidade conta também com lugares de beleza paisagística inigualáveis, como as praias de seu entorno.

Há ainda que se destacar o seu patrimônio imaterial caracterizado por uma diversidade de manifestações culturais, incluindo danças, rituais, expressões artísticas, herdadas da fusão das culturas europeia, indígena e africana, reflexo deixado pela sua formação histórica. As manifestações culturais que mais se destacam são as festas religiosas que ocorrem nos meses de maio (Festa do Divino Espírito Santo) e em agosto (Festa de São Benedito). São momentos marcantes onde a comunidade se integra, atraindo muitos turistas (PFLUEGER, 2002).

Esse patrimônio é entendido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como de valor cultural, histórico, artístico, paisagístico, urbano e arqueológico. No intuito de reconhecer e preservar essa riqueza patrimonial contida em Alcântara, todo o casario do seu Centro Histórico foi tombado, assim como as áreas naturais que compõem a sua paisagem, o que foi reconhecido primeiramente pelo governo federal através do Decreto-Lei nº 26.077, de 22 de dezembro de 1948, que diz que:

[...] em Alcântara se conservam, no todo e na parte, valiosas edificações de caráter civil religioso e militar a atestarem a ancianidade de sua história e o alcance de sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade nacional e que tais vestígios devam ser apreciados e protegidos em seu conjunto, de modo a manter a caracterização da feição da paisagem em que se integram (BARRETO JÚNIOR, 2009, p.24).

O tombamento da cidade ocorreu devido à importância do seu conjunto de arquitetura colonial luso-brasileira, que caracteriza o estilo colonial dos casarões, constituído ao longo de todo o século XVII. Deste período até o século XIX houve uma concentração da aristocracia rural agroexportadora de algodão em Alcântara e a cidade viveu um momento áureo de ascensão econômica com projeção em todo o Estado do Maranhão. Nessa época, a economia girava em torno do cultivo não só de algodão, mas também de arroz, além da predominância de engenhos de açúcar e extração de sal. Porém, a comercialização desses produtos decaiu a partir da segunda metade do século XIX e a cidade foi ficando isolada, mantendo seu conjunto arquitetônico quase inalterado. Esse conjunto hoje é composto de igrejas antigas e palacetes em ruínas, com formação arquitetônica bem típica dos séculos XVII e XVIII, influência forte trazida da Europa, proveniente do contato dos filhos de famílias ricas com Coimbra – Portugal (IPHAN, 2018a).

Esse patrimônio tem grande valor cultural agregado e constitui-se em fonte de formação da identidade do povo alcantareense e de reconhecimento de sua história, seus costumes e hábitos encontrados na forma de ser, de agir, de se vestir, de se alimentar, de dançar e etc. Tudo isso foi fruto da mistura de aspectos variados de culturas diversas daqueles que por Alcântara passaram em seu período de colonização, período esse também muito marcado pela vinda de escravos africanos para trabalharem nos engenhos, foram eles os principais responsáveis pela formação das comunidades quilombolas (IPHAN, 2018a).

Hoje, aproximadamente “[...] 70% dos 22 mil habitantes de Alcântara vivem na área rural, boa parte em comunidades quilombolas. De acordo com a Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, o município concentra o maior número dessas comunidades certificadas no Brasil: são 156.” (HEBMÜLLER, 2017, p. 1). Muitas dessas comunidades tiveram que sair dos locais onde residiam devido à chegada do Centro de Lançamento Aeroespacial (CLA).

Assim, passado o período de inércia socioeconômica vivida a partir da segunda metade do século XIX, a cidade volta a dinamizar-se com a instalação no município, em 1980, do CLA. Mas o que poderia ter sido a ponte para o progresso e o desenvolvimento local tornou-se o pesadelo de muitas comunidades quilombolas que, remanejadas de seu local de origem para dar espaço à instalação do CLA, perderam muitas raízes de sua identidade, sendo realocadas em áreas de solo infértil sem condições de dar continuidade a sua produção agrícola de auto-sustento que tanto caracterizava seus hábitos (BARRETO JÚNIOR, 2009).

Esse caráter histórico, contido no patrimônio de uma comunidade como Alcântara, não deve se perder e sua conservação também está intimamente ligada ao desenvolvimento do

turismo, uma vez que muitos turistas são atraídos por uma história e uma memória que se encontram vivas em monumentos, praças, museus e outros tantos locais visitados. E são atraídos ainda por momentos de lazer e encantamento proporcionados por manifestações culturais e paisagens expressas.

Logo, percebe-se o quanto é importante preservar esse patrimônio e a memória coletiva deste povo. Para tanto, a educação patrimonial pode possibilitar aos educandos alcantarenses conhecimentos acerca do passado com o intuito de entender o presente e projetar o futuro, despertando, assim, para a preservação do patrimônio local.

Essa riqueza contida em seu patrimônio cultural fez com que Alcântara tenha sido escolhida para sediar o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão (PROFEPMA) que será explicitado no subitem a seguir.

4.2 O PROFEPMA e suas etapas de desenvolvimento³

O PROFEPMA foi um programa considerado pioneiro no Brasil no que se refere à formação continuada docente sobre educação patrimonial com grande extensão e os seus idealizadores tinham a intenção de registrar as experiências vividas durante o seu desenvolvimento para servirem de modelo à realização de outros projetos dessa natureza ao nível de Brasil ou de mundo, devendo ocorrer em cidades históricas, com grandes legados culturais. Este programa tinha por objetivo principal:

Subsidiar a construção e/ou fortalecimento da consciência dos docentes e discentes das escolas municipais de Alcântara, respaldada em sentimentos e valores tais como: valorização, preservação, proteção e respeito ao patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Alcântara, assim como o de identidade e pertencimento a um espaço geográfico e a cultura de um povo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010, p. 6).

Para nortear as etapas a serem desenvolvidas e alcançar o objetivo geral, foram traçados os objetivos específicos que são os seguintes:

[...] capacitar todos os professores e técnicos da rede municipal de ensino que desenvolvem atividades pedagógicas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental; acompanhar e avaliar, sistematicamente, a prática pedagógica dos professores de 5ª a

³ Este subitem do capítulo 4, que apresenta a descrição do PROFEPMA e de suas etapas de desenvolvimento, foi construído a partir do projeto escrito deste programa, elaborado e cedido pela UFMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010). As informações obtidas no projeto escrito foram complementadas com dados encontrados em documentos oficiais referentes ao programa, disponibilizados pelo IPHAN e pela UFMA. Alguns desses documentos não poderão constar nos anexos desta pesquisa, uma vez que contemplam dados pessoais dos sujeitos participantes, e se assim ocorresse, comprometeria o caráter sigiloso da mesma. Informações extraídas a partir das falas de alguns sujeitos entrevistados também contribuíram para a descrição do PROFEPMA e consequente construção deste subitem. Esta observação também é válida para o próximo subitem que traz os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

8º séries do ensino fundamental, das escolas municipais de Alcântara; contextualizar a cultura enquanto produção coletiva e enquanto valor social de um povo, assim como a importância da educação na reprodução desta cultura, ou na imposição de culturas dominantes; conscientizar os participantes que a cultura é um valor social que se materializa pelo sentimento de identidade e pertencimento; mostrar o significado político da relação entre cultura local x outras culturas; Desenvolver e/ou fortalecer o sentimento de identidade, pertencimento, valorização, preservação, proteção e respeito ao patrimônio cultural da cidade, enquanto valor social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2010, p. 6).

Este programa originou o I Projeto de Extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara-MA. Foi fruto de um convênio entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo o apoio da Prefeitura Municipal de Alcântara e *Cyclone Space*. Alcântara *Cyclone Space* (ACS) trata-se de uma empresa binacional, fruto de uma parceria estabelecida entre Brasil e Ucrânia, iniciada em 2006, com o objetivo de lançar satélites no espaço por meio do foguete modelo *Cyclone4* a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no Maranhão. O rompimento dessa parceria iniciou-se em 2015 pelo governo brasileiro com a justificativa de que os lucros com o projeto não foram alcançados conforme o esperado (ARAYA, 2015).

Cada parceiro teve suas atribuições a fim de que o PROFEPMA pudesse acontecer com êxito. A UFMA ficou responsável pelo apoio didático pedagógico, selecionando professores do seu quadro institucional para capacitar os professores da Rede Municipal de Educação de Alcântara e selecionando também os professores-tutores. Estes eram de Alcântara e acompanhariam os professores que estavam recebendo a formação quando da realização de suas atividades docentes desenvolvidas nas escolas alcantarenses onde trabalhavam.

Os professores-tutores foram selecionados via edital (Ver ANEXO B), organizado e lançado pela UFMA, portanto ficaram sob a responsabilidade desta instituição. Os mesmos receberam seis bolsas no valor de R\$ 1.200,00 cada, por ano trabalhado, equivalentes às 20h/semanais dedicadas ao PROFEPMA. Na época, este era um valor significativo o que estimulava os tutores a não desistirem. Alguns tiveram que ser excluídos porque com o tempo não se mostraram compatíveis com as exigências do programa e quando assim acontecia fazia-se necessário abrir novo edital de seleção para preencher possíveis vagas em aberto.

Os critérios para selecionar esses professores-tutores eram: ser professor da Rede Municipal de Ensino de Alcântara e está em exercício na docência ou na gestão escolar; ter cursado, no mínimo, uma formação no Projeto de Formação Continuada em Educação Patrimonial; ter disponibilidade de um turno de trabalho (matutino ou vespertino); ser aprovado no processo seletivo com média igual ou superior a 7,0 (sete); assinar termo de compromisso,

comprometendo-se a não abandonar o curso de formação a partir do momento da assinatura do termo. O processo seletivo constava de duas etapas: na primeira o candidato a tutor deveria realizar uma prova dissertativa sobre temas que já constavam no edital e que eram relacionados à educação patrimonial e na segunda etapa o candidato deveria elaborar um plano de aula referente ao conteúdo de um texto entregue na hora da prova. As possibilidades de temas para a prova dissertativa que constavam no edital eram: 1) A importância do planejamento pedagógico para o desenvolvimento das atividades em Educação Patrimonial; 2) Educação Patrimonial e planejamento pedagógico: limites e possibilidades da prática pedagógica; 3) Educação Patrimonial e organização do trabalho escolar: desafios do planejamento pedagógico; 4) Educação Patrimonial: interdisciplinaridade a partir do planejamento pedagógico.

Os professores que receberam a formação continuada foram escolhidos pela Prefeitura Municipal de Alcântara via Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Pelos relatos dos entrevistados, percebeu-se que os professores a participarem das formações deveriam ser todos aqueles que ministravam aulas na série escolhida para a capacitação e que ministravam disciplinas de História, Geografia e Língua Portuguesa. A Prefeitura Municipal de Alcântara era responsável pelo suporte financeiro destinado ao deslocamento daqueles que iam, dos municípios mais distantes de Alcântara para a sede, participar dos dias de formação continuada.

Ao IPHAN coube a elaboração dos livros didáticos utilizados durante a formação e o incentivo aos professores, tutores, técnicos, consultores e coordenadores. O IPHAN também cedia seu espaço em Alcântara para a realização de atividades relacionadas ao PROFEPMA.

A *Cyclone Space* contribuiu no sentido de se responsabilizar pela reprodução dos livros didáticos utilizados durante as formações continuadas num primeiro momento e num segundo momento utilizados nas escolas, com os alunos. Inicialmente, os livros eram na forma de brochura e tinham uma letra em tamanho pequeno e já nos últimos anos do PROFEPMA foram reproduzidos na forma de espiral e com uma letra de tamanho maior para facilitar o manuseio, a leitura e a preservação deste material didático.

A coleção “Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação” era composta por quatro livros que deveriam ser utilizados ao longo dos anos de realização do PROFEPMA com os alunos da 5ª Série a 8ª Série. Esta coleção de livros trouxe a narração de aventuras vividas pelos personagens pré-adolescentes Ana, Artur e José, no povoado de Tapuitapera. Este nome foi dado a esse local onde se passa essa estória com o intuito de homenagear e fazer lembrar a primeira nomeação de Alcântara, nome indígena, dado pelos Tupinambás. Esses livros foram produzidos por uma equipe técnica do IPHAN que esteve em Alcântara anos antes da efetivação

do PROFEPMA, coletando informações histórico-culturais para tal (BARROS; RAMASSOTE, 2009).

A coleção de livros didáticos abordava relações entre a sociedade, a cultura e a educação. Questões referentes às categorias de identidade, pertencimento, valorização, preservação, proteção e respeito ao patrimônio da cidade de Alcântara eram trabalhadas a partir dos livros com os professores que em seguida trabalharam com seus alunos nas escolas municipais locais. “O significado econômico, social e político do tombamento de Alcântara no contexto local, nacional e mundial” também foi temática estudada a partir da coletânea de livros, entre outros assuntos de igual importância para a educação patrimonial do município.

Quando da realização do PROFEPMA esses livros eram recebidos a cada ano, pelos diretores das escolas, a fim de serem trabalhados com a série que estava sendo pensada, naquele momento, nos planejamentos que ocorriam durante as formações continuadas. Os diretores assinavam um recibo onde constava o quantitativo de livros que estava sendo entregue.

A equipe técnico-pedagógica da UFMA responsável pela coordenação do projeto era composta por: Coordenadora Geral, Consultora Técnico-pedagógica, Assessora Técnico-pedagógica, Assessora de Interiorização e Secretária, além de alguns Professores-tutores da própria UFMA que não chegavam a serem os Professores-tutores de Alcântara. Estes últimos eram responsáveis por fazerem um acompanhamento mais rotineiro e junto aos professores que estavam sendo capacitados.

Quanto à equipe técnico-pedagógica de Alcântara que estava diretamente envolvida com o PROFEPMA tem-se: Assessora Técnica da Prefeitura Municipal de Alcântara, Secretário Municipal de Educação de Alcântara, Técnico-pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de Alcântara e Secretárias (professoras do município com cargos na SEMED). O Secretário Municipal de Educação de Alcântara encarregava-se de enviar aos diretores das escolas municipais uma solicitação de liberação dos professores para participarem da formação continuada, que geralmente ocorria uma vez por mês, durante dois ou três dias contínuos, com exceção dos meses de férias docentes tanto do professores da UFMA (formadores), quanto dos professores de Alcântara (formados).

O PROFEPMA foi pensado para beneficiar, em Alcântara, uma média de 90 professores do Ensino Fundamental, 430 alunos que iniciariam na 5ª série do Ensino Fundamental e deveriam acompanhar o desenvolvimento do programa até a 8ª série, 22 escolas municipais localizadas na sede de Alcântara e em alguns de seus povoados, e 10 técnicos do IPHAN e da Secretaria Municipal de Educação de Alcântara diretamente envolvidos no projeto. Entre os povoados que continuam escolas envolvidas com o PROFEPMA, podem ser citados:

Raimundo Su, Itamatatiua, Marudá, Oitiua, Japéu, Santa Maria, São João Cortes, Ponta D'Areia, Mamuna, Cajueiro, Mocajituba, Arenhengaua.

Os professores da UFMA que se deslocavam até Alcântara para realizarem a capacitação com os professores desta cidade eram de áreas como: Turismo, Sociologia, Arte, Pedagogia, Meio Ambiente, Biblioteconomia entre outras. Os professores locais que recebiam a capacitação deviam estar lecionando as disciplinas de História, Geografia ou Língua Portuguesa nas escolas do município, do contrário não poderiam participar.

O PROFEPMA efetivou-se para dar continuidade às ações desenvolvidas desde 2007 através do projeto “Educação patrimonial nas salas de aula de Alcântara”, de responsabilidade do IPHAN/MA. Este ocorreu em três etapas: A, B e C, sendo que a etapa C foi concretizada através do I Projeto de Extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara-MA.

Na Etapa A, foi realizado um levantamento das publicações existentes sobre educação patrimonial para fundamentar o projeto que se esboçava. A Etapa B consistiu na elaboração dos livros didáticos que seriam utilizados ao longo dos quatro anos de PROFEPMA, em Alcântara. Para a elaboração desses livros foi feita uma pesquisa histórica e visitas ao município, num primeiro momento. Em seguida, houve a aplicação de questionários nas escolas, oficinas e exposições com os resultados. E por fim, a elaboração da estrutura e da redação dos livros didáticos com base nas informações coletadas.

A Etapa C constituiu-se de cinco momentos. O primeiro foi a celebração do acordo para a realização do PROFEPMA, em Alcântara. O segundo momento consistiu em reunir os professores que seriam qualificados e identificar os principais problemas, de ordem pedagógica e técnica, advindos do seu cotidiano em sala de aula, a fim de que as formações pudessem ocorrer, conforme a realidade educacional de Alcântara. Nessa reunião inicial, apresentou-se um cronograma de atividades e o período em que as mesmas seriam desenvolvidas durante o primeiro ano de realização do PROFEPMA. A cada início de ano, um novo cronograma era apresentado para aqueles que participavam das formações.

No terceiro momento, houve a capacitação dos professores, a partir dos livros didáticos confeccionados, preparando-os para o trabalho, em sala de aula, com os alunos, em suas escolas municipais. Em seguida, no quarto momento, houve um acompanhamento e avaliação dos trabalhos realizados com esses alunos que ora era feito pelos tutores, ora era feito pela equipe técnico-pedagógica da UFMA. Ao final de cada ano da formação continuada ocorriam momentos de culminância do projeto com os alunos, nas escolas, e também com os professores, na Sede, fazendo a exposição dos trabalhos realizados com os alunos ao longo do

ano letivo. Os encontros de culminância (Ver ANEXO C) contavam com a presença dos tutores e, em alguns momentos, estes estavam junto com a equipe técnico-pedagógica de acompanhamento da UFMA.

O último momento consistiu de uma avaliação sistemática do projeto, de uma forma geral, com apontamento dos pontos positivos e negativos. Essa avaliação foi feita em um encontro onde estavam presentes os professores participantes e a equipe Técnico-pedagógica do IPHAN e da UFMA.

A Etapa C esteve sob a responsabilidade da UFMA e aconteceu através do I Projeto de Extensão do PROFEPMA: Formação Continuada para Educação Patrimonial no Município de Alcântara.

A descrição destas etapas mostra como ocorreu o planejamento, a organização, a implantação, o monitoramento e a avaliação do PROFEPMA. Planejar, organizar, implantar, monitorar e avaliar correspondem a funções básicas de administração que, quando bem realizadas, podem levar, com maior facilidade, ao sucesso de um projeto. Assim, “[...] o gerenciamento de um projeto é implementado por meio de um processo que consiste nas funções básicas de administração, utilizando-se recursos para alcançar as finalidades do projeto.” (CLELAND; IRELAND, 2012, p. 14).

Conforme dito anteriormente, foram feitas pesquisas bibliográficas a cerca da educação patrimonial e visitas técnicas à cidade de Alcântara para levantamento de informações e realização de diagnóstico prévio a fim de que pudesse ser realizado o planejamento do projeto a partir do contexto onde ele seria colocado em prática. O planejamento consiste na fase inicial de “[...] desenvolvimento dos objetivos, das metas e das estratégias para prover o empenho dos recursos necessários para o projeto.” (CLELAND; IRELAND, 2012, p. 14).

Na fase de organização, os recursos humanos, materiais, financeiros, entre outros de que o projeto necessita, devem ser devidamente dispostos. Referente a esta fase pode-se citar os processos de seleção dos professores que receberiam a formação, dos professores formadores, dos tutores, além de organização do recurso financeiro destinado a bolsas, a confecção dos materiais didáticos utilizados durante as formações etc. E ainda consta a organização dos locais a serem utilizados para as formações, dos materiais utilizados de uma forma geral. Por organização entende-se a “[...] identificação dos recursos humanos e não-humanos necessários, formulação de uma disposição apropriada para esses recursos e determinação dos papéis individuais e coletivos dos membros da equipe do projeto.” (CLELAND; IRELAND, 2012, p. 14). Assim, a fim de que o PROFEPMA ocorresse de acordo

com o planejado, também foi necessário estabelecer as atribuições e as responsabilidades de cada membro da equipe de coordenação e acompanhamento deste programa.

A próxima fase correspondeu à implantação do PROFEPMA a partir da execução daquilo que foi, anteriormente, planejado e organizado. “A execução é o momento de colocar em prática o que foi planejado – a equipe é responsável por construir o resultado do projeto.” (SILVA, 2016, p. 27). Por isso, a importância da escolha de uma equipe preparada e comprometida que realize o seu trabalho com dedicação e motivação. Nesse contexto, também se faz importante a existência de uma direção para o projeto que realize um acompanhamento mais de perto com aqueles que realizam o seu trabalho. Cabe à direção “[...] a competência de liderança necessária para garantir a formulação e execuções das decisões relacionadas com o projeto.” (CLELAND; IRELAND, 2012, p. 14). No caso do PROFEPMA, as equipes técnico-pedagógicas da UFMA e do IPHAN, em parceria, foram responsáveis pela direção do mesmo.

Dos integrantes responsáveis pela direção de um projeto, tem sempre alguém que está à frente das decisões, o gerente do projeto, aquele a quem todos se remetem antes de decidir sobre algo ou executar determinadas atividades e que pode ser chamado de líder. O seu papel é de fundamental importância para o gerenciamento do projeto, pois ele tem a responsabilidade de “[...] garantir que as coisas estejam acontecendo, gerenciar a equipe e tentar minimizar obstáculos para que os resultados sejam produzidos.” (SILVA, 2016, p. 177). Quanto ao PROFEPMA, pode-se atribuir esta função ao coordenador geral, representado por uma professora da UFMA.

Por fim, tem-se a fase de monitoramento e avaliação realizada a fim de que se tenha um controle maior sobre aquilo que está sendo executado e se possam fazer as possíveis correções nos erros apresentados ao longo do processo de realização do projeto. Assim, nesta fase, tem-se a “[...] monitoração, avaliação e controle do uso de recursos coerentes com o projeto.” (CLELAND; IRELAND, 2012, p. 14). Durante o desenvolvimento do PROFEPMA, o trabalho dos professores, realizado nas escolas, com os alunos, era monitorado pelos tutores e também pela equipe técnico-pedagógica da UFMA que faziam visitas (Ver ANEXO H) nas escolas cadastradas pelo programa a fim de perceberem se os professores estavam colocando em prática os conhecimentos adquiridos com a formação continuada.

Ao final de cada visita técnica, o tutor deveria apresentar à equipe técnico-pedagógica um relatório (Ver ANEXO I) onde constasse a caracterização da escola visitada; a descrição do trabalho que estava sendo realizado pelo professor: o planejamento, os livros e materiais didáticos utilizados e os resultados alcançados; a formação do professor; o seu compromisso e as dificuldades do tutor para realizar esse trabalho de acompanhamento.

Além disso, durante as formações também eram expostos pelos professores as dificuldades encontradas quando da realização do trabalho nas escolas e a equipe de professores formadores revia seu planejamento de trabalho e a forma de executá-lo a fim de que essas possíveis dificuldades fossem sanadas ou pelo menos amenizadas e o projeto pudesse chegar ao fim com o alcance dos resultados esperados.

4.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Para Leal (2011) a pesquisa científica caracteriza-se por uma busca, metódica e exaustiva, de respostas a perguntas a fim de preencher uma lacuna de conhecimento. Para tanto, sustenta-se em estratégias ou procedimentos metodológicos sistematizados que são importantes para alcançar os objetivos da investigação.

Os procedimentos metodológicos estão assentados no conjunto de técnicas e de processos utilizados para a execução da pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2013, p. 1) “[...] a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

Dessa forma, esta pesquisa fez-se importante na medida em que realizou uma busca ávida por informações acerca do PROFEPMA, entendendo a relevância de um programa dessa natureza para o reconhecimento e a identificação de um povo com sua história e sua cultura, despertando o mesmo para a preservação da memória contida em elementos materiais e imateriais provenientes desse contexto histórico-cultural. A pesquisa, então, transcorreu no sentido de descobrir quais foram as contribuições trazidas pelo PROFEPMA nesse sentido.

Com base no exposto, a seguir será realizada uma descrição do tipo de pesquisa, assim como serão apresentados os participantes da mesma e os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Por fim, serão explicitados os métodos utilizados para a análise de dados.

4.3.1 Descrição do tipo de pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se por sua abordagem qualitativa, conforme Godoy (1995), quando tenta explicar o significado de acontecimentos no universo social. A autora diz que a pesquisa qualitativa não objetiva enumerar/medir os acontecimentos em estudo, assim como não aplica instrumentos estatísticos para a análise de dados. Tem como ponto de partida enfoques de caráter mais amplo e que vão se definindo ao longo do estudo em desenvolvimento.

Durante a sua realização, buscou-se “[...] dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos.” (GODOY, 1995, p. 58). Ao utilizar a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, que será melhor detalhado a seguir, a pesquisadora tornou possível esse contato direto com os participantes da situação em estudo o que possibilitou uma análise mais descritiva, detalhada e criteriosa.

Nesse sentido, esta pesquisa classifica-se também em exploratória e descritiva quanto aos fins; bibliográfica, de campo e documental quanto aos meios, na perspectiva de Vergara (2013). A investigação exploratória ocorre em áreas em que “[...] há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.” (VERGARA, 2013, p. 42). Portanto, pretende-se explorar e sistematizar os estudos científicos, na forma de dissertação, acerca dos impactos ocasionados pelo PROFEPMA.

Este programa originou o projeto piloto desenvolvido na cidade de Alcântara-MA sobre formação continuada docente acerca da educação patrimonial, tendo por parceiros o IPHAN, a UFMA, a Secretaria de Educação do Município de Alcântara e o *Cyclone Space*. A partir do mesmo se pretendia expandir a experiência para outras cidades históricas do Brasil. Por isso, muitas informações ficaram guardadas nos anos seguintes ao seu desenvolvimento, dificultando a pesquisa sobre o mesmo. Apenas aqueles que trabalharam no planejamento, organização, execução e avaliação do PROFEPMA e que tinham acesso direto às informações sobre este programa puderam submeter materiais científicos à publicação, porém, em pesquisa na internet, tais materiais não são facilmente encontrados e quando encontrados não são ricos de detalhes de informações. A exibição e a divulgação dessas informações, na forma de dissertação, estão ocorrendo através desta pesquisa, por isso considerada exploratória, uma vez que a pesquisadora precisou ir a campo, em busca de dados que não são revelados nem mesmo nos poucos documentos encontrados e disponíveis nas instituições públicas que foram responsáveis pelo PROFEPMA. Dados estes encontrados nas falas dos sujeitos entrevistados.

A pesquisa é também descritiva, pois apresenta a descrição de Alcântara e de seu patrimônio cultural, a fim de que se compreenda o porquê desta cidade ter sido escolhida para o desenvolvimento do programa em estudo. Apresenta-se ainda uma breve descrição acerca dos sujeitos envolvidos diretamente com o PROFEPMA e suas percepções. Também são caracterizadas as fases de planejamento, organização, implantação, monitoramento e avaliação deste programa, conforme exposto nos objetivos específicos. Planejar, organizar, implantar, monitorar e avaliar são funções administrativas indispensáveis para o gerenciamento de projetos, portanto para caracterizar e compreender as fases de desenvolvimento do

PROFEPMA, buscou-se estudos de autores da administração sobre essas funções, entre eles Cleland e Ireland (2012) e Silva (2016), já citados no subitem anterior a este. Diante do exposto, entende-se que a pesquisa descritiva é usada para caracterizar determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer relações entre variáveis e definir sua natureza. Segundo Vergara (2013, p.42), “[...] não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal [...]”.

Ao lado disso, foi desenvolvido um estudo bibliográfico a partir de artigos científicos, dissertações, teses e livros, inclusive os livros da coleção “Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação”, utilizados quando da realização do programa para a capacitação dos docentes, além de outros materiais relevantes disponibilizados em redes eletrônicas. A pesquisa bibliográfica foi realizada do início ao fim da pesquisa, é através dela que se busca a fundamentação teórica necessária para compreender o tema escolhido e ir a campo com conhecimentos prévios que são importantes para subsidiar a coleta de dados. De acordo com Luna (1991, p. 32), “[...] o referencial teórico de um pesquisador é um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades [...]”.

A pesquisa também é classificada como de campo. “Pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.” (VERGARA, 2013, p. 43). Fez-se uso de entrevistas que foram realizadas com os professores, os tutores e os principais coordenadores do PROFEPMA a fim de buscar entendimentos sobre a percepção dos mesmos acerca deste programa em que estiveram envolvidos e dos seus efeitos nas práticas docentes. Neste caso, ir a campo e conversar com os sujeitos participantes tornou-se de fundamental importância para a coleta de dados que não foram encontrados nos documentos, ou mesmo para esclarecer os dados já encontrados.

Por fim, a presente pesquisa pode ser entendida ainda a partir de seu caráter documental. Lüdke e André (1986, p. 39) afirmam que “[...] os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação.” Dentro de um contexto em que surgem, esses documentos fornecem informações que possibilitam compreender esse mesmo contexto.

Diante disso, foi preciso observar alguns documentos sobre o PROFEPMA, encontrados no IPHAN e na UFMA, para iniciar a compreensão acerca do programa antes de partir para as entrevistas em campo. Entre esses documentos, foram encontrados: algumas fichas de frequências dos professores que participaram das capacitações do PROFEPMA (Ver

ANEXO D); alguns modelos de planejamentos de aulas a serem desenvolvidas com os alunos (Ver ANEXO E); edital de seleção dos tutores que acompanharam os professores nas escolas (Ver ANEXO B); algumas relações dos professores certificados ao final das etapas do PROFEPMA (Ver ANEXO F); alguns materiais didáticos utilizados durante as capacitações (Ver ANEXO G); entre outros. Ter acesso a estes documentos não se constituiu em tarefa fácil, primeiro pela dificuldade que os órgãos públicos têm de disponibilizar determinadas informações a pesquisadores, segundo porque muitos desses documentos foram extraviados com as mudanças de gestão dos órgãos públicos em estudo. Não foram encontradas todas as listas de certificação dos quatro anos de duração do PROFEPMA, assim como os controles de frequências e demais documentos que comprovassem as atividades realizadas, também faltaram documentos que trouxessem dados sobre a tutoria, quando se encontrava de um ano, não se encontrava do outro. Dessa forma, ficaram lacunas na pesquisa documental quanto a algumas informações que foram preenchidas a partir da fala dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa de campo.

4.3.2 Caracterização dos participantes da pesquisa

Dos sujeitos participantes da pesquisa, apresentam-se os professores envolvidos com a capacitação do PROFEPMA, mas especificamente aqueles que concluíram uma ou mais etapas da capacitação, recebendo certificação. Cada etapa equivalia a um ano de participação na capacitação, com frequência e bom desempenho que assegurassem o certificado ao final. No primeiro ano de desenvolvimento do programa, em 2011, 78 professores estavam matriculados e os mesmos 78 concluíram a formação com êxito, recebendo a certificação. No segundo ano, em 2012, 67 foi o número de matriculados, mas somente 55 concluíram e receberam o certificado. No terceiro ano, em 2013, 55 estavam matriculados, formando 44 ao final. E no último ano, em 2014, tinha-se um quantitativo de 60 professores matriculados, mas apenas 36 concluíram e receberam o certificado (Ver ANEXO F). Esses professores deveriam ser das áreas de História, Geografia ou Língua Portuguesa para participarem do PROFEPMA e a escolha e convocação dos mesmos para a formação continuada era de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Alcântara via Secretaria Municipal de Educação de Alcântara.

Assim, a coordenação dos professores que participaram da capacitação ficava ao encargo da Secretaria Municipal de Educação de Alcântara, existia uma equipe técnico-pedagógica só para isso. Já a coordenação dos professores-tutores, embora os mesmos sendo do próprio município de Alcântara, era de responsabilidade da UFMA que selecionava e

acompanhava o desempenho deles. Só cabia à UFMA alterar o quadro de professores que participavam das formações, excluindo algum, por exemplo, se o mesmo não apresentasse o envolvimento e os resultados esperados pelo PROFEPMA. Nesses casos, o professor não chegava a receber a certificação ao final do ano e também não tinha a permissão para se inscrever e continuar a formação continuada no ano seguinte.

A pesquisa também contou com a participação dos professores-tutores, responsáveis por acompanhar os professores não só durante a capacitação da qual participavam juntos, mas também nas escolas durante a realização das atividades educativas com os alunos. O trabalho do tutor consistia em planejar junto com o professor, planejamento este que seria executado na escola onde o professor trabalhava sob o controle da tutoria (MARANHÃO, 2010). Estes planejamentos ocorriam seguindo modelos que eram entregues durante a formação continuada (Ver ANEXO E).

Os tutores, segundo os documentos oficiais observados e as falas de alguns entrevistados, eram em número aproximado de oito, inicialmente, e correspondiam a apenas cinco, nos últimos anos. A tutoria não foi algo pensado desde a concepção do PROFEPMA, ela foi surgindo em meio às necessidades apresentadas durante a execução do mesmo. Então, no primeiro ano de capacitação não havia ainda o trabalho desenvolvido pelos tutores.

Os professores formadores também foram ouvidos para relatarem sua percepção e experiências com o PROFEPMA. Estes eram provenientes do quadro de docentes da própria UFMA e suas áreas de atuação eram: Turismo, Sociologia, Arte, Pedagogia, Meio Ambiente, Biblioteconomia entre outras. Cada mês um deles comparecia à Alcântara, durante dois ou três dias, para realizarem a formação continuada com os professores da cidade. Caso estes apresentassem um número grande de faltas durante os encontros de formação e baixo rendimento, não desenvolvendo a contento as atividades em suas escolas, com seus alunos, os mesmos teriam grandes possibilidades de não continuarem participando do processo de formação continuada oferecido.

Por fim, apresentam-se ainda como participantes desta pesquisa membros das equipes técnico-pedagógicas do IPHAN, UFMA e SEMED-Alcântara que também foram escolhidos para serem entrevistados. Os membros da UFMA tinham por responsabilidade o acompanhamento e avaliação dos trabalhos realizados nas escolas, com os alunos, pelos professores qualificados a fim de saber se estes estavam desenvolvendo o seu trabalho acerca da educação patrimonial conforme o planejado para que mudanças pudessem ser feitas ao longo do processo em busca sempre de melhorias que levassem ao alcance dos resultados almejados. Quanto à equipe do IPHAN cabia o incentivo aos participantes da formação e ainda cediam

alguns de seus espaços para a realização de momentos de formação. Tentou-se contatar com aquela que era a Superintendente do IPHAN-MA à época de realização do PROFEPMA, mas não foi possível encontrá-la, em São Luis, para a realização da entrevista. Já a equipe da SEMED-Alcântara dava o suporte local necessário para que os encontros formativos ocorressem.

Assim, todos os segmentos citados e entrevistados têm o seu valor para a contribuição desta pesquisa e mereceram atenção e cuidado por parte da pesquisadora. O professor formado contribuiu no sentido de expor o que de fato aprendeu com a capacitação e se ela trouxe mudanças positivas para as suas práticas docentes e atitudes dos seus alunos; o professor formador explicitou como foi sua experiência em lecionar pra esses professores alcantarenses; o tutor que assim como o professor formado participou da formação e também era docente relatou sobre a realização da tutoria e por fim a equipe técnico-pedagógica contribuiu para corroborar ou não com as falas dos demais segmentos entrevistados. Isso será melhor percebido nos próximos itens que demonstram suas percepções sobre o PROFEPMA.

4.3.3 Instrumento de coleta de dados e amostragem

A coleta dos dados teve como base uma abordagem qualitativa, buscando entender o PROFEPMA a partir da percepção dos envolvidos. Para tanto, fez-se uso da entrevista semiestruturada como instrumento que possibilita a coleta de informações de maneira mais espontânea e as respostas não seguem um padrão de opções. (Ver APÊNDICES A, B, C e D). A entrevista semiestruturada apresenta um grau de liberdade maior ao entrevistado e entrevistador. Este apresenta um roteiro a ser executado de maneira flexível e sem haver uma formalidade expressa nas perguntas formuladas. O entrevistador “[...] faz sugestões, propostas ou até provocações para alimentar a conversa, ao mesmo tempo em que a encaminha para que sejam abordados todos os temas previstos.” (HARO *et al.*, 2016, p.95).

Foi nesse clima de liberdade, espontaneidade e flexibilidade que as entrevistas referentes ao PROFEPMA ocorreram, no intuito de deixar os sujeitos participantes bem à vontade para a divulgação de informações, mas sem perder o foco dos objetivos que se pretendia alcançar. Em alguns momentos, teve-se a necessidade de formular novas perguntas que não estavam previstas no roteiro prévio e que surgiram em meio aos relatos dos entrevistados. A entrevista “[...] destina-se à recolha de dados relativos a motivações, atitudes, sentimentos, experiências, opiniões, representações mentais ou a histórias de vida.” (HARO *et al.*, 2016, p.92). Assim, os entrevistados relataram um pouco das experiências vividas, quando

participaram do PROFEPMA, o que aprenderam, como aprenderam, como colocaram em prática, o que ficou de bom e que aspectos poderiam ter sido melhorados para a realização da capacitação.

As entrevistas individuais foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra pela pesquisadora. As entrevistas foram agendadas com antecedência. Cada entrevista teve a duração de 30 a 50 minutos. O roteiro de entrevista elaborado continha dois momentos. O primeiro relacionou-se à caracterização dos entrevistados e o segundo considerou questões conceituais na intenção de satisfazer às necessidades dos objetivos propostos pela pesquisa. Para o aperfeiçoamento desses instrumentos, os roteiros foram submetidos a um pré-teste.

A escolha da amostra dos entrevistados deu-se por acessibilidade. A amostra por acessibilidade “[...] longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles.” (VERGARA, 2013, p. 47). Os professores qualificados estão espalhados na sede de Alcântara e em 22 municípios desta, envolvidos com o PROFEPMA, e não seria possível estar presente em todos, em tempo hábil, para a realização da pesquisa, por conta das dificuldades de acesso a esses municípios. Além disso, dos professores formadores que trabalham na UFMA, alguns trabalham em polos no interior do Estado do Maranhão e também não seria fácil ter acesso a todos. Pelo aqui exposto é que a amostra foi escolhida por acessibilidade.

Os professores formados escolhidos para serem entrevistados contribuíram, sobremaneira, para a coleta de dados desta pesquisa. A maioria participou do PROFEPMA ao longo dos quatro anos de duração das formações continuadas e seus relatos foram de uma riqueza de detalhes e informações. Uma das professoras entrevistadas, inclusive participou do programa desde a sua concepção, quando da realização das oficinas preliminares para a coleta de dados que foram utilizados na elaboração dos livros didáticos da coleção “Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação”. Esta coleção serviu de base para as formações continuadas com os professores de Alcântara e posteriormente para o trabalho com os alunos nas escolas cadastradas pelo programa em estudo.

Além disso, a seleção dos participantes desta pesquisa também contou com “[...] a utilização do processo de ‘saturação teórica’, que consiste na realização progressiva das entrevistas até o ponto em que os dados vão se tornando repetitivos [...]” (MORSE, 2000 *apud* GIL, 2016, p. 138). À proporção que as entrevistas foram acontecendo, sentiu-se a necessidade de parar, pois as informações dadas pelos entrevistados acerca do PROFEPMA foram se repetindo. Os segmentos entrevistados foram os professores qualificados (1 a 10), os

professores formadores (11 a 13), os professores-tutores (14 a 17) e membros das equipes técnico-pedagógicas da UFMA e SEMED-Alcântara (18 e 19).

A participação destes na pesquisa deu-se por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver APÊNDICES E, F, G e H), assegurando que os resultados não causariam qualquer dano aos entrevistados, inclusive assegurando que haveria total sigilo quanto aos resultados obtidos e divulgados a partir das entrevistas. A pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Maranhão.

4.3.4 Metodologia de análise de dados

Por adequar-se aos objetivos desta pesquisa e tendo em vista o universo de investigação, a entrevista semiestruturada foi escolhida como opção de coleta de dados, tornando possível a obtenção de informações sobre os participantes, suas percepções e experiências acerca do PROFEPMA e dos seus impactos nas práticas docentes voltadas à preservação do patrimônio alcantareense. Além dos documentos que foram analisados previamente para melhor entender o programa.

Os dados coletados nos documentos e nas entrevistas levaram a perceber como a formação continuada auxiliou no planejamento e desenvolvimento de práticas docentes com enfoque no patrimônio cultural, e se os professores passaram a diversificar suas atividades com os alunos, aliando teoria e prática, inserindo visitas técnicas para melhor observar e conhecer o patrimônio, trabalhos em equipe, estudos de caso entre outras.

Para compreender os dados coletados, buscou-se realizar a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas, por intermédio da fala dos entrevistados, conforme Bardin (2011). Segundo ele, a interpretação de conteúdos acontece a partir de anseios, motivações, alegrias, tristezas, risos, interferências, incômodos, o que resulta em significados e encadeamentos para a análise de conteúdo. A fim de chegar a uma interpretação consistente e coerente, fez-se necessário um momento de pré-análise em que são coletados e selecionados todos os documentos necessários para a compreensão do programa em estudo e também se realizou a extração de informações relevantes a partir da fala dos sujeitos entrevistados. Os dados encontrados nos documentos deram um embasamento para a melhor apreensão das informações contidas nas entrevistas.

Em um segundo momento, houve a preparação e a organização do material coletado para a análise, por meio da categorização e subcategorização de elementos textuais principais, encontrados com frequência nas falas obtidas. E com o intuito de obter um melhor entendimento

foram criados quadros de respostas referentes às categorias e subcategorias criadas. Segundo Barros (1990, p.84), “[...] quando a informação que se quer representar não é numérica, pode-se representá-la por meio de quadro de respostas.” Assim, os principais fragmentos extraídos das respostas dadas durante as entrevistas estão contidos nesses quadros.

Diante do exposto, a análise de conteúdo visa “[...] ultrapassar o senso comum e o subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação em entrevistas.” (MINAYO, 2004, p.203). E por fim, ocorreu o tratamento dos resultados e interpretações que poderão ser utilizados para fins teóricos ou pragmáticos e para orientações de novas análises.

4.3.4.1 Percepção dos docentes formados

Neste item será abordada a percepção dos docentes formados pelo PROFEPMA. Com base nos dados obtidos a partir das entrevistas, inicialmente, será feita uma caracterização do perfil desses docentes. Em seguida, serão apresentadas as categorias e subcategorias originadas de uma análise minuciosa e criteriosa de suas falas e por fim, será realizada uma análise com embasamento teórico acerca das informações extraídas dessas falas. Segue, abaixo, o Quadro 2 contendo dados relevantes sobre os docentes formados entrevistados.

Quadro 2 - Caracterização das docentes formadas pelo PROFEPMA

ENTREVISTADO	SEXO	IDADE	ANOS QUE LECIONA	ÁREA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	PARTICIPAÇÃO NO PROFEPMA
1	F	50-59	20+	POR	ESPECIALIZAÇÃO	4 ANOS
2	F	40-49	16-20	POR	SUPERIOR - LICENCIATURA	2 ANOS (OS ÚLTIMOS)
3	F	50-59	20+	POR	SUPERIOR - LICENCIATURA	1 ANO (O PRIMEIRO)
4	F	50-59	20+	POR	SUPERIOR - LICENCIATURA	3 ANOS (OS ÚLTIMOS)
5	F	40-49	16-20	GEO	ESPECIALIZAÇÃO	4 ANOS
6	F	30-39	11-15	GEO	SUPERIOR - LICENCIATURA	4 ANOS
7	F	40-49	20+	GEO	ESPECIALIZAÇÃO	2 ANOS (OS ÚLTIMOS)
8	F	40-49	20+	POR	SUPERIOR - LICENCIATURA	4 ANOS
9	F	40-49	16-20	POR	ESPECIALIZAÇÃO	4 ANOS
10	F	40-49	16-20	GEO	SUPERIOR - LICENCIATURA	4 ANOS

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O quadro mostra que os entrevistados são todos do sexo feminino e têm idade entre trinta e sessenta anos, a maioria com mais de dezesseis anos de experiência no ramo da docência, seis delas com formação superior em Licenciatura de Geografia ou Língua Portuguesa e as quatro demais com especialização nessas áreas. A grande parte desses professores já trabalhou na zona rural e hoje se encontra trabalhando na Sede de Alcântara,

inclusive assumindo cargos de relevância pública na Secretaria Municipal de Educação ou em outros órgãos.

A maioria das entrevistadas participou durante os quatro anos do PROFEPMA o que permitiu as mesmas falarem com maior propriedade de informações sobre o programa. Aquelas que não participaram durante os quatro anos alegaram que, embora tendo formação nas áreas de exigência para participar da formação (Geografia, História ou Língua Portuguesa), nem sempre elas lecionavam, nas escolas que trabalhavam, disciplinas referentes às suas áreas de formação porque, as vezes, fazia-se necessário trabalhar com outras disciplinas para suprir demandas da escola e não deixar os alunos sem aulas. Então, no ano que as professoras não estiveram lecionando Geografia, História ou Língua Portuguesa, não puderam participar da formação o que ocasionou certo mal-estar e chateações.

As entrevistadas relatam em suas falas que a motivação maior para participar da formação continuada deu-se pelo desejo de conhecer mais sobre Alcântara e a partir disso preparar-se melhor para trabalhar com seus alunos sobre os aspectos culturais do espaço em que pertencem. Isso pode ser bem observado no seguinte relato que demonstra o porquê do interesse em participar da formação:

Eu buscava compreender como estava estruturado o patrimônio cultural de Alcântara, a importância da conservação, da preservação e como eu poderia trabalhar com alunos que são agentes multiplicadores de conhecimento. Eu teria que me apropriar mais de conteúdos referentes ao que é patrimônio, o que é cultura, qual a importância de Alcântara para o nosso país, qual o potencial turístico e histórico-cultural que ela tem. Então, nós temos que estar nos apropriando de conhecimentos suficientes para transmitir com maior clareza para os nossos alunos e dessa forma proporcionando o despertar de um sentimento de pertencimento, ou seja, se é meu, eu tenho que cuidar. (Entrevistada 7).

A fala mostra que a professora, nascida e criada em Alcântara, tinha a vontade de saber mais sobre sua cidade e o patrimônio cultural contido nela por meio da formação continuada a fim de aprimorar suas práticas docentes e levar seus alunos a despertar um sentimento de pertencimento a esse espaço. Acerca do conceito de pertencimento, Lestingue (2004, p. 40) assim fala:

A priori esse conceito – pertencimento – pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva.

Mas para que esse sentimento de pertencimento seja despertado é importante que o aluno encontre um sentido e dê importância ao que aprende, identificando-se com a história

local. Nesse sentido, o processo de educação patrimonial pode auxiliar na construção de conhecimentos significativos, contribuindo para que aluno se identifique com o patrimônio cultural alcantarense e passe a ter zelo e cuidado com o mesmo.

Os professores devem estar preparados para desenvolverem práticas voltadas à educação patrimonial e para tanto “[...] a formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores.” (LIBÂNEO, 2004, p. 227). O PROFEPMA contou com alguns momentos importantes na formação dos professores de Alcântara, segundo relato a seguir. As falas das entrevistadas coincidem com esse relato:

Uma vez por mês nós éramos liberados das nossas atividades nas escolas. No início, os encontros ocorriam durante uma semana, depois foi reduzindo a quantidade de dias da formação porque isso tava prejudicando o ano letivo nas escolas que trabalhávamos. Os professores formadores trabalhavam muito a questão da importância da educação e também sobre a questão do patrimônio, aí tinham textos, vídeos. Tínhamos atividades teóricas e práticas, atividades feitas durante os encontros e pós-encontros. Tínhamos momentos pra planejar as atividades que seriam realizadas nas escolas e nos pós-encontros apresentávamos os resultados. Os planejamentos ocorriam por escola, de acordo com cada realidade e com cada área temática. Cada mês o professor formador era de uma área diferente, então os resultados das atividades deixadas eram apresentados no mês seguinte pra equipe técnico-pedagógica da UFMA. Sempre tinha alguém dessa equipe acompanhando os momentos de formação, justamente porque depois receberiam os resultados e sentariam novamente conosco pra planejar as atividades a serem desenvolvidas no mês seguinte. (Entrevistada 6).

Conforme relatado, havia a parte teórica e a prática. Durante os encontros o professor formador trazia materiais referentes a sua disciplina, tomando como base a coletânea de livros utilizados para a formação. Eram exigidos trabalhos diversos aos professores que estavam sendo formados, envolvendo leitura, produção textual, visitas técnicas, apresentação de seminários entre outros. Esses encontros ocorriam uma vez por mês, em média três dias consecutivos, e ao final dos mesmos a equipe técnico-pedagógica da UFMA reunia com os professores formandos para planejarem ações pedagógicas acerca da educação patrimonial a ser oferecida aos alunos de 6º ao 9º ano nas escolas onde trabalhavam. A execução desse planejamento era acompanhada pelos tutores que também participavam desses momentos de planejamento. No mês seguinte, eram apresentados os resultados alcançados e se realizava novo planejamento para ser executado no mês posterior, de acordo com o conteúdo aprendido, com a realidade de cada escola e com a disciplina ministrada pelo professor naquele momento.

Diante do já exposto e das informações obtidas por meio das entrevistas foi possível categorizar esse estudo para melhor organização e compreensão do mesmo. Dessa forma, seguem as categorias e subcategorias estruturadas com base nas perguntas e respostas das entrevistas feitas aos docentes formados acerca de suas percepções sobre o PROFEPMA.

Quadro 3 - Categorias e subcategorias da percepção do docente formado acerca do PROFEPMA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
RECURSO DIDÁTICO	LIVRO DIDÁTICO
CONTEÚDOS SIGNIFICATIVOS	ASPECTOS CULTURAIS
	IDENTIDADE
	IDENTIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	DIVERSIFICADAS
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	ALUNOS DAS ESCOLAS
	PROFESSORES EM FORMAÇÃO
AVALIAÇÃO DO PROFEPMA	GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS
	QUESTÕES POLÍTICAS

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

As categorias e subcategorias acima serão melhor compreendidas pela exposição de trechos principais das falas das entrevistadas e serão analisadas a luz do que dizem os teóricos sobre as mesmas no intuito de que a análise torne-se rica de fundamentação. Logo, inicia-se com o estudo sobre os recursos didáticos utilizados na formação, em especial os livros didáticos da coletânea “Patrimônio Contato: Alcântara, Cultura e Educação”.

Quadro 4 - Categoria recurso didático e subcategoria livro didático com respostas equivalentes na concepção do docente formado

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
RECURSO DIDÁTICO	LIVRO DIDÁTICO
<i>A priori não era um material muito bom por conta da maneira de sua confecção, ao manusear os livros, as folhas saíam com facilidade e a letra era muito pequena, mas mesmo assim nós trabalhávamos com eles. Nos últimos anos passou de brochura para espiral e a letra veio maior e esse livro ficou muito bacana para se trabalhar. Os conteúdos trabalhados eram bons. Os professores da Ufma traziam seus materiais de trabalho, mas esse livro didático era o foco. (Entrevistada 1)</i>	
<i>Eu identifiquei algumas palavras que precisavam ser corrigidas. Mas o material era riquíssimo, muito bom, com uma linguagem que dava pra gente entender bem e repassar para os nossos alunos. A gente recebeu um livro e também uns textos trazidos pelos professores da Ufma. (Entrevistada 3)</i>	
<i>O material foi muito rico, só as letras que eram muito pequenas e de difícil leitura, isso nos primeiros exemplares. Aí nós avaliamos e foi feita a correção. Trabalha a questão da literatura, trazendo histórias reais e fictícias, mas que denotavam essa importância do patrimônio. (Entrevistada 6)</i>	
<i>O material era muito bom, com uma fundamentação teórica muito boa, mas nós achamos que a história contada era muito longa, poderia ser um pouco mais enxuta. A trajetória de Ana que é a principal personagem da história foi muito detalhada e ficou um pouco cansativo pra nós trabalharmos com nossos alunos nas escolas. A gente também analisava alguns erros de infomação, mas eles concertavam, eles pediam mesmo pra gente fazer uma análise do livro. (Entrevistada 8)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Os recursos didáticos são elementos de fundamental importância para um processo de formação continuada, devem ser atraentes, prendendo a atenção dos formandos a fim de que não desistam do curso e tenham uma aprendizagem significativa. Segundo Souza (2007, p. 2),

“[...] recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos.”

Os professores formadores da UFMA trabalhavam com base no livro didático do ano em estudo, trazendo materiais complementares para compreensão do conteúdo específico de suas disciplinas. Trabalhavam ainda com vídeos, painéis confeccionados pelos formandos, textos diversos, entre outros. Souza (2007) relata que os docentes devem ter preparo e conhecimento suficientes para trabalhar com recursos didáticos diversos, além de criatividade, podendo inclusive construí-los juntamente com os alunos para melhor absorção do conteúdo.

Percebe-se pelas respostas dadas que o recurso didático avaliado foi, especialmente, os livros didáticos da coletânea utilizada na formação. A maioria das entrevistadas se disse satisfeita com o conteúdo apresentado nos livros didáticos que, segundo elas, continham riqueza de informações, contribuindo para a ampliação dos conhecimentos acerca de Alcântara e seu patrimônio cultural. Em alguns casos, foi necessária a correção de algumas informações contidas nesse material. Um ponto também exposto foi relativo ao modo de confecção dos livros que, inicialmente, apresentaram-se frágeis para o manuseio, soltando as folhas e continham uma letra de tamanho pequeno, dificultando a leitura dos alunos, mas esses foram aspectos corrigidos e melhorados nos últimos exemplares da coletânea entregues.

Assim, o livro didático deve ser planejado e elaborado com cuidado a fim de que se torne atraente ao público atendido na formação, despertando o interesse do mesmo para aprofundar os estudos.

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina. (LAJOLO, 1996, p. 4).

Embora o livro didático seja de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem, ele não deve ser o único recurso didático utilizado pelo professor uma vez que este está inserido num contexto de múltiplas possibilidades com o uso de diversos outros recursos. Mas a realidade nacional mostra que com a precariedade da valorização docente, o professor acaba tendo uma carga horária semanal exaustiva, trabalhando por vezes nos turnos matutino, vespertino e noturno, conseqüentemente ficando sem tempo para planejar suas aulas e por vezes utilizando o livro didático como seu único recurso.

Dessa maneira, seja a partir do livro didático ou de outros recursos, a formação precisa apresentar aos formandos conteúdos que sejam significativos e que venham contribuir para a melhoria de suas práticas docentes. Essa será a próxima categoria a ser tratada.

Parte-se, então, para o estudo sobre os conteúdos da formação que, segundo as professoras formadas entrevistadas, foram significativos, conteúdos esses que estavam relacionados a aspectos culturais, identificação e preservação do patrimônio alcantareense em especial.

Quadro 5 - Categoria conteúdos significativos e subcategorias aspectos culturais, identidade, identificação e preservação do patrimônio com respostas equivalentes na concepção do docente formado

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
CONTEÚDOS SIGNIFICATIVOS	ASPECTOS CULTURAIS
	IDENTIDADE
	IDENTIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
<i>[...] mostrar para os alunos que, não só na Sede de Alcântara, mas que dentro do povoado deles, eles tinham todo um patrimônio dentro da sua casa, dentro da sua escola, na sua casa de farinha. Tudo que eles possuíam era patrimônio deles. (Entrevistada 2)</i>	
<i>A preservação do patrimônio. Eu saía com meus alunos pra conhecermos alguns monumentos daqui e a importância de como preservar. (Entrevistada 3)</i>	
<i>O que ficou marcado foi a parte que falava sobre os bens materiais e imateriais. Eu mesma não sabia diferenciar. (Entrevistada 4)</i>	
<i>A identificação de alguns monumentos, o ano de construção, a quem pertenceu, como ele estava no momento presente, foi uma das coisas que marcou na formação porque no período eu não entendia muito. (Entrevistada 5)</i>	
<i>Eu gostei muito da questão do resgate da identidade, porque embora cada um de nós tenha um RG, a gente ainda não consegue mensurar a importância dele num contexto social. (Entrevistada 6)</i>	
<i>A própria questão da educação patrimonial, trabalhando a localização de Alcântara, a cultura, o acervo arquitetônico. (Entrevistada 7)</i>	
<i>O que mais me chamou atenção foi quando a gente trabalhou com o próprio arquiteto do IPHAN sobre a arquitetura colonial da cidade. A gente trabalhou ainda assuntos relacionados às tradições folclóricas, à história das construções, à história das cidades que receberam o título de patrimônio cultural (Entrevistada 8)</i>	
<i>Esse foi um ponto que foi muito comentado durante a capacitação, a questão cultural de Alcântara. (Entrevistada 10)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Os conteúdos tornam-se significativos quando estão imersos num processo de aprendizagem significativa que torna possível a inclusão desses conteúdos na estrutura cognitiva do aluno, fazendo sentido pra ele o que aprende.

Ausubel (1976), psiquiatra norte-americano que se dedicou por anos ao estudo da psicologia educacional, coloca que novas informações são incorporadas a conceitos e experiências anteriores já existentes na estrutura cognitiva, transformando-se em novos conceitos e proporcionando uma aprendizagem significativa ao aluno.

Esse aspecto é reforçado por Moreira (2006, p. 38) quando fala que “[...] a aprendizagem significativa é o processo por meio do qual novas informações adquirem significado por interação com aspectos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva.”

Então, o conteúdo ensinado deve ser significativo para o aluno e o mesmo deve estar predisposto para aprender, pois aquilo que não se torna significativo, segundo Ausubel (1976), o aluno decora e armazena de forma isolada, tendendo a esquecer com maior rapidez.

Santos (2008, p. 74) declara ainda que “[...] o fim último da aprendizagem significativa é a intervenção na realidade. Sem esse propósito, qualquer aprendizagem é inócua.” Nesse sentido, o objetivo do PROFEPMA era exatamente formar docentes que pudessem compreender a educação patrimonial como meio para que seus alunos identificassem o patrimônio cultural de Alcântara e contribuíssem com a preservação do mesmo. Alguns professores relatam que os conteúdos aprendidos na formação continuada foram realmente significativos e que até hoje eles trabalham esses conteúdos com seus alunos, contribuindo para despertar nos mesmos sentimentos de pertencimento e valorização quanto aos aspectos culturais locais.

Hall (*apud* WOODWARD, 2000) estabelece uma relação entre os aspectos culturais e seus significados como elementos importantes para a formação dos sujeitos e de suas identidades. Para Woodward (2000, p. 17) “[...] a representação, compreendida como processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...]”. E essa representação “[...] inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos.” (WOODWARD, 2000, p. 17).

Assim, a partir do momento em que o sujeito alcantarense se identifica com aspectos do patrimônio cultural local, ele não só constrói a sua própria identidade como ajuda a preservar esse patrimônio, atribuindo significativa importância ao mesmo. De acordo com Fonseca (2005), devido ao valor que é atribuído aos patrimônios históricos e artísticos, sejam representados em manifestações culturais, sejam em símbolos da nação, eles passam a merecer proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras.

Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação. (FONSECA, 2005, p. 21).

Infelizmente, essas políticas públicas de preservação têm deixado a desejar, em âmbito nacional. O que se observa em alguns centros históricos brasileiros, como os de São Luís e de Alcântara, é que renegados “[...] viram-se jogados ao abandono e a toda a sorte de

discursos políticos que prometiam alavancar o desenvolvimento de tais áreas com projetos culturais.” (PEREIRA, 2015, p. 30).

Porém, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural não dependem somente do Estado, devem estar articuladas com os interesses da sociedade civil no sentido de resgatar a memória contida nas comunidades históricas e conservar os valores inerentes ao patrimônio contido nessas comunidades. É nesse sentido que se entende de uma nação sem patrimônio cultural resguardado ser também uma nação sem história e sem memória.

Para que os formandos abstraíam todas essas informações relevantes e transformem em aprendizagem significativa, faz-se necessário a utilização de metodologias de ensino-aprendizagem compatíveis com os conteúdos ensinados. Segue, abaixo, o Quadro 6 com a categoria metodologias de ensino-aprendizagem e respostas equivalentes.

Quadro 6 - Categoria metodologias de ensino-aprendizagem e subcategoria diversificadas com respostas equivalentes na concepção do docente formado

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	DIVERSIFICADAS
<i>Cada livro vinha com uma metodologia diferenciada para trabalhar, com perguntas, pesquisas, leituras, tudo direcionado, então eram várias as metodologias que poderíamos ta aplicando, conforme esse material. Eu utilizei esses conteúdos através de produções textuais, trabalhei leitura, trabalhei da construção de revistas em quadrinho, trabalhei com o significado de algumas palavras que eram desconhecidas para eles, fazíamos muito jograis, encenações, peças, diários, cartas, interpretação de textos do livro. Então, a gente conseguiu trabalhar de forma bem dinâmica. (Entrevistada 2)</i>	
<i>Eu trabalhei de várias formas, pesquisas, dramatizações, visitas a museus, seminários, confecções de maquete, fiz vários trabalhos com eles. A parte das lendas os alunos representavam, desenhavam. Nós fizemos o mapa da parte urbana da cidade. Eles também produziram cartas endereçadas ao IPHAN, pedindo mais orientações, pedindo mais acompanhamento. (Entrevistada 3)</i>	
<i>Eu trabalhei os aspectos geográficos da comunidade de Manival, a identificação daquela comunidade pra que eles conhecessem as principais atividades econômicas, a distância da sua comunidade para a Sede, a população, o que desenvolviam enquanto cultura. (Entrevistada 5)</i>	
<i>Trabalhei com os bens imateriais, mencionando as nossas manifestações culturais, os bens naturais, e assim fomos caracterizando os elementos existentes na nossa comunidade. Trabalhamos o que é e qual a importância de uma comunidade quilombola, o porquê do Centro de Lançamento de Alcântara, aspectos relacionados à disciplina de Geografia. (Entrevistada 7)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Para Veiga (2006), o professor deve ser alguém mediador do processo de ensino-aprendizagem, aprimorando sempre suas metodologias de ensino conforme as necessidades de aprendizagem que vão surgindo. Assim, é necessário que se pense em metodologias diversas para atenderem às múltiplas necessidades do corpo discente. “A diversificação metodológica é importante não só porque pode ampliar as alternativas de aprendizagem como também expandir

as possibilidades de que ela se realize, superando possíveis dificuldades dos alunos.” (RANGEL, 2005, p. 8).

Diante desse contexto, o que se percebe, a partir das respostas das entrevistadas é que o processo de formação continuada pelo qual passaram foi rico da utilização de metodologias de ensino variadas o que proporcionou uma aprendizagem consistente acerca de aspectos referentes à educação patrimonial. Isso possibilitou que as docentes formadas também se utilizassem de metodologias diversas para ensinar aos seus alunos das escolas municipais de Alcântara um pouco sobre o patrimônio, a cultura local e a importância de preservação dos mesmos.

Assim, o conhecimento adquirido durante a formação pôde ser colocado em prática, de acordo com a realidade em que estavam inseridas as escolas. Cunha (1994) relata que o bom professor e sua boa relação com o aluno perpassam pela forma com que o docente trabalha seus conteúdos e se relaciona com sua área de conhecimento, utilizando metodologias adequadas e demonstrando satisfação em ensinar. Nesse sentido, é claro que o interesse em desenvolver e dar continuidade ao trabalho com a educação patrimonial não parte de todos os professores que receberam a formação continuada em Alcântara. Mas a semente do conhecimento foi plantada, aqueles que souberam aproveitar a oportunidade e se empenharam pra fazer acontecer, certamente colheram bons frutos.

Além da preocupação com as maneiras de ensinar, faz-se importante que sejam pensadas também nas estratégias de avaliação, saindo de modelos estritamente tradicionais para modelos outros que atendam as especificidades do alunado. Luckesi (2005) aponta para o cuidado que o professor deve ter em não cair no erro da escolha de métodos avaliativos meramente classificatórios e excludentes, mas sim utilizar a avaliação no intuito de descobrir as reais dificuldades dos alunos, possibilitando o repensar de suas práticas docentes para a melhoria do desempenho dos discentes. Os quadros a seguir vêm mostrar a categoria estratégias de avaliação e suas respostas equivalentes.

Quadro 7 - Categoria estratégias de avaliação e subcategoria alunos das escolas com respostas equivalentes na concepção do docente formado

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	ALUNOS DAS ESCOLAS
	<i>Eu avaliava muito a partir da capacidade de produção textual de cada aluno, a partir também das participações durante as vistas técnicas quando nós saíamos para observar as ruas, as muralhas, os cuidados com a preservação. Dificilmente os alunos não participavam desses momentos. (Entrevistada 1)</i>
	<i>Eu avaliava o conhecimento que eles adquiriam, avaliava também a leitura, alguns alunos conseguiam melhorar na leitura e eu percebia, com a leitura desses livros porque era uma historinha que era da vivência deles, era algo que contava a história deles, então eles ficavam interessados. Também avaliava quando eles iam construir poesias, versos, jograis, encenações. (Entrevistada 2)</i>
	<i>A participação, o envolvimento, o interesse, a interação e o senso crítico do aluno. Muito além de chegar com uma prova e dizer vamos avaliar o conteúdo. (Entrevistada 6)</i>
	<i>Eu avaliei a partir da maneira como os alunos absorveram o conhecimento. Trabalhei com eles atividades de campo, levando-os a terem o contato com o acervo arquitetônico do município. Fomos também a trilhas construídas para se ter uma noção a respeito dos recursos naturais. (Entrevistada 7)</i>
	<i>Observamos que os trabalhos feitos deram resultado, eles sabiam responder o que era um patrimônio material, o que era um patrimônio intangível. (Entrevistada 10)</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A estratégia é entendida como concepção de uma ação orientada para um determinado fim, “[...] o elemento definidor da estratégia de ensino é o seu grau de concepção intencional e orientadora de um conjunto organizado de ações para a melhor consecução de uma determinada aprendizagem.” (ROLDÃO, 2009, p. 57).

Entende-se a partir das respostas apresentadas acima que as professoras formadas souberam utilizar bem os conhecimentos aprendidos em prol de uma educação municipal de melhor qualidade em Alcântara, utilizando não só metodologias de ensino como também estratégias de avaliação variadas que possibilitaram perceber como os alunos se envolviam, participavam, absorviam os conhecimentos e produziam seus trabalhos escolares. Dessa forma, os alunos podiam ser avaliados com base em uma série de métodos avaliativos o que se encaixava as especificidades de aprendizagem de cada um.

A escolha de estratégias de avaliação da aprendizagem depende muito das concepções pedagógicas da instituição de ensino que as concebe, do planejamento das aulas e dos objetivos traçados para um dado período escolar. Nesse sentido, Moreira (2006) nos diz que a avaliação da aprendizagem relaciona-se intrinsecamente às concepções de ensino e aprendizagem que norteiam a ação do professor. Tem-se ainda outros fatores como o número de alunos e o tempo disponível que também influenciam bastante o processo avaliativo.

Logo, avaliar é um processo complexo e rico de subjetividades. Muitos professores, especialmente da rede pública, desenvolvendo suas atividades em espaços precários, sem muita estrutura para o ensino e com turmas superlotadas, encontram muitas dificuldades para desenvolverem metodologias de ensino e estratégias de avaliação variadas e diferenciadas para os seus alunos.

Segundo Hoffmann (2010), o professor deve ser um mediador do processo de avaliação da aprendizagem, observando o desempenho e o progresso de cada aluno, escolhendo as melhores formas para avaliar os mesmos, de acordo com as suas possibilidades e limitações. Além disso, o professor deve envolver-se com o processo avaliativo, refletindo sempre sobre suas práticas a partir de um diálogo constante com seus alunos a fim de buscar sempre melhorias para o seu trabalho. O Quadro 8, abaixo, mostra as estratégias utilizadas para avaliar os professores que participaram do PROFEPMA.

Quadro 8 - Categoria estratégias de avaliação e subcategoria professores em formação com respostas equivalentes na concepção do docente formado

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	PROFESSORES EM FORMAÇÃO
<i>Nós éramos avaliados a partir das apresentações de trabalhos que fazíamos no curso de formação e quando nós levávamos esses aprendizados para trabalhar em nossas salas de aula, depois havia um momento de culminância para exposição dos resultados desses trabalhos ou na escola ou na praça para toda a comunidade. (Entrevistada 1)</i>	
<i>As avaliações que nós tínhamos por parte dos coordenadores eram quando eles vinham pra nossas escolas nas culminâncias de nossos projetos, aí eles avaliavam se nós estávamos desenvolvendo o projeto, se os alunos estavam conseguindo alcançar o objetivo do nosso planejamento. Eles vinham também, algumas vezes, e olhavam a gente dando a aula. E no final do ano tinha a culminância geral, eles vinham lá da UFMA, os coordenadores vinham para avaliar o nosso trabalho. (Entrevistada 2)</i>	
<i>A equipe técnico-pedagógica da UFMA vinha acompanhar a realização de algumas atividades em algumas escolas. Os tutores também auxiliaram nesse processo. Havia culminância na praça ao final de cada ano da formação e era bom demais, recebíamos certificados. A gente levava os nossos alunos pra praça para apresentarem trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. (Entrevistada 4)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A partir das respostas observadas no quadro anterior percebe-se que os professores em formação eram avaliados por seu envolvimento e participação nas atividades propostas no curso. A equipe-técnica da UFMA se fez presente em algumas escolas para acompanhamento dessas atividades, mas a culminância desses trabalhos ocorria de fato ao final de cada ano da formação, quando todos se reuniam para as apresentações dos melhores trabalhos desenvolvidos, ao longo do ano, nas escolas, pelos alunos com o auxílio dos professores formandos. Nesse momento, os professores recebiam certificação e ficavam satisfeitos por isso.

Diante do exposto e das frequências dos docentes obtidas durante o ano, a avaliação dos docentes era feita e o planejamento da equipe técnico-pedagógica do PROFEPMA era redirecionado para o ano seguinte, conforme falas das coordenadoras que se encontram nos itens seguintes.

Assim, entende-se que a “[...] avaliação é uma atitude ética e, como tal, nos envolve como seres humanos. [...] avaliar revela nossas posturas diante da vida. Para além de julgar, avaliar é ver e agir em benefício dos educandos.” (HOFFMANN, 2008, p. 161). É preciso avaliar para tomar as decisões certas quanto aos caminhos a serem seguidos no processo de ensino-aprendizagem a fim que haja uma educação de qualidade, com aprendizagem significativa, ou seja, com alcance de bons resultados.

Por fim, este item vem trazendo como categoria a avaliação que os professores formados fizeram acerca do PROFEPMA, apontando os impactos positivos e negativos desse programa para a cidade de Alcântara, para as práticas docentes e para as atitudes de muitos alunos acerca do patrimônio cultural local e de sua preservação. “As análises de impacto apontam a efetividade de programas e projetos, estabelecendo o grau de correspondência entre seus objetivos e resultados.” (COTTA, 1998, p. 11). Assim, a avaliação do programa é importante uma vez que aponta pontos positivos e negativos que devem ser levados em conta para o planejamento futuro de projetos similares.

Quadro 9 - Categoria avaliação do PROFEPMA e subcategoria geração de conhecimentos com respostas equivalentes na concepção do docente formado

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
AVALIAÇÃO DO PROFEPMA	GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS
<i>pra mim foi muito gratificante participar do curso durante os quatro anos, eu aprendi bastante e a minha parte eu fiz, desenvolvi as atividades com meus alunos. (Entrevistada 1)</i>	
<i>O projeto foi muito rico em conhecimento realmente e informações. Quem pôde absolver o que foi repassado ali eu acredito que serviu muito, pra mim serviu demais. (Entrevistada 5)</i>	
<i>O projeto em si foi muito positivo, teve uma ideia muito estratégica de ver a escola como ambiente de transformação. As atividades desenvolvidas, o material oferecido, a didática utilizada foram muito válidos. (Entrevistada 6)</i>	
<i>O PROFEPMA foi importante no cuidado com o patrimônio, o resgate de tradições, festas, costumes, valorização do artesanato das comunidades etc. O objetivo desse programa era muito bom e pela qualidade com que foi desenvolvido em Alcântara tornou-se um momento fantástico. Foi realmente inédito para a preservação da cultura de Alcântara. Nós aprendemos muito sobre nossa cidade, conteúdos que eram desconhecidos por nós, trabalhamos a cultura local, um pouco sobre a história do Maranhão. (Entrevistado 8)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Diante do observado no quadro acima, percebe-se que as entrevistadas apontam como ponto positivo do PROFEFMA o fato de terem adquirido importantes conhecimentos com a formação, conhecimentos estes que contribuíram para a melhoria de suas práticas docentes nas escolas onde trabalhavam.

A busca incessante por conhecimentos engrandece o espírito humano e, nesse caso em particular, proporciona o aprimoramento de práticas docentes mais consistentes, de acordo com a realidade. Nesse contexto, estudar sobre patrimônio cultural a fim de levar essa temática aos alunos é algo para além das possibilidades de formação de um sujeito, especialmente quando o mesmo desenvolve um sentimento de identificação e pertencimento com o contexto histórico, político e social do local onde está inserido. Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) “[...] o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.”

A geração de conhecimentos pôde contribuir não só para o aperfeiçoamento das práticas docentes, mas também para mudanças positivas nas atitudes de muitos alunos das escolas municipais de Alcântara, uma vez que estes obtiveram um entendimento maior sobre aspectos relacionados ao patrimônio, cuidando mais e contribuindo para a sua preservação. Em fala da Entrevistada 2, ela disse que os alunos “[...] passaram até a participar mais das festas religiosas do povoado deles, fizeram maquetes de casas de farinhas, de igrejas. Então, passaram a ter um olhar diferenciado [...]” para o seu patrimônio cultural.

Em outro relato, uma professora conta sobre determinada dança que fazia parte da cultura local de um povoado e já andava meio esquecida, com os alunos sem terem interesse pela mesma, mas a partir do momento que essa dança, sua historicidade e sua importância para a cultura local começaram a serem trabalhados em sala de aula, os alunos se reconheceram ali, se empolgaram e começaram a ensaiar para dançá-la na culminância de um projeto na escola (Entrevistada 10). Também houve relatos sobre alunos que passaram a ter certo cuidado com as ruínas históricas, faziam a limpeza de alguns locais, e quando viam alguém depredando ou sujando já se sentiam incomodados e chegavam à sala de aula comentando com seus professores (Entrevistada 8).

Embora a maioria dos relatos tenha exposto aspectos positivos acerca das mudanças de comportamento dos alunos quanto à preservação do patrimônio cultural de Alcântara, uma das professoras entrevistadas alegou que as mudanças ainda são poucas, que ainda se observa muito descaso não só da comunidade, mas do Poder Público com relação à conservação das

ruínas e que com a falta de continuidade do PROFEPMA, a semente foi plantada, mas não germinou como deveria (Entrevistada 6).

Nessa perspectiva, também foram apontados pelos professores aspectos, que segundo eles, foram negativos quando do desenvolvimento do PROFEPMA, aspectos esses, em sua maioria, relacionados a questões políticas locais, conforme pode ser percebido pelas respostas das entrevistas que seguem no Quadro 10, abaixo.

Quadro 10 - Categoria avaliação do PROFEPMA e subcategoria questões políticas com respostas equivalentes na concepção do docente formado

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
AVALIAÇÃO DO PROFEPMA	QUESTÕES POLÍTICAS
<i>por que o curso não atendeu a todos os professores da rede municipal? Muitos contratados estavam ali por questões políticas e quando mudou de gestor, saíram. Aí houve um investimento jogado fora porque muitos desses professores hoje não estão mais aqui e os que eram concursados ficaram do lado de fora e não participaram da formação. Talvez eu tenha ficado de fora nos anos seguintes da formação por questões políticas, porque eu perguntava muito, eu questionava muito, de repente eu falava demais. (Entrevistada 3)</i>	
<i>No início foi bom demais, havia a participação e a preocupação de fazer bem feito tanto dos professores formados quanto dos professores formadores, mas depois, já no final, parece que foi adormecendo, os professores formandos já chegavam fora do horário, muitos já estavam perdendo o estímulo acredito que devido à gestão local que não estava dando tanto apoio. (Entrevistada 4)</i>	
<i>Formaram-se os professores, mas a secretaria de educação não deu continuidade, não deu um acompanhamento e um suporte pedagógico necessários. Investiu-se muito num material didático riquíssimo, muito bom, mas que não se instrumentalizou na prática cotidiana dentro das escolas e aí ficou como mais um projeto, com professores certificados, alunos desinteressados apenas fazendo visitas a museus. (Entrevistada 6)</i>	
<i>E como nem todos os professores participaram da formação na época, alguns têm dificuldades para desenvolver esse trabalho com a educação patrimonial. [...]A tutoria mais no final foi ficando meio tímida, acontecia com menor intensidade da parte de alguns tutores e também houve menor cobrança no fim do projeto. (Entrevistada 7)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Todo programa ou projeto, especialmente de cunho social, quando planejado, executado e avaliado tem aspectos políticos imbricados em seu cerne e esses aspectos devem estar sendo constantemente analisados a fim de que a busca por melhores resultados seja constante. Assim,

[...] avaliar significa estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e seu resultado, e isso só pode ser obtido mediante o estabelecimento de uma relação causal entre a modalidade da política social avaliada e seu sucesso e/ou fracasso, tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos. (BOSCHETTI, 2018, p. 3).

É nesse sentido que as professoras formadas buscaram avaliar o PROFEPMA, buscando sentido em suas causas e efeitos. De acordo com as respostas acima, entende-se que

embora o programa tenha apresentado resultados muito bons para a comunidade alcantareense e tenha trazido mudanças positivas de comportamento em alguns alunos quanto ao conhecimento e cuidado com o patrimônio cultural local, a falta de continuidade do mesmo deixou um “gostinho de quero mais” naqueles que participaram ou mesmo naqueles que não puderam participar desta formação e ficaram à espera de outra oportunidade para capacitar-se acerca da educação patrimonial.

Infelizmente, muitos docentes que de fato queriam ter participado, acabaram não participando, por não estarem lecionando as disciplinas que foram exigidas pela coordenação do PROFEPMA (Geografia, História e Língua Portuguesa). Outros acabaram desistindo no meio do caminho ou por alegarem indisponibilidade de tempo, ou por falta de interesse mesmo, ou ainda por não se acharem mais em condições de assumir um ritmo de estudo puxado como o exigido pela formação.

Os entrevistados alegaram ainda que, no último ano da formação, foi diminuindo o acompanhamento dado pela equipe técnico-pedagógica e também o apoio dado pela gestão local do município de Alcântara. Algumas bolsas que eram entregues para custear a vinda dos professores das comunidades mais distantes atrasaram ou deixaram de ser entregues, segundo os relatos colhidos, o que fez com que alguns professores desistissem do curso. Os livros didáticos do último ano também foram entregues com atraso, já mais pro fim do curso. Quanto ao acompanhamento dado pela equipe técnico-pedagógica, a mesma alegou que os professores já sabiam o caminho que deviam percorrer, por isso foram deixados mais a vontade para desenvolverem suas atividades, até porque com o fim do projeto eles teriam que caminhar com “suas próprias pernas”, essas foram palavras da coordenadora pedagógica da UFMA.

No contexto sócio-político em que se está inserido há entraves e erros de todos os lados quando se pensa em colocar em prática um programa com essa amplitude, um programa inclusive que foi pioneiro em Alcântara e que por isso teve seu planejamento ajustado ao longo de seu desenvolvimento a fim de que os resultados alcançados fossem os melhores, servindo de modelo para outras cidades históricas com riqueza patrimonial que quisessem implantar futuramente projetos com o mesmo viés. Os professores formados alegaram certa falta de apoio no último ano de formação, mas cada um precisa fazer sua parte também e ninguém deve esperar ser cobrado para se empenhar e realizar com êxito atividades que lhe competem, pois isso faz bem ao eu e não a quem cobra.

Dando continuidade a essa análise, o próximo item traz a percepção dos professores formadores acerca do PROFEPMA e a relação de suas falas com o que aqui já foi exposto pelos professores formados.

4.3.4.2 *Percepção dos docentes formadores*

As professoras formadoras que concederam as entrevistas fazem parte do quadro de docentes da UFMA e são todas experientes e bem preparadas, com mestrado e doutorado em suas áreas de atuação. Uma das entrevistadas participou do PROFEPMA no início, a outra no final e a terceira no início e no fim, garantindo assim que a percepção sobre o programa pudesse ocorrer de vários ângulos e perspectivas. Ficou claro em suas falas que foram escolhidas pelas experiências e conhecimentos específicos que tinham relacionados à educação patrimonial, comunidades quilombolas, turismo e patrimônio cultural etc. o que foi confirmado pela equipe técnico-pedagógica. O fato de estarem sendo convidadas a participarem de um programa intrinsecamente relacionado as suas áreas de estudo foi um fato gerador de motivação nas mesmas quanto ao PROFEPMA. Isso pode ser percebido na fala a seguir de uma das professoras formadoras entrevistadas:

A gente vê Alcântara como algo distante, o símbolo de um patrimônio meio esquecido, mais valorizado pela perspectiva de Pedra e Cal e das ruínas do que pelas vidas das pessoas que estão lá. Sabemos que a realidade de Alcântara é bem empobrecida porque a gente já trabalhava com questões e problemas sociais vivenciados por grupos étnicos como os quilombolas. Isso a gente já tinha muito presente nas nossas discussões aqui na UFMA, esse levantamento já fazia parte dos nossos estudos. Então, o PROFEPMA aconteceu pra falar de valorização, de pertencimento, de identidade e ver Alcântara num sentido mais amplo dessas questões e de como passar isso pros jovens fazendo-os entender sobre a importância de valorizar um patrimônio que é de todos, fazendo-os entender como eles poderiam salvar, defender esse patrimônio. (Entrevistada 11).

Esta professora fala do seu interesse, na época, em conhecer mais de perto a realidade de Alcântara, de ter essa vivência com os professores moradores da cidade, entender o contexto onde estavam inseridos, ter a experiência de lidar com o processo de formação e de troca. Segundo ela, a cidade é bem mais conhecida ou valorizada por uma perspectiva meramente de construções de Pedra e Cal do que por outros elementos tanto quanto importantes que compõem o seu patrimônio cultural, sejam eles materiais ou imateriais.

A pedra, por sua vez, aparece como elemento fundamental na construção desse conjunto. Nas alvenarias e fundações, a pedra bruta, argamassada com cal e terra, origina paredes grossas, cortantes, que, dispensando pilares, sustentam edifícios monumentais. Nos pisos, lajotas de pedra lioz – em alguns casos substituídas ou sobrepostas por ladrilhos hidráulicos – e nas portas e janelas, o belíssimo trabalho de cantaria – arte de talhar a pedra conferindo-lhe as feições ideais para o uso. (BARRETO JÚNIOR, 2009, p. 18).

O autor caracteriza a forma das construções de Alcântara, originárias desde o século XVII, e muitas ainda podem ser observadas hoje, em passeio no seu Centro Histórico,

resguardando alguns traços de técnicas portuguesas de construções adaptadas aos materiais locais, com destaque para a pedra e a cal, além da madeira e do ferro também.

Conhecer o conjunto arquitetônico contido em Alcântara é ter contato com anos de história e conhecimentos acumulados por gerações. Nessa perspectiva, o seu Centro Histórico “[...] representa um processo lento de desenvolvimento tecnológico, de aproximação e adaptação ao clima tropical, na medida em que reúne em si conhecimento de diversos povos que colaboraram com o desenvolvimento deste lugar e com a construção dessa obra singular.” (BARRETO JÚNIOR, 2009, p. 18).

Embora se esteja reforçando a importância do conjunto arquitetônico de Alcântara, de estilo colonial, enquanto elemento material constitutivo de seu patrimônio cultural, a preocupação com a preservação patrimonial local não deve se concentrar apenas no aspecto da materialidade, pois esse patrimônio também é constituído por elementos imateriais, cheios de subjetividades e de uma riqueza também ímpar. Sobre esse aspecto, o relato da Entrevistada 11 também traz a sua experiência e o seu interesse por questões relacionadas a comunidades quilombolas, muito presentes nos povoados de Alcântara.

A área pertencente ao atual território da cidade foi habitada por escravos e descendentes de índios durante o período colonial. Estes trabalhavam nos engenhos de açúcar. Com o declínio das comercializações deste produto e as pressões pela abolição da escravatura, as comunidades quilombolas foram se formando. “Os quilombos são fazendas formadas, principalmente, por escravos fugitivos ou libertos e baseadas na produção coletiva. São comunidades tradicionais, com culturas, dialetos, formas de produção e regras internas próprias.” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018, n.p.). Porém, com a implantação do CLA essas comunidades tiveram suas terras tradicionais desapropriadas pelo governo o que trouxe consequências um tanto desastrosas para a subsistência das mesmas (HEBMÜLLER, 2017). Esse fato pode ser percebido na fala a seguir, de uma das professoras formadas entrevistadas:

As comunidades transferidas de forma compulsória do seu local de origem para outros locais por conta da expansão do CLA perderam um pouco de seus costumes. Antes eles conseguiam socializar melhor as questões relacionadas à pesca, à agricultura, às manifestações culturais e religiosas. Muito disso foi se perdendo. E agora a secretaria de educação está tentando retomar algumas dessas atividades pra que não se percam, trabalhar não só com o professor, mas com o aluno e com a comunidade como um todo. (Entrevistada 7).

A implantação do CLA, a princípio, parecia ser algo que traria o desenvolvimento daquela localidade, mas acabou por tornar-se um pesadelo para essas comunidades. Muitas foram realocadas em terras inférteis, distantes da região litorânea, o que comprometeu suas

atividades de pesca e agricultura. Sem terem como produzir seus próprios meios de subsistência, muito perderam de seus costumes.

Além das questões explicitadas anteriormente, referentes aos motivos que levaram os professores a serem formadores no PROFEPMA, a seguir serão abordados outros aspectos importantes sobre a forma de organização e execução dos momentos de formação continuada.

Os relatos referentes a esses momentos convergem com os relatos dados pelas professoras formadas. Ambos os grupos entrevistados dizem ter sido momentos ricos de trocas de conhecimentos, com uso de metodologias diversificadas de ensino e com aprendizagens significativas para muitos, mostrando que o programa teve aspectos muito positivos para a comunidade alcantareense. Outra professora formadora assim expõe sobre os encontros formativos:

Partíamos sempre da utilização do livro didático, a gente repertoriava os formandos para trabalharem com os livros didáticos em suas salas de aula. A discussão começava nos livros e partia para outras referências que levávamos pra a ampliação do universo cultural e do próprio repertório informativo dos alunos sobre as temáticas em estudo. Essa ampliação do conhecimento se dava por meio das áreas de história, letras, ciências sociais, antropologia, didática etc. Posteriormente, retornávamos ao livro didático a partir da proposição de atividades didáticas a serem desenvolvidas nas escolas pelos professores em formação. Assim, o ponto de partida era o livro e o de chegada também era o livro, porém com uma ampliação do conhecimento em áreas específicas. Eu trabalhava com conhecimentos didático-pedagógicos. (Entrevistada 12).

Dessa forma, percebe-se que as aulas aconteciam a partir do livro didático da coletânea “Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação”, capacitando os professores em formação para desenvolverem atividades referentes ao mesmo com seus alunos, nas escolas municipais. Tanto as professoras formadas, quanto as formadoras avaliaram positivamente esses livros didáticos utilizados, uma vez que destacavam importantes aspectos culturais de Alcântara contidos na história, contada através de três personagens principais.

Ao lado disso, cada professor formador, dentro de sua área de atuação e de acordo com a disciplina ministrada, trabalhava com conteúdos específicos a serem incorporados na estrutura cognitiva daqueles que estavam sendo formados, tornando-os mais enriquecidos de informações e conhecimentos que os auxiliariam com as atividades desenvolvidas em suas escolas.

Baseando-se no exposto e nas entrevistas obtidas, este item, assim como o anterior, também foi organizado a partir de categorias principais e subcategorias extraídas das falas, conforme Quadro 11, abaixo.

Quadro 11 - Categorias e subcategorias da percepção docente formador acerca do PROFEPMA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
PLANEJAMENTO	PLANO DE AULA
CONTEÚDO PRINCIPAL	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	DIVERSIFICADAS
AVALIAÇÃO	PROFESSORES EM FORMAÇÃO
	PROFEPMA

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Optou-se pela organização do estudo dessa forma a fim de que o leitor consiga ter um panorama geral das temáticas abordadas durante as entrevistas e ao mesmo tempo compreenda os pormenores de cada categoria e subcategoria. Abaixo, no Quadro 12, aparece a categoria planejamento e a subcategoria plano de aula, as primeiras a serem tratadas neste item.

Quadro 12 - Categoria planejamento e subcategoria plano de aula com respostas equivalentes na concepção do docente formador

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
PLANEJAMENTO	PLANO DE AULA
<p><i>Tivemos algumas reuniões na UFMA com essa equipe de professores da área de sociologia e antropologia pra montar o material a ser trabalhado em Alcântara. A professora _____trouxe a proposta pedagógica e nós discutimos a proposta para entender o que era e como deveríamos desenvolver esse trabalho. Nós lemos o livro didático que seria utilizado pra dar suporte à formação, livro esse que seria trabalhado com os alunos, nas escolas de lá, pelos professores que participavam da formação. Nós partíamos do livro didático e víamos que categorias se identificavam com a história contada deveriam ser trabalhadas, de acordo com a nossa formação específica.</i></p>	
<p><i>Eu parti do livro didático que eles tinham cedido, da coleção Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação, e também dos conteúdos que deveriam ser trabalhados conforme a disciplina e nossa área específica. Acho que eles davam uma ementa pra seguirmos, mas eu não lembro bem. Elaborávamos as aulas com base em materiais nossos, materiais que já tínhamos. Então, a coletânea serviu de base, mas não foi o único material utilizado. Também planejávamos visitas técnicas.</i></p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

De acordo com as respostas acima, observa-se que o ponto de partida do planejamento era o livro didático pensado a fim de que “[...] refletisse o universo das referências culturais do município e abordasse temas relativos à vida cotidiana da comunidade alcantareense através da narrativa das aventuras vividas pelos personagens Ana, Artur e José.” (BARROS; RAMASSOTE, 2009, p. 4). Mas além do livro didático, constavam também no plano de aula outros materiais utilizados, relacionados especificamente à disciplina lecionada e área de atuação do professor formador. Já o plano de aula a ser colocado em prática pelos professores

em formação, com seus alunos, nas escolas, era elaborado com o auxílio da equipe técnico-pedagógica da UFMA e a presença dos tutores também acontecia nesses momentos.

Esse planejamento era executado a partir de atividades teóricas e práticas desenvolvidas ao longo do processo de formação. Planejar sempre é uma atividade que requer atenção, dedicação e conhecimento. Nesse sentido, “[...] o planejamento escolar consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação.” (LIBÂNEO, 2004, p. 149). Esse planejamento também incluía o estudo de conteúdos que conduziam aos objetivos esperados. O Quadro 13 traz a categoria conteúdo principal e a subcategoria educação patrimonial.

Quadro 13 - Categoria conteúdo principal e subcategoria educação patrimonial com respostas equivalentes na concepção do docente formador

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
CONTEÚDO PRINCIPAL	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
<i>Patrimônio cultural tangível e intangível, educação patrimonial, aspectos relacionados à memória, identidade, raça, etnia, comunidades quilombolas, valorização e conservação do patrimônio, o respeito ao outro e a sua cultura etc. (Entrevistada 11)</i>	
<i>...tinham várias áreas, tinha o pessoal da sociologia, da antropologia, da história, de Geografia, de Arte, tinha a gente da pedagogia, também o pessoal da biblioteconomia, cada um com seus conteúdos específicos, mas relacionados à educação patrimonial. (Entrevistada 12)</i>	
<i>Educação Patrimonial; Turismo. (Entrevistada 13)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

“Conteúdo é o conjunto de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes que o professor deve ensinar para garantir o desenvolvimento e a socialização do estudante.” (VICHESSI, 2018, p. 1). Embora, cada professor ministrasse conteúdos referentes a sua área específica, todos os conteúdos acabavam convergindo para o conteúdo principal educação patrimonial, enfoque da formação continuada.

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2018b, n.p.).

Essa educação faz-se importante uma vez que desperta o aluno para o conhecimento de sua própria história, reconhecendo-se nela e valorizando-a como patrimônio a ser

resguardado. Todos os conteúdos envolvendo essa temática principal foram trabalhos, segundo relatos dos professores formadores, a partir de metodologias diversificadas de ensino, conforme demonstrado no Quadro 14, abaixo.

Quadro 14 - Categoria metodologias de ensino-aprendizagem e subcategoria diversificadas com respostas equivalentes na concepção do docente formador

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	DIVERSIFICADAS
<i>Estudos dirigidos, discussões sobre textos, exibição de filme e documentário, pesquisas de campo para identificação do patrimônio da cidade, apresentação de trabalhos de forma livre: jogral, poesia, exposição de produtos culturais diversos, encenação etc. (Entrevistada 11)</i>	
<i>Utilizávamos os espaços da própria cidade pra trabalhar as temáticas em estudo, visitas a museus, exposição de filmes. Inclusive, os encontros de formação ocorriam no Museu Casa Histórica, era muito legal o fato de acontecer ali. Fazíamos também visitas a escolas, a algumas comunidades, a alguns pontos que eram citados na história do livro didático utilizado. (Entrevistada 12)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Observando as respostas dadas, percebe-se que os professores formadores têm a mesma percepção dos professores formados quanto ao uso de metodologias de ensino-aprendizagem diversificadas durante a formação. E essa diversificação foi de grande utilidade para a melhor compreensão dos formandos sobre os conteúdos estudados e também para a melhoria de suas práticas laborais nas escolas em que lecionavam. As categorias em questão já foram bastante tratadas e referenciadas no item anterior, por isso aqui não serão detalhadamente analisadas a fim de que o estudo não se torne repetitivo em demasia. Então, segue-se com as categorias avaliação referente aos professores em formação e ao PROFEPMA na concepção das docentes formadoras.

Quadro 15 - Categorias avaliação e subcategoria professores em formação com respostas equivalentes na concepção do docente formador

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
AValiação	PROFESSORES EM FORMação
<i>A avaliação era a partir da participação e de produções textuais, além das visitas de campos que também auxiliaram no processo avaliativo. Então, levávamos em conta a participação e o envolvimento deles, além das frequências. E ao fim do ano havia o momento de culminância. (Entrevistada 11)</i>	
<i>Eles tinham sempre atividades pra levar pra casa, pra desenvolver nas escolas, tomando como base o livro didático. Depois eles vinham e relatavam isso, traziam fotos, traziam alunos, apresentavam trabalhos, mostravam os resultados. Inclusive teve a culminância ao final do ano e nessa época foi até o reitor da UFMA que acompanhou a entrega dos certificados. (Entrevistada 12)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O quadro acima mostra que os professores em formação eram avaliados especialmente por seu interesse, participação e envolvimento com as atividades desenvolvidas ao longo do curso, além do controle de frequência para identificar aqueles que de fato estavam acompanhando e mereciam receber o certificado no final do ano. Os infrequentes tornavam-se sérios candidatos a não continuar o curso no ano seguinte.

Segundo as entrevistadas, as avaliações apontam para resultados positivos quanto à aprendizagem dos professores em formação, estes conseguiram assimilar conhecimentos relevantes acerca de aspectos histórico-culturais alcantarenses e trabalhar os mesmos com seus alunos, obtendo êxitos. Nesse sentido, avaliar constitui-se sempre em instrumento importante para verificar se resultados alcançados condizem com o esperado. Luckesi (2005, p. 150) assim reforça ao dizer que “[...] a avaliação é um instrumento que auxilia o professor a verificar os resultados que estão sendo obtidos.” Esses resultados norteiam a tomada de decisões no intuito de tornar rico e significativo o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto à avaliação feita acerca do PROFEPMA, segue a percepção das professoras formadoras.

Quadro 16 - Categoria avaliação e subcategoria PROFEPMA com respostas equivalentes na concepção do docente formador

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
AValiação	PROFEPMA
<p><i>A proposta de formação era muito boa e necessária para Alcântara. Faltou a continuidade disso, acompanhamento desses professores nas escolas pra saber como eles estão abordando esses conteúdos com os alunos, como que as crianças hoje vêem essas questões voltadas para o patrimônio. Eu consigo avaliar de acordo com a experiência que tive em minha disciplina, mas não sei te dizer os resultados lá na ponta, no final do programa. (Entrevistada 11)</i></p>	
<p><i>Naquele momento em que a gente participou da primeira etapa, a avaliação foi construída ao longo do processo. As decisões eram muito nossas, a gente foi num primeiro momento, levantamos as necessidades, mostramos o livro, aí eles foram demonstrando quais eram as necessidades formativas, então decidimos entrar mais na área de sociologia, depois na de história, e assim o processo foi sendo construído. Quando eu saí estava começando a tutoria que surgiu de uma necessidade. (Entrevistada 12)</i></p>	
<p><i>Pra mim foi um projeto válido. A proposta era muito boa. É como se nós ensinássemos a pescar, pegávamos os conteúdos e ensinávamos os professores alcantarenses a trabalhar com esses conteúdos a partir de um olhar que buscasse a identidade, o pertencimento do alcantarenses a suas raízes locais. O que eu vi de negativo foi a questão financeira, o dinheiro pra desenvolver um projeto desse é pouco. Treinamentos pra nós professores formadores faltou. Mas o projeto em si foi muito interessante. (Entrevistada 13)</i></p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

As professoras formadoras consideraram muito válida a experiência em participar do PROFEPMA, com resultados positivos para a comunidade de Alcântara. Uma delas

considerou, assim como as professoras formadas, que a falta de continuidade do programa pode ter contribuído para adormecer o desenvolvimento das práticas docentes locais quanto ao conhecimento acerca do patrimônio cultural alcantareense e a sua preservação.

De qualquer forma, o PROFEPMA tinha um período de duração na cidade e esperava-se que após o seu término ocorresse a continuação de ações praticadas pelos docentes formados com o apoio do Poder Público local. A gestão atual, através da Secretaria de Educação Municipal (SEMED), tem tentando resgatar atividades voltadas à educação patrimonial, especialmente no que diz respeito aos quilombolas.

Percebe-se que o processo de avaliação do programa em estudo foi construído ao longo dos anos de duração do mesmo e as decisões tomadas serviram pra dar rumo às atividades a serem desenvolvidas em momentos posteriores. A seguir tem-se a percepção dos docentes-tutores.

4.3.4.3 Percepção dos docentes-tutores

Conforme já mencionado anteriormente, a tutoria não foi algo pensado para acontecer desde o início do PROFEPMA. Com o desenvolvimento do programa sentiu-se a necessidade de um acompanhamento mais de perto dos professores formandos em suas escolas de atuação a fim de verificar se os mesmos estavam de fato colocando em prática, com seus alunos, os conhecimentos adquiridos durante a formação continuada. Assim, no primeiro ano de capacitação não houve tutores. Esse entendimento acerca da tutoria foi confirmado na fala de todos os segmentos entrevistados.

As tutoras entrevistadas foram três. Atualmente, as mesmas não estão exercendo atividades em sala de aula, estão ocupando cargos de gestão ligados à Secretaria de Educação e Secretaria de Turismo do Município de Alcântara. Pra ser tutora tinha que ser docente do município e já ter participado de alguma formação relacionada ao PROFEPMA. De acordo com os relatos coletados, era aberto um edital (Ver ANEXO B) para o processo seletivo desses tutores onde constavam os critérios para a seleção e as etapas para tal. A seleção ocorria em duas etapas, num primeiro momento era feita uma redação com tema relacionado à educação patrimonial e num segundo momento devia ser elaborado um plano de aula. A UFMA era a instituição responsável por realizar esse processo seletivo, logo os tutores ficavam sob a responsabilidade da mesma, de quem ganhavam uma bolsa mensal de R\$1.200,00 para custear as despesas com deslocamento aos povoados que acompanhavam.

A motivação desses tutores em participar do PROFEPMA foi gerada por motivos semelhantes aos dos demais segmentos entrevistados, conhecer mais sobre Alcântara e seu patrimônio cultural no intuito de contribuir com a disseminação de informações importantes nesse sentido que auxiliassem na preservação desse patrimônio. Segue fala abaixo de uma das tutoras entrevistadas.

O que me motivou foi a importância do projeto, porque às vezes a gente mora na cidade mas a gente não tem o conhecimento e o sentimento de pertencimento, então é preciso apropriar-se desse conhecimento e sensibilizar-se. Quando eu não conheço, eu não valorizo. Eu sou alcantareense e a gente percebe na maioria do nosso povo aquela falta de sensibilidade com a parte patrimonial. Costuma-se relacionar Alcântara apenas a prédios velhos quando não se conhece a história. Então, o alcantareense precisa ter o conhecimento e desenvolver o pertencimento porque aí sim irá vender a imagem da cidade de forma mais valorosa e atraente. Então a partir desse programa nos foi despertado o sentimento de querer conhecer e valorizar a nossa cidade. Eu, enquanto moradora, até então, desconhecia muitos aspectos. E por isso, escolheram a área da educação, porque nós somos transmissores de conhecimento e esse conhecimento vai sendo repassado e multiplicado. E também incentivar os alunos, a partir das nossas escolas, a ver Alcântara com outros olhos. (Entrevistada 14).

Percebe-se nos discursos dos entrevistados que há um desejo grande pelo conhecimento de sua cidade, do espaço de suas origens. Muitas informações eram desconhecidas antes do PROFEPMA. Para se sensibilizar com o patrimônio e cuidar é preciso apropriar-se do mesmo, conhecendo-o e se identificando. “Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio.” (GONÇALVES, 1996, p. 24).

Para muitos, Alcântara era vista como sinônimo de velharias, de prédios velhos, apenas. Em algumas falas, os professores expõem relatos de seus alunos das escolas municipais comentando que não sabiam o porquê de se preservar tanto prédio velho, que era melhor demolir logo e construir casas no lugar. Segundo Pereira (2015, p. 29), “[...] os bens imóveis antigos passaram a deter a pecha de ‘velhos’, ‘obsoletos’, ‘ultrapassados’ ou ‘inadequados aos novos usos e tempos’, gerando problemas de conservação de tais bens.”

Aqueles que detêm esse pensamento puro e simples, geralmente, não conhecem a importância histórico-cultural desses bens e as memórias contidas neles. Os patrimônios não podem ser vistos apenas por sua materialidade, mas também pela subjetiva contida neles, pelas histórias vividas ali e pelo sentimento guardado por aqueles que viveram essas histórias deixando-as como memórias para as suas futuras gerações. Mas, por outro lado, mesmo conhecedores da importância de um bem, muitos preferem optar por defenderem a sua destruição ou modificação em razão de uma possível “modernização”.

Se antes, no plano do imobiliário, o que distinguia simbolicamente as classes eram os suntuosos casarões com seus ricos detalhes nos beiras, tal padrão parecia já não dar distinção; contrariamente, apenas representaria a simbologia de uma cidade econômica e culturalmente decadente, fazendo-se necessário, em espécie de devaneio modernista, transpor-se rio, construir um novo cenário e deixar a velha cidade. (PEREIRA, 2015, p. 29).

Antigamente, as famílias de posse habitavam nos antigos casarões dos centros históricos das cidades, isso era considerado status. Hoje, considerando essa concepção de bens imóveis ultrapassados, essas famílias se encontram em bairros projetados sob técnicas da moderna arquitetura, para onde migraram. É nesse aspecto que são percebidas as distinções econômicas e sociais. É a eterna contradição entre o antigo e o moderno que paira quando se trata de centros históricos.

Essas questões precisam ser conhecidas e compreendidas pelos moradores das cidades históricas e o caminho não pode ser outro que não seja a educação, seja ela formal ou informal. Nesse sentido, as escolas devem ser espaços destinados a discussões acerca da historicidade contida no patrimônio cultural de uma determinada comunidade. É a partir da educação patrimonial que os alunos podem deixar de ver os casarões históricos como meras velharias e compreenderem a riqueza de sentimentos e significados contidos ali. Então, o PROFEPMA aconteceu no sentido de capacitar os professores do município de Alcântara para tal e o trabalho de tutoria auxiliou no alcance dos objetivos propostos. Os tutores tinham suas responsabilidades, conforme será demonstrado no Quadro 17 a seguir, com o estudo da categoria tutoria e subcategoria atribuições.

Quadro 17 - Categoria tutoria e subcategoria atribuições com respostas equivalentes na concepção do tutor

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
TUTORIA	ATRIBUIÇÕES
<i>A gente sentava com os professores e programava tudo juntos, planejava pra depois executar. Então, a gente tirava um dia na escola pra que todos trabalhassem a educação patrimonial. O tutor dava as orientações para o professor e fiscalizava pra ver se aquele planejamento estava sendo executado. Ele fazia as tutorias diretamente nas escolas. Eu sentava com os professores, orientava, dava sugestões, buscávamos os meios pra fazer as coisas acontecerem. Assim, a gente ia ajustando. (Entrevistada 14)</i>	
<i>Nós tínhamos que entregar um relatório à coordenação da UFMA. Nesse relatório, a gente relatava as visitas, o período da visita, o que se observou, as atividades que estavam sendo realizadas em sala de aula voltadas pra educação patrimonial, em que disciplinas estavam sendo trabalhadas, o professor, a escola, o nosso ponto de vista enquanto tutor do que estava sendo observado, que professores estavam tendo dificuldades e precisavam de uma orientação maior. (Entrevistada 16)</i>	
<i>Além de participar das formações com os professores nós tínhamos aqueles encontros de conversa entre tutores e coordenação voltados pra a responsabilidade do trabalho que seria feito, assim como dos encaminhamentos a serem seguidos. Tínhamos encontros antes e depois de cair em campo. Quando voltávamos do campo apresentávamos o relatório das atividades e discutíamos sobre os pontos positivos e negativos, pontos a melhorar, o que poderia estar fragilizando o trabalho. Tivemos algumas escolas em que os professores não se envolveram, observamos que tinha professor que vinha por conta da bolsa. Tanto que no último ano, que participei como tutora, a prefeitura não disponibilizou bolsa e houve uma evasão da formação. (Entrevistada 14)</i>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Segundo Baudrit (2009, p.11), “[...] o termo tutor vem do latim *tueiri* que significa proteger, ter cuidado com [...] é alguém que é encarregado de tomar conta de outra pessoa, de velar por ela e de ajudar, se for preciso, a superar dificuldades.” Como dito, o tutor é alguém que deve zelar por aqueles sob sua tutela e, no caso do PROFEPMA, os tutores orientavam e acompanhavam os professores formandos para que estes pudessem desenvolver suas atividades docentes com seus alunos no intuito de colocar em prática o que aprendiam nas formações.

O tutor era alguém que também participava dos momentos de formação e planejava, junto com os professores, ações a serem desenvolvidas nas escolas. Dividiam-se por polos, atendendo várias escolas. A tutoria não poderia ser exercida no horário em que o docente-tutor estivesse realizando seu trabalho de sala de aula e o trabalho de tutoria não poderia ser exercido na mesma escola em que o tutor lecionava.

“Muito utilizado hoje em dia, a tutoria é o método que promove a interação entre o tutor e aqueles que estão participando do processo, impulsionando e estimulando o aluno para que o aprendizado seja desenvolvido de maneira eficaz.” (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 1). Assim, os tutores do PROFEPMA, que eram também professores, auxiliavam e incentivavam outros professores em formação a melhor desenvolverem suas práticas docentes voltadas para a educação patrimonial.

Foi relatado que, inicialmente, os professores que participavam das formações estavam tendo dificuldades em relacionar o conteúdo de suas disciplinas com os conteúdos referentes à educação patrimonial, especialmente porque estes não faziam parte do currículo obrigatório. Então, professores e tutores sentavam juntos a fim de pensarem em melhores estratégias de ensino para trabalhar com esses conteúdos e tentavam sanar as dificuldades que apareciam no caminho. Eles eram orientados pela equipe técnico-pedagógica da UFMA, presente nos momentos de planejamento e também em momentos posteriores quando os tutores voltavam com seus relatórios de acompanhamento e relatavam as dificuldades encontradas a fim de que todos trabalhassem juntos em cima delas visando à melhoria do desempenho dos professores e melhor aprendizado dos alunos das escolas municipais de Alcântara.

Para desenvolver esse trabalho de tutoria com as responsabilidades e as atribuições requeridas é necessário ter um perfil, ter atitude e ser resiliente. Assim, é importante que o “[...] professor/tutor, possua entre outras qualidades a facilidade de comunicação, dinamismo, criatividade, liderança e iniciativa para atuar como facilitador, junto ao grupo de aprendizes.” (AGUIAR; FERREIRA; GARCIA, 2010, p. 46). Nesse caso, o grupo de aprendizes sob sua tutoria eram os professores em formação do PROFEPMA.

Diante do que foi exposto, percebe-se que o tutor tinha várias atribuições, entre planejar junto com os professores, realizar visitas nas escolas sob sua tutoria, orientar os professores em suas práticas docentes voltadas para a educação patrimonial e entregar os relatórios de suas visitas à equipe técnico-pedagógica da UFMA para que fossem avaliados e que novas orientações surgissem. Nesse contexto, foi essencial que o tutor demonstrasse competência individual e capacidade para trabalhar em equipe, planejando, avaliando e refletindo sobre a teoria e a prática envolvidas no processo educacional.

Além do que já foi mencionado sobre a seleção, a motivação e as atribuições dos tutores nas formações e nas escolas, outros aspectos também foram abordados durante a entrevista como a percepção dos tutores sobre o material didático utilizado nas formações, as formas de avaliação utilizadas durante o processo formativo e suas compreensões acerca do PROFEPMA. Esses aspectos contidos nas falas dos tutores convergem com o que já foi dito em outras falas pelos demais segmentos entrevistados, não sendo necessário, por isso, fazer nova análise neste item do que já foi explicitado de forma mais detalhada em itens anteriores deste trabalho. O item a seguir traz a percepção da equipe técnico-pedagógica.

4.3.4.4 Percepção da equipe técnico-pedagógica

Este item, diferente dos anteriores, não traz quadros com categorias, subcategorias e respostas, relaciona aspectos referentes às falas da coordenação do PROFEPMA com aspectos referentes às demais falas de outros segmentos entrevistados. À proporção que as entrevistas foram ocorrendo era muito interessante perceber que os relatos dos diversos segmentos participantes desta pesquisa convergiam para pontos em comum, em quase nada divergiam.

A ideia que ficou sobre o PROFEPMA, os conhecimentos adquiridos, os significados, as experiências e os sentimentos em muito se assemelhavam, o que já foi percebido nas análises realizadas nos itens anteriores e será reforçado neste último item que traz as falas da principal coordenadora do projeto, professora da UFMA, e também de uma professora de Alcântara que na época trabalhava na Secretaria de Educação Municipal (SEMED) e coordenava o projeto lá, repassando informações importantes à equipe da UFMA. A coordenadora da UFMA foi a mentora intelectual do programa, já a técnica da Secretaria de Educação do Município era a responsável por permitir que a logística necessária para ocorrerem as formações em Alcântara estivesse nos conformes. Ambas se faziam presentes durante os momentos formativos e depois se reuniam com os professores em formação e os tutores para

planejamento, recebimento de relatórios dos tutores, discussões acerca das dificuldades encontradas e o que poderia ser feito para vencê-las.

Em fala das Entrevistadas 17 e 18 (coordenação), notou-se que o PROFEPMA foi pensado como uma continuidade do projeto “Educação Patrimonial nas salas de aula de Alcântara” que já vinha sendo desenvolvido desde agosto de 2007 pelo IPHAN e tinha por objetivo “[...] a instauração junto às escolas de um ciclo permanente de aprendizado e debate ligados à preservação patrimonial, [...] destinado às séries do Ensino Fundamental II, além da capacitação dos professores e monitoramento da aplicação do programa nas salas de aula.” (IPHAN, 2018c, n.p.).

Inicialmente, esse projeto ficou sob a responsabilidade “[...] do antropólogo Rodrigo Ramassote e da bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio–PEP/Iphan, Flávia Luz Pessoa, autora dos quatro livros que compõem a coleção ‘Patrimônio Contado - Alcântara, Cultura e Educação’, e dos dois livros de apoio ao professor.” (IPHAN, 2018c, n.p.). Livros estes utilizados durante os quatro anos seguintes de realização do PROFEPMA. Para a elaboração dos mesmos, foram feitas coletas e análises de dados a partir de materiais produzidos em oficinas realizadas com alunos e professores de escolas de Alcântara, especialmente da Sede e dos povoados de Cajueiro e Raimundo Su.

A partir desse projeto que já estava sendo desenvolvido desde 2007 nas salas de aula de Alcântara, pensou-se na necessidade de promover uma formação continuada docente de maior amplitude que trouxesse conhecimentos significativos acerca do patrimônio cultural local. Então, quando se idealizou o PROFEPMA, com duração e carga horária maior, chegou-se a conclusão de que o IPHAN não tinha competência pedagógica para tal. Foi, então, que surgiu a ideia de efetivar uma parceria com a UFMA, que detinha a competência para responsabilizar-se por essa formação continuada docente, em parceria também com a Prefeitura do Município de Alcântara, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A coordenadora da UFMA se disse muito feliz com os resultados do programa e em sua fala relatou que “[...] diante da realidade proposta, a experiência foi 80% positiva. Foi plantada uma semente [...]” (Entrevistada 17). A ideia era plantar a semente para que o município regasse e germinasse, dando continuidade a ações voltadas para a preservação do patrimônio local pela via educacional. Porém, além da boa vontade de alguns professores era preciso ter o apoio da gestão municipal e também condições mínimas para trabalharem nesse sentido.

Uma tutora relatou que após a conclusão do PROFEPMA, a pedido do município, a equipe da UFMA ainda voltou para mais dois momentos de formação, entre 2015 e 2016.

“Depois até foi formada uma equipe de tutores pra dar continuidade ao trabalho nas escolas, mas a secretaria não deu o apoio necessário.” (Entrevistada 14). Ela disse que na época do PROFEPMA os tutores recebiam bolsa da UFMA para custear o seu deslocamento às comunidades e que, então, para dar continuidade ao projeto, a prefeitura tinha que oferecer o mínimo de condições de trabalho. Mesmo assim, alguns professores, ainda que com limitações, conseguem realizar atividades com seus alunos, envolvendo os conhecimentos referentes à educação patrimonial, adquiridos na formação. Aqueles que não participaram do PROFEPMA alegam que não se sentem preparados para desenvolverem esse trabalho, sentem dificuldades de relacionar a educação patrimonial aos conteúdos obrigatórios de ensino.

Esse programa originou o I Projeto de Extensão Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara, o primeiro a ser desenvolvido no Brasil com esses moldes, sob a responsabilidade maior do IPHAN, tendo Alcântara como palco para a sua realização.

Alcântara conserva um vasto e diversificado patrimônio cultural, cuja preservação se encontra sob a responsabilidade do Iphan desde 1948, quando a cidade foi erigida por decreto presidencial à condição de monumento histórico nacional e o seu centro histórico, tombado pelo governo federal. (IPHAN, 2018c, n.p.).

Diante dessa vasta e diversa riqueza contida em seu patrimônio cultural, entende-se o porquê desta cidade ter sido escolhida como palco para o desenvolvimento de um programa de formação continuada docente em educação patrimonial.

Esse entendimento da coordenação acerca da concepção do PROFEPMA em Alcântara coincide com a fala da tutora quando esta disse que foi “[...] um projeto pioneiro, estava em fase de teste e Alcântara foi a primeira cidade histórica de patrimônio cultural do Brasil a desenvolvê-lo. Se desse certo seria expandido para outras cidades históricas do país.” (Entrevistada 14). O objetivo do IPHAN realmente era que fosse expandido pra outras cidades históricas, que servisse de referência para a execução de outros projetos da mesma natureza, mas ainda não se tem dados concretos de que isso esteja acontecendo, a não ser por meio de ações ou projetos pontuais como os citados no primeiro capítulo, em dissertações nacionais sobre a educação patrimonial.

A coordenadora da UFMA (Entrevistada 17) disse que esse projeto foi um grande desafio para a sua vida profissional, pois estava testando a sua competência durante vinte quatro horas por dia. Segundo ela, não veio numa forma, de forma acabada, era repensado e replanejado a todo instante, uma vez que os problemas e as dificuldades iam aparecendo e fazia-se necessário tomar novas decisões, novos rumos.

Os momentos de formação eram planejados com base nos livros didáticos da coletânea “Patrimônio Contado - Alcântara, Cultura e Educação”. Nesses livros,

[...] as noções e conceitos fundamentais para o debate ligado à preservação do patrimônio cultural são aos poucos introduzidos e explicados – em quadros com textos e imagens. O enredo ficcional de fundo ajuda a exemplificá-los. Pretende-se que os alunos se apropriem dos quadros conceituais e sejam capazes de empregá-lo em situações cotidianas. A opção pelo uso da mescla da narrativa de ficção com o texto didático e as propostas de atividades deu-se por avaliarmos que a produção literária pode exercer uma função importante no processo de aprendizagem, despertando o interesse a respeito do contexto da história narrada. Além disso, não se pode esquecer que a literatura é responsável pela formação de nosso universo de fantasias e referências, e também uma maneira nova de experimentarmos a realidade. (IPHAN, 2018c, n.p.).

Esses livros traziam uma mescla do fictício com o real, contando um pouco da história de Alcântara, desvendada a partir de três personagens principais, Ana, Artur e José, que desbravavam a Sede e alguns povoados, vivenciando experiências culturais diversas em festejos, em contato com o meio ambiente, em contato com elementos materiais e imateriais referentes ao patrimônio cultural local.

Os professores da UFMA traziam materiais complementares (Ver ANEXO G) aos livros didáticos apresentados para trabalharem com conteúdos relacionados a estes, mas que também estivessem de acordo com disciplinas específicas como história, geografia, arte entre outras. Todos os segmentos entrevistados avaliaram positivamente os materiais didáticos da formação continuada, expondo que aprenderam muito a partir deles e da forma como eram utilizados, com o uso de metodologias diversas de ensino.

A partir dos conhecimentos adquiridos nas formações e dos planejamentos realizados em conjunto com os tutores, com o auxílio da equipe técnico-pedagógica, os professores seguiam para a realização de suas atividades docentes com seus alunos, nas escolas municipais, o que era acompanhado pelos tutores e repassado à equipe da UFMA.

“Eu diria que a tutoria foi a grande expertise do programa”, disse a coordenadora da UFMA, o que foi reforçado em falas da técnica que dava apoio em Alcântara. Explicou que quando um professor era acompanhado por um colega de trabalho seu, acabava por não querer fazer feio e dedicava-se ao máximo pra progredir e muitos progrediram, tanto que estão ocupando cargos de gestão em Alcântara, atualmente. É certo que alguns professores desistiram por falta de interesse ou outros motivos mais, porém aqueles que souberam aproveitar ganharam muito com o PROFEPMA.

Quando a visita do tutor ou equipe técnico-pedagógica era agendada para determinada escola e os professores em formação não estavam socializando os conhecimentos

adquiridos com seus alunos ou desenvolvendo qualquer atividade referente à educação patrimonial, eles se viam acuados e mandavam um comunicado à UFMA expondo a situação e os motivos de não estarem desenvolvendo tais atividades na escola e pediam o desligamento do PROFEPMA. Este fato não era bem visto pela equipe técnico-pedagógica da UFMA, uma vez que a instituição havia feito um investimento para estar ali.

O fato da UFMA ter sido escolhida como instituição responsável pela criação e monitoramento do PROFEPMA, possibilitou uma aproximação da “[...] Universidade junto à comunidade e também um enorme avanço no esforço de proteção ao patrimônio cultural maranhense, uma vez que a educação é a base mais sólida para que a sociedade possa conhecer, compreender e se apropriar do seu patrimônio.” (IPHAN, 2008c, n.p.). Essa apropriação do patrimônio já acontecia por alguns moradores, mas não através de um processo sistemático de educação e sim pelas vivências e experiências de cada um. Algumas histórias interessantes e importantes para a memória da comunidade eram conhecidas porque eram contadas pelos mais velhos e experientes residentes ali, mas uma vez que esse conhecimento não se sistematize em alguma fonte e o seu facilitador venha a falecer, junto com ele também vai muito desse conhecimento.

Quando o sujeito se apropria desse conhecimento e se identifica com o patrimônio cultural, ele vai valorizá-lo e acaba por tornar-se promotor de ações voltadas a sua preservação. Muitos alunos das escolas que participavam do PROFEPMA tiveram sim, segundo relatos da maioria dos professores formados entrevistados, mudanças positivas de atitudes no cuidado com o patrimônio que estava a sua volta. No entanto, o trabalho docente visando o ensino-aprendizagem da educação patrimonial teria que ter continuado com outros alunos a fim de que os conhecimentos fossem se multiplicando até que a conscientização de preservação chegasse à maioria dos moradores de Alcântara. Mas não foi o que ocorreu, essas práticas docentes têm ocorrido ainda de forma tímida, embora a atual gestão da Secretaria de Educação do Município a partir da Coordenação de Educação Patrimonial e Educação Quilombola esteja trabalhando no intuito de resgatar e dar continuidade a esse trabalho nas escolas (Entrevistada 7).

É um trabalho que deve sim continuar, pois facilita que o aluno reconheça a importância do patrimônio a sua volta e cuide. O patrimônio cultural de uma comunidade é a representação de sua identidade e quando protegido, protegem-se também as origens e a memória dessa comunidade contida ali. Nesse sentido, entende-se que “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em construção de si [...]” (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim, a memória é constituinte da identidade e, portanto, deve ser entendida por aquele ou aqueles que busquem compreenderem a si próprios.

Para que todos esses aspectos e categorias de estudo sejam trabalhados num programa de formação continuada docente em educação patrimonial a fim de que se obtenha êxito na aprendizagem dos formandos e melhoria de suas práticas, necessita-se de uma coordenação comprometida. A coordenadora da UFMA, cabeça do programa, costumava ser respeitada pela maioria dos professores em formação, pois servia de referência para os mesmos quando tinham quaisquer dificuldades ou situações mais delicadas a resolver, era adorada por uns por sua bravura e pulso firme para “tocar o barco”, fazendo com que o programa se desenvolvesse da melhor maneira possível, alcançando os melhores resultados. Porém, bastou ser aluno para não gostar muito daqueles que ficam em cima, cobrando, e assim, muitos professores em formação acabavam por não gostar muito dessa postura dela também. Isso foi relatado pela técnica que acompanhava mais diretamente o programa em Alcântara (Entrevistada 18) e por alguns professores formados entrevistados (Entrevistadas 5 e 6).

Essa coordenadora buscava, juntamente com sua equipe pedagógica da UFMA, avaliar constantemente as ações desenvolvidas durante o PROFEPMA, no intuito de tomar as decisões certas quanto a que estratégias traçarem e que caminhos seguirem para o alcance dos melhores resultados quanto à aprendizagem e o aperfeiçoamento das práticas dos docentes. Nesse sentido,

[...] A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos. Visam comprovar a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racionais e inteligentes entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados [...]. (AGUILLAR; ANDER-EGG, 1994, p. 31-32).

Avaliar para continuar desenvolvendo, esse era o desejo. Ela mesma disse que o programa foi sempre um desafio, com “cascas de bananas” durante o percurso, algumas situações delicadas pra resolver, decisões às vezes bem difíceis de serem tomadas, mas diante do esforço despendido, acredita-se que a semente do conhecimento foi plantada, basta germinar e florescer para dar bons frutos. Isso depende do empenho de todos, professores, gestores escolares e a própria SEMED com o apoio da Prefeitura de Alcântara.

O fato é que o PROFEPMA chamou a atenção até de outros países, conforme relatado pela Superintendente do IPHAN, à época, ao dizer que pessoas de fora do Brasil entraram em contato para saber como havia sido essa experiência em Alcântara, o que deixou os envolvidos felizes, especialmente a coordenadora da UFMA, principal mentora do programa e que tanto se dedicou ao longo dos anos de sua duração para que tudo ocorresse bem. Diante do exposto, conclui-se que embora com as dificuldades encontradas durante a realização do PROFEPMA, a educação é mola propulsora do desenvolvimento de uma nação e através dela pode-se mover o mundo, construir conhecimentos e contribuir na formação de cidadãos mais críticos e atuantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa num programa de formação continuada docente, acredita-se na contribuição que o mesmo pode dar aos professores no sentido de trazer conhecimentos e experiências que melhorem o desenvolvimento de suas práticas com seus alunos. Mas, é preciso entender como esses conhecimentos são colocados em prática e quais os resultados alcançados a partir disso.

Então, os cursos de formação devem ser planejados de forma que os professores se sintam motivados a participar, os materiais didáticos utilizados também devem ser de boa qualidade, assim como as metodologias de ensino devem atender às necessidades daqueles que estão em formação a fim de que o interesse dos mesmos pelo curso os levem a uma aprendizagem significativa que contribua para a melhoria de suas práticas docentes.

Nesse intuito é que esta pesquisa foi realizada, a fim de confirmar ou não a influência do PROFEPMA sobre as práticas dos professores da Rede Municipal de Educação de Alcântara, no Ensino Fundamental II, quanto ao despertar de seus alunos para a preservação do patrimônio cultural local, a partir da educação patrimonial.

A educação patrimonial constitui-se em um processo importante para o sucesso de uma política de preservação do patrimônio cultural, pois é a partir dela que o indivíduo consegue compreender o mundo que o cerca, especialmente a trajetória histórica do meio cultural onde está inserido. Ao identificar-se com esse universo sociocultural, o indivíduo vai desenvolvendo a sua identidade e também sentimentos de pertencimento para com a sua comunidade.

No caso do PROFEPMA, o espaço ao qual se buscava desenvolver esse sentimento de pertencimento era Alcântara, cidade escolhida para sediar o programa por possuir riquezas patrimoniais apreciadas por muitos, mas ainda conhecidas por poucos. Riquezas estas perceptíveis em bens materiais e imateriais constituintes do seu patrimônio cultural. Entre esses bens, estão os casarões de estilo colonial encontrados em seu Centro Histórico, as belas paisagens do seu entorno, os sítios arqueológicos e as manifestações culturais, marcas deixadas pelo período em que foi colonizada e quando por lá estiveram europeus, indígenas e africanos trazidos escravizados. A aglutinação de elementos destas culturas formou o que hoje se tem pela cultura alcantareense, de uma diversidade incrível a ser conservada.

Um patrimônio cultural como esse não pode ser esquecido, precisa ter a sua importância reconhecida por seu povo a fim de que este contribua com a sua conservação. Conservá-lo ajuda a manter viva a memória deste povo, que passa de geração em geração. Por

isso, fez-se tão importante desenvolver um processo de educação patrimonial que tivesse por finalidade despertar nos educandos alcantarenses o sentimento de pertencimento e de zelo pelo patrimônio cultural local.

Mas, é importante frisar que o sentimento de pertencimento, assim como a memória e a identidade de um povo não se desenvolvem sem intenções, há todo um contexto sócio-político e temporal que contribuirá para isso. Por exemplo, há sempre uma intencionalidade embutida numa história que é contada, reforçando determinados aspectos da mesma a fim de que aqueles que ouvem ou lêem essa história fixem aquilo que tiver “maior valor e importância”, processo esse quase sempre direcionado. Assim, pode-se dizer que há intencionalidade em tudo, nada ocorre por acaso.

Diante disso, há um viés político que influencia sobremaneira as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. A própria escolha dos bens, sejam materiais ou imateriais, que devem ser preservados é complexa, carregada de interesses, significados e ideologias. Logo, o processo educacional que se desdobra como possibilidade para o entendimento desse contexto também não é desinteressado.

Segundo Paulo Freire (1996), a própria educação não é neutra ou desinteressada, é um ato político, e ensinar vai além de ter uma profissão com saberes docentes a serem colocados em prática. Ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa e curiosidade; exige respeito aos saberes dos educandos; exige criticidade; exige estética e ética; exige a corporificação das palavras pelo exemplo; exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; exige reflexão crítica sobre a prática; exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural; exige a consciência do inacabamento; exige respeito à autônima do educando; exige bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores; exige apreensão da realidade e intervenção na mesma; exige alegria, esperança e a convicção de que a mudança é possível; exige comprometimento, segurança, competência profissional e generosidade; exige liberdade, autoridade e tomada de decisões consciente; exige saber escutar; exige disponibilidade para o diálogo; exige reconhecer que a educação é ideológica e exige querer bem ao educando (FREIRE, 1996).

Enfim, a educação é um processo em constante desenvolvimento na vida de qualquer indivíduo e através dela deve-se ter persistência para transformar dificuldades em possibilidades. Nessa perspectiva é que a via educacional foi pensada como um meio para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara quando da idealização do PROFEPMA.

Diante do exposto, acredita-se que os objetivos propostos para essa pesquisa foram alcançados e pode-se dizer que o PROFEPMA influenciou positivamente as práticas dos

professores alcantarenses, embora tenha apresentado entraves e dificuldades ao longo de seu desenvolvimento que são próprios do que é implantado de forma pioneira. Para confirmar isso, fez-se necessário ouvir os professores qualificados, os professores formadores, os tutores e membros da equipe técnico-pedagógica acerca de suas percepções sobre o programa e dos resultados alcançados.

Os dados coletados a partir dessas falas foram organizados em categorias, subcategorias e trechos de respostas para uma melhor organização e análise. É importante observar que à proporção que as entrevistas ocorriam, verificou-se que os relatos convergiam para pontos em comum, por isso muitas categorias que já haviam sido analisadas no subitem percepção dos docentes formados deixaram de ser analisadas nos subitens seguintes de percepção dos entrevistados a fim de que o trabalho não ficasse muito extenso, tornando a leitura cansativa e repetitiva.

Os professores qualificados ouvidos, residentes em Alcântara, relataram sobre a importância de terem conhecido a sua própria história a partir das formações e de poderem ter compartilhado isso com os seus alunos, contribuindo para despertar nestes sentimentos de pertencimento e de zelo com o patrimônio cultural local. Os alunos, quando eram desafiados a pesquisarem sobre a história de sua comunidade, traziam informações que eram desconhecidas até por seus próprios professores.

Essas atividades se concretizavam a partir do uso de metodologias de ensino diversificadas durante as formações que eram trabalhadas também pelos professores formados com seus alunos nas escolas onde lecionavam. Eram realizadas pesquisas, dramatizações, visitas a museus, encenações, confecções de maquetes, cartas, jograis, revistas em quadrinhos, leitura e interpretação de textos do livro e etc. O material didático utilizado durante a formação também foi positivamente avaliado pelos entrevistados.

Assim, foram vivenciadas experiências ricas de aprendizado e significado tanto pelos professores, quanto por seus alunos. As formações docentes envolveram momentos de teoria e prática, com visitas a pontos históricos não só da sede de Alcântara, mas de alguns povoados. Para muitos mudou a concepção que tinham de que os prédios históricos ao seu redor eram somente velharias e que, portanto, poderiam ser destruídos, mas que se constituíam em riqueza patrimonial local, memória viva a ser preservada.

Dessa forma, os docentes relataram que perceberam certos cuidados de seus alunos com o patrimônio a sua volta, o que também pode ser considerado resultado positivo do PREFEPMA. Alguns desses discentes passaram a cuidar da limpeza da casa da farinha de seu povoado, por exemplo, passaram a se incomodar quando viam alguém sujando ou cometendo

atos impróprios no Centro Histórico, passaram a gostar de dançar nas festividades de seu povoado, passaram a ajudar no preparo de alimentos para os festejos o que até então era feito somente pelos mais velhos e etc. As manifestações culturais foram reacendidas e valorizadas quando da realização do programa. Enfim, as trocas de experiências entre todos os envolvidos trouxeram conhecimentos que poderão ser sempre compartilhados e sentimentos que ficarão guardados em seus corações.

É certo que essa formação envolveu uma parcela bem pequena de alunos do município e que com a falta de continuidade do programa a semente foi plantada quanto à geração de conhecimentos acerca do patrimônio cultural local e de sua preservação, mas não foi regada para germinar e dar bons frutos. Dessa forma, as depredações e falta de cuidado com o patrimônio alcantarense ainda acontecem, merecendo um olhar especial das autoridades que devem apoiar a continuidade de ações educativas no sentido da preservação.

Assim, também foram percebidos acontecimentos durante o desenvolvimento do programa que requerem reflexão. Notou-se que o número de concluintes da formação continuada foi diminuindo ao longo das etapas, por diversos motivos, conforme relatos dos entrevistados. Um desses motivos foi que as disciplinas lecionadas pelos professores nas escolas podiam ser alteradas de um ano pra outro e como o PROFEPMA tinha por objetivo formar professores das áreas específicas de História, Geografia e Língua Portuguesa, quando esses professores deixavam de lecionar disciplinas dessas áreas de um ano pra outro, deixavam também de poder participar da formação o que causou certo desestímulo nos mesmos e chateações no transcorrer dos anos de realização do programa. Percebeu-se que muitos professores da Rede Municipal de Educação de Alcântara lecionavam não de acordo com sua formação acadêmica, mas conforme as necessidades da escola, em muitos momentos lecionando disciplinas para sanar carências de outros professores, o que chega a ser absurdo, imoral e ilegal.

Observa-se que por trás da escolha dos professores que participaram do PROFEPMA, acabaram existindo questões políticas que vinham à tona e que estavam nas entrelinhas desse processo. Se houvessem mudanças na gestão pública, mudança de gestores, isso alterava toda uma lógica de funcionamento das demais atividades que ocorriam no município, como indicação dos “preferidos” para participarem de certos cursos ou atividades.

Outro fator de desestímulo para que alguns professores não continuassem a formação foi a suspensão, no último ano de PROFEPMA, da diária que era oferecida pela prefeitura da cidade de Alcântara para custear o deslocamento, a hospedagem e a alimentação dos professores que vinham de municípios mais distantes para a Sede (Alcântara) a fim de

participarem da formação. Por outro lado, nem todos aqueles que eram escolhidos, estavam motivados e empenhados em oferecer o seu melhor durante as capacitações, alguns participavam das mesmas, mas não chegavam a colocar em prática aquilo que aprendiam nas escolas o que representava um grande desperdício de tempo e de dinheiro, além de egoísmo por guardarem para si aquilo que aprendiam. Ao lado disso, havia professores que gostariam de participar e que certamente teriam maior envolvimento, mas não eram escolhidos, nem liberados pela secretaria para tal.

As ações desenvolvidas e os resultados alcançados pelo programa iam sendo analisados e avaliados pela equipe técnico-pedagógica da UFMA que tomava suas decisões, baseando-se nessas avaliações a fim de que o programa pudesse tomar os rumos desejados para o alcance de resultados satisfatórios. Porém, naquilo que era de competência do município na parceria estabelecida, a UFMA não intervinha, como, por exemplo, a escolha e liberação dos professores para participarem das formações.

Diante dos entraves e dificuldades apresentados, percebe-se em muitas falas um jogando a responsabilidade para o outro quanto à preservação do patrimônio cultural alcantareense o que é da responsabilidade de todos, independentemente de pessoa física ou jurídica. É fato que as políticas públicas devem auxiliar nesse sentido, mas de nada valerão se não houver uma conscientização da população no intuito de cumprimento dessas políticas e nesse sentido aparece o importante papel da educação patrimonial.

Além disso, embora alguns professores relatassem algumas falhas ocorridas durante os quatro anos de duração do PROFEPMA, muitos eram os primeiros a contribuir pra que elas ocorressem quando não davam o valor devido à formação continuada oferecida e faltavam aos encontros formativos ou desistiam do curso por falta de interesse ou mesmo adquiriam conhecimentos, mas não os compartilhavam com os seus alunos. Mesmo assim, pode-se dizer que o PROFEPMA trouxe sim melhorias para as práticas docentes daqueles que participaram ativamente das formações e se empenharam para colocar em prática o que aprendiam com seus alunos.

A partir do exposto, entende-se que este estudo poderá deixar como contribuição os benefícios e as dificuldades apresentados a partir da experiência dos envolvidos com o PROFEPMA a fim de nortear o planejamento e a execução de outros programas de formação continuada docente relacionados à educação patrimonial. A implantação deste programa foi considerada pioneira no Brasil, e devido a isto se atribui o seu valor, servindo de base para a realização de outros projetos estaduais, nacionais ou até internacionais desta natureza.

Por fim, é importante ainda ressaltar que este trabalho apontou experiências com a educação patrimonial ocorridas no Brasil, mas, no caso do Maranhão, só enfocou o PROFEPMA, devido ao reduzido tempo que não possibilitou um estudo mais detalhado nesse sentido, ficando como sugestão desenvolvê-lo em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Juliana; FERREIRA, Cristina; Garcia, Ana Beatriz. Aplicação de Modelo de Tutoria proativa na modalidade semipresencial de ensino a distância utilizando ferramentas de interatividade e personalização. **Revista EAD em Foco**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, abr./out. 2010, p. 43-57.

AGUILLAR, M.J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARAYA, Maurício. Governo brasileiro formaliza quebra de tratado com Ucrânia sobre ACS. **Portal G1 Maranhão**, jul. 2015, p. 1-2. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/07/governo-brasileiro-formaliza-quebra-de-tratado-com-ucrania-sobre-acs.html>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

AUSUBEL, D.P. **Psicología educativa: um punto de vista cognoscitivo**. Traducción al español de Roberto Helier D., de la primera edición de Educational psychology: a cognitive view. México, Editorial Trillas, 1976.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETO JÚNIOR, Ivo Matos. **Alcântara, Cidade Monumento: Minha casa é Patrimônio Nacional**. Manual de Preservação. São Luis: Superintendência do IPHAN no MA, 2009.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BARROS, Flávia Luz Pessoa de; RAMASSOTE, Rodrigo Martins. **Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação – Livro I**. São Luís: IPHAN/Superintendência Regional do Maranhão, 2009.

_____. **Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação – Livro 2**. São Luís: IPHAN/Superintendência Regional do Maranhão, 2009.

_____. **Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação – Livro 3**. São Luís: IPHAN/Superintendência Regional do Maranhão, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. Natal: CRESSRN, 2018. 20 p. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>>. Acesso em 15 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1937.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação 2014 -2024: aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. **Referenciais para Formação de Professores.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

_____. Conheça as diferenças entre bens materiais e imateriais. **Portal Governo do Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BAUDRIT, A. A tutoria em diferentes domínios: situação atual e pistas possíveis a explorar. In: SIMÃO, A.; CAETANO, A.; FREIRE, I. (Org.). **Tutoria e Mediação em Educação.** Lisboa: Educa, 2009. p. 11-12.

CALIL, Daniele Xavier. **A educação patrimonial no arquivo histórico Municipal de Santa Maria:** um olhar direcionado aos multiplicadores de ações nas escolas. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas.** São Paulo: EDUSP, 2003.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB: fácil: leitura crítico-compreensiva.** 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. **A genealogia do patrimônio em São Luis:** da Athenas à capital da diversidade. 2009. 155 f. Dissertação (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

CASTRO, Celso. História, cultura e patrimônio documental. In: _____. **Pesquisando em arquivos.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação patrimonial do bairro do Desterro:** estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luis – MA. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLELAND, David I.; IRELAND, Lewis R. **Gerenciamento de Projetos.** 2. ed. São Paulo: Editora Santuário, 2012.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, ano 49, n. 2, abr./jun. 1998

COUTINHO, C. P. **Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal: uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985 – 2000);** monografias em Educação. Braga: Centro de Investigação em Educação; Universidade do Minho, 2005.

CUNHA, I. da. **O bom professor e sua prática.** Campinas: Papirus, 1994.

CUTRIM, KláutenysDellene Guedes. **Patrimônio da Humanidade: a edificação discursiva da cidade de São Luis nas políticas de preservação do Estado.** 2011. 188 f. Dissertação (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

EAGLETON, Terry. **A ideia da cultura.** Tradução: Sandra Castelo Branco. Revisão técnica: Cezar Mortari. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

E-MEC. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados.** [Brasília, DF: MEC], 2017. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FARIA, Paulo M. **Revisão Sistemática de Literatura: contributo para um novo paradigma investigativo. Metodologia e Procedimentos na área das Ciências da Educação. Aplicação prática aos temas desenvolvimento profissional docente e inovação educativa com tecnologias digitais.** Santo Tirso: Whitebooks, 2016.

FERNANDES, Elisângela. David Ausubel e a aprendizagem significativa. **Revista Nova Escola**, 2011. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-a-aprendizagem-significativa>>. Acesso em 07 mai. 2017.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: Iphan, 2014.

FONSECA, Maria Cecilia Londres; **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. IPHAN, 2005.

FORQUIN, Jean-Claude. O currículo entre o relativismo e o universal. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 73, 2000, p. 47-70.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982, cap. XVII.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 79 p.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Jessica Lopes. Patrimônio Material de Alcântara (MA). **Portal Educação**, 2013, p. 1-3. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotelaria/artigos/48651/patrimonio-material-de-alcantara-ma#!1>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&AA, 2001.

HARO, Fernando Ampudia de. et al. **Investigação em Ciências Sociais: guia prático do estudante**. Lisboa: Pactor, 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 30. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População e domicílios: Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Alcântara (MA)**. Brasília, DF: IPHAN, 2018a. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345>>. Acesso em: 18 out. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2018b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 10 out. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Iphan (MA) certifica 90 professores em programa para educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2018c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 10 out. 2018.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HEBMÜLLER, Paulo. A luta dos remanescentes de quilombos em Alcântara (MA). **Brasil de Fato**, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/05/a-luta-dos-remanescentes-de-quilombos-em-alcantara/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

LAJOLO, Marisa. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996. Disponível

em:<<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2061/2030>>. Acesso em: 14 out. 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEAL, E. J. M. **Produção acadêmico científica: a pesquisa e o ensaio**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **O essencial da didática e o trabalho do professor: em busca de novos caminhos**. Goiânia: s.n., 2001. Disponível em: <<http://limaribeiro.net/File/Content/Document/pt-br/didatica-do-ensino-superior-o-essencial-da-didatica.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

LIMA, Antonia Maria Simiema. **Patrimônio cultural de Porto Nacional (TO): uma proposta de educação patrimonial**. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 128 p.

LUNA, S. V. O falso conflito entre as tendências metodológicas. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 21-34.

MAGALHÃES, L. H.; ZANON, E.; BRANCO, P. M. C. **Educação patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: Editora UniFil, 2009. 108 p.

MARCONI, Marinade Andrade; LAKATOS; Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEDEIROS, Mércia Carrera de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2012. p. 293-301.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo:Hucitec, 2004.

MOREIRA, M. A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**: Parte introdutória, parte geral e parte especial. 16. ed., rev., e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**: Manual de referência do patrimônio mundial. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. 163 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283por.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Formação de Professores**: pesquisas, representações e poder. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEREIRA, L. S.; MESQUITA, N. A. S. A Produção Acadêmica sobre WebQuest na Base de dados da CAPES: Aspectos Lúdicos como Caracterização da Ferramenta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL, 1., 2012. **Anais...** Porto Seguro: IFBA, 2012. p. 01-10.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. **O direito ao desenvolvimento cultural e as políticas de proteção ao patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

PFLUEGER, G. **De Tapuitapera a Villa D' Alcântara**: composição urbana e arquitetônica de Alcântara no Maranhão. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005. cap. 1, p. 15-34.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, 1992, p. 200-212.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. O que é tutoria?. **Portal Educação**, 2018. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/o-que-e-tutoria/47714>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas**. Campinas: Papirus, 2005.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. **Patrimônio Contado**: Alcântara, Cultura e Educação – Livro 4. São Luís: IPHAN/Superintendência Regional do Maranhão, 2014.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A história das Comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara, Maranhão**. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha001/cartilha001.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2018

ROLDÃO, M. C. **Estratégias de Ensino. O saber e o agir do professor**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2009.

SANTOS, J. C. F. dos. **Aprendizagem Significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. Formação do(a) professor(a) e pedagogia crítica. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995. p.17-27.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 2000. 90 p.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto; CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de Memória e Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural. In: VIII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., 2011. **Anais eletrônicos...** Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí, 2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/tica_karol1.pdf>. Acesso em: 14 ago.2018.

SILVA, Fabiana Bigão. **Gerenciamento de projetos fora da caixa**: fique com o que é relevante. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

SILVA, Luciana Mendonça da. et al. Reflexões sobre a utilização das tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem da Educação Patrimonial no Brasil. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 22, n. 22, Campinas, out. 2017, p. 1-12.

SILVA, Luciana Mendonça; BOTTENTUIT JÚNIOR, João Batista; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort. Revisão sistemática de literatura de dissertações sobre as relações existentes entre preservação do patrimônio cultural, educação patrimonial e práticas docentes no Brasil. **Revista Querubim**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34, fev. 2018, p. 72-82.

SOUZA, Salete Eduardo de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 1., 2011; JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, 4., 2011; XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, 18., 2011. **Anais eletrônicos...** Maringá, PR: ArqMudi, 2007. (v. 11; Supl.2). Disponível em: <<http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2015-II/slides/Rec%20Didaticos%20-%20MAT%20103%20-%202015-II.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão**: I Projeto de Extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara. São Luis: UFMA, 2010.

VEIGA, I. P. A. **Técnicas de ensino**: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus Editora, 2006.

VICHESSI, Beatriz. O que são objetivo, conteúdo e conceito? **Nova Escola**, 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2755/o-que-sao-objetivo-conteudo-e-conceito>>. Acesso em: 15 out. 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS DOCENTES FORMADOS

1. Qual o seu sexo?

Feminino

Masculino

2. Qual a sua idade?

25-

25-29

30-39

40-49

50-59

60+

3. Há quantos anos você leciona?

3-5

6-10

11-15

16-20

20+

4. Qual a sua formação acadêmica?

Inferior à Educação Superior

Educação Superior– Licenciatura

Educação Superior– Outros Cursos

Especialização (Lato Sensu)

Mestrado (Stricto Sensu)

Doutorado (Stricto Sensu)

5. Qual disciplina você leciona?

História

Geografia

Português

6. Em qual município você leciona?

7. Você participou durante quantos anos do PROFEPMA?

1 ano

2 anos

3anos

4anos

8. O que o motivou a participar do PROFEPMA?

9. Como costumavam ocorrer os momentos de formação continuada?

10. Como você avalia o material didático utilizado durante a formação continuada?

11. Que conteúdos utilizados durante a formação continuada você considerou mais significativos? Por quê?

12. Como você utilizou os conteúdos da formação continuada em sala de aula?

13. Que estratégias de avaliação você utilizou com os alunos?

14. Posteriormente foi feita alguma avaliação das atividades docentes realizadas a partir do PROFEPMA?

15. Após ministrar aulas seguindo orientações do PROFEPMA, você percebeu alguma mudança quanto à percepção e atitudes dos alunos referentes à preservação do patrimônio de Alcântara? Em caso afirmativo, quais?

16. Comente de uma forma geral qual a sua percepção acerca do PROFEPMA, apontando as vantagens do programa e que aspectos quanto ao seu desenvolvimento poderiam ter sido melhorados.

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS DOCENTES FORMADORES

1. Como você foi escolhido(a) para participar do PROFEPMA? Participou de algum processo de seleção? Em caso afirmativo, explique como se deu o processo seletivo para os professores formadores?
2. Qual foi a sua motivação para participar deste programa?
3. Descreva como costumavam acontecer os encontros de formação continuada?
4. As suas aulas para os encontros de formação eram elaboradas a partir de que parâmetros? Como era feito o seu plano de aula?
5. Que conteúdos foram trabalhados durante as formações?
6. Que estratégias de aprendizagem eram desenvolvidas nos encontros de formação continuada? Que atividades educativas eram realizadas? Havia atividades extraclases?
7. Descreva o material didático utilizado durante as formações? Ele foi suficiente?
8. Como os professores que recebiam a capacitação costumavam ser avaliados? Você considera que houve resultados positivos quanto à aprendizagem dos mesmos?
9. Os professores formadores costumavam participar dos momentos de culminância das etapas do PROFEPMA? Você participou de algum?
10. Os professores formadores, em algum momento, participaram da avaliação sistemática dos resultados dos trabalhos dos professores capacitados, realizados com os alunos nas escolas?
11. Comente de uma forma geral qual a sua percepção acerca do PROFEPMA, apontando as vantagens do programa e que aspectos quanto ao seu desenvolvimento poderiam ter sido melhorados.

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS DOCENTES-TUTORES

1. Como você foi escolhido (a) para participar do PROFEPMA? Participou de algum processo seletivo? Em caso afirmativo, explique como se deu o processo de seleção dos tutores?
2. Qual foi a sua motivação para participar deste programa?
3. Comente sobre suas atribuições enquanto tutor (a)? Você precisava entregar relatórios de relatoria à coordenação? Em caso afirmativo, que dados constavam nestes relatórios?
4. Você também participou das formações continuadas com os professores? Em caso afirmativo, como essas formações aconteciam?
5. Como você avalia o material didático utilizado durante as formações?
6. Depois de realizadas as formações continuadas, havia avaliação dos resultados dos trabalhos dos professores capacitados, realizados com os alunos? Como acontecia esta avaliação?
7. Comente de uma forma geral qual a sua percepção acerca do PROFEPMA, apontando as vantagens do programa e que aspectos quanto ao seu desenvolvimento poderiam ter sido melhorados.

**APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICO-
PEDAGÓGICA**

1. Descreva como ocorreram as primeiras reuniões para a realização do planejamento do PROFEPMA e quem participou das mesmas.
2. Da parceria entre IPHAN, UFMA e Prefeitura de Alcântara qual a responsabilidade de cada um dos envolvidos? O CLA teve alguma contribuição também? Explique.
3. Explique como se deu o processo de seleção dos tutores e demais envolvidos no desenvolvimento deste programa. Quais deveriam ser as atribuições de cada um?
4. Como se deu a elaboração do material didático utilizado na formação continuada? Houve algum envolvimento dos docentes e/ou demais profissionais da educação do município de Alcântara na preparação deste material?
5. Descreva como costumavam acontecer os encontros de formação continuada.
6. Depois de concluída a formação continuada, havia avaliação dos resultados dos trabalhos dos professores, realizados com os alunos? Como ocorria esta avaliação?
7. Comente de uma forma geral qual a sua percepção acerca do PROFEPMA, apontando as vantagens do programa e que aspectos quanto ao seu desenvolvimento poderiam ter sido melhorados.

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS DOCENTES FORMADOS

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES**: um estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão no Município de Alcântara. Estudar os impactos do PROFEPMA na realidade alcantareense faz-se importante, pois este programa pode ser pensado como primordial para a disseminação de conhecimentos acerca do patrimônio e de sua preservação, uma vez que capacita os docentes para desenvolverem um trabalho contextualizado e significativo em sala de aula ou fora dela, despertando nos alunos um sentimento de pertencimento da cultura local e também de zelo pela mesma (**justificativa**).

Assim, o **principal objetivo** deste estudo consiste em investigar os impactos do Programa de Formação Continuada para Educação Patrimonial no Estado do Maranhão – PROFEPMA - nas práticas docentes voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma **entrevista semi-estruturada**, durante aproximadamente 30 minutos. A entrevista será gravada para a obtenção de maior fidelidade na transcrição dos dados e os áudios serão apagados após a conclusão da pesquisa. Você foi selecionado(a) (**método de seleção**) pelo critério de amostra por acessibilidade e por saturação, diante do universo de professores que participaram do PROFEPMA, em Alcântara – MA, entre os anos de 2010 e 2014. Os pertencentes a essa amostra são os professores mais acessíveis, uma vez que os qualificados pelo programa em estudo encontram-se espalhados nos municípios de Alcântara e ficaria difícil chegar a todos, em tempo hábil, para a realização desta pesquisa.

Os **procedimentos** adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme **Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde**. Dessa forma, a sua participação não traz complicações legais e os procedimentos utilizados não oferecem riscos à sua imagem e/ou dignidade. Os **riscos** que podem existir referem-se ao caráter subjetivo de interpretação das suas respostas a ser realizada pela pesquisadora. Poderá, também, prejudicar o tempo dedicado às suas atividades docentes e pessoais, uma vez que a participação na entrevista demandará de aproximadamente 30 minutos de tempo e disponibilidade. Outro provável desconforto que pode surgir durante a coleta de dados será o compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais, momento em que pode haver incômodo ao falar. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade.

Os **benefícios** trazidos por esta pesquisa possibilitam a ampliação de debates e discussões acerca dos efeitos de programas de formação continuada docente nas práticas educacionais de preservação do patrimônio cultural. A pesquisa não traz benefícios financeiros para o participante, ou seja, você não receberá nenhuma recompensa ou qualquer tipo de reembolso financeiro por contribuir com informações durante a entrevista, assim como não haverá qualquer tipo de despesa ou desembolso financeiro de sua parte para participar da pesquisa.

Você será esclarecido(a) sobre todos os aspectos que desejar e que estejam relacionados a esta pesquisa e será livre para **desistir de participar** a qualquer momento, **anulando o seu consentimento**. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O **sigilo** quanto a sua participação será mantido e todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão estritamente **confidenciais**, sendo **utilizadas e divulgadas** no espaço universitário, bem como nos meios

científicos, publicações eletrônicas, mas tendo assegurado o **anonimato** nos resultados dos dados obtidos, ou seja, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que resulte deste estudo.

Duas cópias deste termo de consentimento livre serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pela pesquisadora, ficando uma cópia com cada um dos citados. No termo constam os dados pessoais e contatos da pesquisadora principal e de sua orientadora. Assim, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa de sua participação a qualquer momento com a professora orientadora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA - Conceição de Maria Belfort de Carvalho - fone: (98) 991120474, com a pesquisadora principal - Luciana Mendonça da Silva – fone: (98) 98180 7220, aluna do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Mestrado Interdisciplinar da UFMA, ou com a própria entidade responsável UFMA através de seu Comitê de Ética em Pesquisa, uma instância colegiada interdisciplinar e independente, de natureza técnico-científica, consultiva, normativa, deliberativa, e educativa, com autonomia e ação no exercício de suas funções, e destinada a atuar no campo da ética em pesquisa. O Comitê localiza-se na Avenida dos Portugueses 01, CIDADE UNIVERSITÁRIA, São Luís – Maranhão. O seu funcionamento é no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira; o contato telefônico pode ser feito pelo número 3272-8708.

Após os devidos esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento **de forma livre e voluntária** para participar desta pesquisa. Para tanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Diante do que foi exposto acima, declaro que concordo em participar da pesquisa, de forma livre e esclarecida. Declaro ainda que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas e que recebi cópia deste termo de consentimento. Por fim, declaro que autorizo a divulgação dos dados obtidos a partir deste estudo.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS DOCENTES FORMADORES

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES**: um estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão no Município de Alcântara. Estudar os impactos do PROFEPMA na realidade alcantareense faz-se importante, pois este programa pode ser pensado como primordial para a disseminação de conhecimentos acerca do patrimônio e de sua preservação, uma vez que capacita os docentes para desenvolverem um trabalho contextualizado e significativo em sala de aula ou fora dela, despertando nos alunos um sentimento de pertencimento da cultura local e também de zelo pela mesma (**justificativa**).

Assim, o **principal objetivo** deste estudo consiste em investigar os impactos do Programa de Formação Continuada para Educação Patrimonial no Estado do Maranhão – PROFEPMA - nas práticas docentes voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma **entrevista semi-estruturada**, durante aproximadamente 30 minutos. A entrevista será gravada para a obtenção de maior fidelidade na transcrição dos dados e os áudios serão apagados após a conclusão da pesquisa. Você foi selecionado(a) (**método de seleção**) pelo critério de amostra por acessibilidade e por saturação, diante do universo de professores formadores que participaram do PROFEPMA, em Alcântara – MA, entre os anos de 2010 e 2014. Assim, os pertencentes a essa amostra são os professores mais acessíveis, uma vez que nem todos os que participaram do programa em estudo trabalham na UFMA – Campus São Luis e ficaria difícil chegar a todos, em tempo hábil, para a realização desta pesquisa.

Os **procedimentos** adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme **Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde**. Dessa forma, a sua participação não traz complicações legais e os procedimentos utilizados não oferecem riscos à sua imagem e/ou dignidade. Os **riscos** que podem existir referem-se ao caráter subjetivo de interpretação das suas respostas a ser realizada pela pesquisadora. Poderá, também, prejudicar o tempo dedicado às suas atividades docentes e pessoais, uma vez que a participação na entrevista demandará de aproximadamente 30 minutos de tempo e disponibilidade. Outro provável desconforto que pode surgir durante a coleta de dados será o compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais, momento em que pode haver incômodo ao falar. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade.

Os **benefícios** trazidos por esta pesquisa possibilitam a ampliação de debates e discussões acerca dos efeitos de programas de formação continuada docente nas práticas educacionais de preservação do patrimônio cultural. A pesquisa não traz benefícios financeiros para o participante, ou seja, você não receberá nenhuma recompensa ou qualquer tipo de reembolso financeiro por contribuir com informações durante a entrevista, assim como não haverá qualquer tipo de despesa ou desembolso financeiro de sua parte para participar da pesquisa.

Você será esclarecido(a) sobre todos os aspectos que desejar e que estejam relacionados a esta pesquisa e será livre para **desistir de participar** a qualquer momento, **anulando o seu consentimento**. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O **sigilo** quanto a sua participação será mantido e todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão estritamente **confidenciais**, sendo **utilizadas e divulgadas** no espaço universitário, bem como nos meios

científicos, publicações eletrônicas, mas tendo assegurado o **anonimato** nos resultados dos dados obtidos, ou seja, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que resulte deste estudo.

Duas cópias deste termo de consentimento livre serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pela pesquisadora, ficando uma cópia com cada um dos citados. No termo constam os dados pessoais e contatos da pesquisadora principal e de sua orientadora. Assim, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa de sua participação a qualquer momento com a professora orientadora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA - Conceição de Maria Belfort de Carvalho - fone: (98) 991120474, com a pesquisadora principal - Luciana Mendonça da Silva – fone: (98) 98180 7220, aluna do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Mestrado Interdisciplinar da UFMA, ou com a própria entidade responsável UFMA através de seu Comitê de Ética em Pesquisa, uma instância colegiada interdisciplinar e independente, de natureza técnico-científica, consultiva, normativa, deliberativa, e educativa, com autonomia e ação no exercício de suas funções, e destinada a atuar no campo da ética em pesquisa. O Comitê localiza-se na Avenida dos Portugueses 01, CIDADE UNIVERSITÁRIA, São Luís – Maranhão. O seu funcionamento é no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira; o contato telefônico pode ser feito pelo número 3272-8708.

Após os devidos esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento **de forma livre e voluntária** para participar desta pesquisa. Para tanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Diante do que foi exposto acima, declaro que concordo em participar da pesquisa, de forma livre e esclarecida. Declaro ainda que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas e que recebi cópia deste termo de consentimento. Por fim, declaro que autorizo a divulgação dos dados obtidos a partir deste estudo.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DESTINADO AOS DOCENTES-TUTORES

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES**: um estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão no Município de Alcântara. Estudar os impactos do PROFEPMA na realidade alcantareense faz-se importante, pois este programa pode ser pensado como primordial para a disseminação de conhecimentos acerca do patrimônio e de sua preservação, uma vez que capacita os docentes para desenvolverem um trabalho contextualizado e significativo em sala de aula ou fora dela, despertando nos alunos um sentimento de pertencimento da cultura local e também de zelo pela mesma (**justificativa**).

Assim, o **principal objetivo** deste estudo consiste em investigar os impactos do Programa de Formação Continuada para Educação Patrimonial no Estado do Maranhão – PROFEPMA - nas práticas docentes voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma **entrevista semi-estruturada**, durante aproximadamente 30 minutos. A entrevista será gravada para a obtenção de maior fidelidade na transcrição dos dados e os áudios serão apagados após a conclusão da pesquisa. Você foi selecionado(a) (**método de seleção**) pelo critério de amostra por acessibilidade e por saturação, diante do universo de tutores que participaram do PROFEPMA, em Alcântara – MA, entre os anos de 2010 e 2014. Assim, os pertencentes a essa amostra são os tutores mais acessíveis.

Os **procedimentos** adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme **Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde**. Dessa forma, a sua participação não traz complicações legais e os procedimentos utilizados não oferecem riscos à sua imagem e/ou dignidade. Os **riscos** que podem existir referem-se ao caráter subjetivo de interpretação das suas respostas a ser realizada pela pesquisadora. Poderá, também, prejudicar o tempo dedicado às suas atividades docentes e pessoais, uma vez que a participação na entrevista demandará de aproximadamente 30 minutos de tempo e disponibilidade. Outro provável desconforto que pode surgir durante a coleta de dados será o compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais, momento em que pode haver incômodo ao falar. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade.

Os **benefícios** trazidos por esta pesquisa possibilitam a ampliação de debates e discussões acerca dos efeitos de programas de formação continuada docente nas práticas educacionais de preservação do patrimônio cultural. A pesquisa não traz benefícios financeiros para o participante, ou seja, você não receberá nenhuma recompensa ou qualquer tipo de reembolso financeiro por contribuir com informações durante a entrevista, assim como não haverá qualquer tipo de despesa ou desembolso financeiro de sua parte para participar da pesquisa.

Você será esclarecido(a) sobre todos os aspectos que desejar e que estejam relacionados a esta pesquisa e será livre para **desistir de participar** a qualquer momento, **anulando o seu consentimento**. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O **sigilo** quanto a sua participação será mantido e todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão estritamente **confidenciais**, sendo **utilizadas e divulgadas** no espaço universitário, bem como nos meios científicos, publicações eletrônicas, mas tendo assegurado o **anonimato** nos resultados dos

dados obtidos, ou seja, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que resulte deste estudo.

Duas cópias deste termo de consentimento livre serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pela pesquisadora, ficando uma cópia com cada um dos citados. No termo constam os dados pessoais e contatos da pesquisadora principal e de sua orientadora. Assim, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa de sua participação a qualquer momento com a professora orientadora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA - Conceição de Maria Belfort de Carvalho - fone: (98) 991120474, com a pesquisadora principal - Luciana Mendonça da Silva – fone: (98) 98180 7220, aluna do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Mestrado Interdisciplinar da UFMA, ou com a própria entidade responsável UFMA através de seu Comitê de Ética em Pesquisa, uma instância colegiada interdisciplinar e independente, de natureza técnico-científica, consultiva, normativa, deliberativa, e educativa, com autonomia e ação no exercício de suas funções, e destinada a atuar no campo da ética em pesquisa. O Comitê localiza-se na Avenida dos Portugueses 01, CIDADE UNIVERSITÁRIA, São Luís – Maranhão. O seu funcionamento é no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira; o contato telefônico pode ser feito pelo número 3272-8708.

Após os devidos esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento **de forma livre e voluntária** para participar desta pesquisa. Para tanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Diante do que foi exposto acima, declaro que concordo em participar da pesquisa, de forma livre e esclarecida. Declaro ainda que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas e que recebi cópia deste termo de consentimento. Por fim, declaro que autorizo a divulgação dos dados obtidos a partir deste estudo.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

**APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
DESTINADO À EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA**

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DOCENTES**: um estudo sobre o Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão no Município de Alcântara. Estudar os impactos do PROFEPMA na realidade alcantareense faz-se importante, pois este programa pode ser pensado como primordial para a disseminação de conhecimentos acerca do patrimônio e de sua preservação, uma vez que capacita os docentes para desenvolverem um trabalho contextualizado e significativo em sala de aula ou fora dela, despertando nos alunos um sentimento de pertencimento da cultura local e também de zelo pela mesma (**justificativa**).

Assim, o **principal objetivo** deste estudo consiste em investigar os impactos do Programa de Formação Continuada para Educação Patrimonial no Estado do Maranhão – PROFEPMA - nas práticas docentes voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Alcântara.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma **entrevista semi-estruturada**, durante aproximadamente 30 minutos. A entrevista será gravada para a obtenção de maior fidelidade na transcrição dos dados e os áudios serão apagados após a conclusão da pesquisa. Você foi selecionado(a) (**método de seleção**) pelo critério de amostra por acessibilidade e saturação, devido a sua importância enquanto participante da equipe técnico-pedagógica do PROFEPMA e, certamente, por ser detentor(a) de uma riqueza de informações sobre o mesmo.

Os **procedimentos** adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme **Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde**. Dessa forma, a sua participação não traz complicações legais e os procedimentos utilizados não oferecem riscos à sua imagem e/ou dignidade. Os **riscos** que podem existir referem-se ao caráter subjetivo de interpretação das suas respostas a ser realizada pela pesquisadora. Poderá, também, prejudicar o tempo dedicado às suas atividades profissionais e pessoais, uma vez que a participação na entrevista demandará de aproximadamente 30 minutos de tempo e disponibilidade. Outro provável desconforto que pode surgir durante a coleta de dados será o compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais, momento em que pode haver incômodo ao falar. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade.

Os **benefícios** trazidos por esta pesquisa possibilitam a ampliação de debates e discussões acerca dos efeitos de programas de formação continuada docente nas práticas educacionais de preservação do patrimônio cultural. A pesquisa não traz benefícios financeiros para o participante, ou seja, você não receberá nenhuma recompensa ou qualquer tipo de reembolso financeiro por contribuir com informações durante a entrevista, assim como não haverá qualquer tipo de despesa ou desembolso financeiro de sua parte para participar da pesquisa.

Você será esclarecido(a) sobre todos os aspectos que desejar e que estejam relacionados a esta pesquisa e será livre para **desistir de participar** a qualquer momento, **anulando o seu consentimento**. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O **sigilo** quanto a sua participação será mantido e todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão estritamente **confidenciais**, sendo **utilizadas e divulgadas** no espaço universitário, bem como nos meios científicos, publicações eletrônicas, mas tendo assegurado o **anonimato** nos resultados dos

dados obtidos, ou seja, você não será identificado(a) em nenhuma publicação que resulte deste estudo.

Duas cópias deste termo de consentimento livre serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pela pesquisadora, ficando uma cópia com cada um dos citados. No termo constam os dados pessoais e contatos da pesquisadora principal e de sua orientadora. Assim, você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa de sua participação a qualquer momento com a professora orientadora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA - Conceição de Maria Belfort de Carvalho - fone: (98) 991120474, com a pesquisadora principal - Luciana Mendonça da Silva – fone: (98) 98180 7220, aluna do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Mestrado Interdisciplinar da UFMA, ou com a própria entidade responsável UFMA através de seu Comitê de Ética em Pesquisa, uma instância colegiada interdisciplinar e independente, de natureza técnico-científica, consultiva, normativa, deliberativa, e educativa, com autonomia e ação no exercício de suas funções, e destinada a atuar no campo da ética em pesquisa. O Comitê localiza-se na Avenida dos Portugueses 01, CIDADE UNIVERSITÁRIA, São Luís – Maranhão. O seu funcionamento é no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, de segunda a sexta-feira; o contato telefônico pode ser feito pelo número 3272-8708.

Após os devidos esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento **de forma livre e voluntária** para participar desta pesquisa. Para tanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Diante do que foi exposto acima, declaro que concordo em participar da pesquisa, de forma livre e esclarecida. Declaro ainda que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas e que recebi cópia deste termo de consentimento. Por fim, declaro que autorizo a divulgação dos dados obtidos a partir deste estudo.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

ANEXOS

ANEXO A – DISSERTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ANALISADAS

ANEXO										
Nº	Autor	Título	Ano	País	Universidade	Mestrado	Eixo/Área	Repositório/Base	Tipo de Estudo	Instrumentos
1	Vagner Gonçalves da Silva	UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL: proposta de inclusão do patrimônio no currículo do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás.	2007	BR	Universidade Católica de Goiás	Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	Arqueologia	BDTD	Qualitativo	Questionário
2	Antonia Maria Simtenua Lima	PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL (TO): uma proposta de educação patrimonial.	2005	BR	Universidade Católica de Goiás	Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	Antropologia	BDTD	Qualitativo	Entrevista
3	Victor Daniel Cabral Torres	Educação Patrimonial, um elo de paz: transcendendo fronteiras, desenvolvendo comunidades.	2014	BR	Universidade Federal de Santa Maria	Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	Arquitetura e Patrimônio Cultural	BDTD	Qualitativo	Questionário
4	Kátia Cilene Camargo Silva	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Um convite à leitura do patrimônio cultural do município de Anápolis - GO	2007	BR	Universidade Católica de Goiás	Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	Arqueologia	BDTD	Qualitativo	Observação
5	Danièle Xavier Calil	A educação patrimonial no arquivo histórico municipal de Santa Maria: um olhar voltado aos multiplicadores de ações nas escolas	2011	BR	Universidade Federal de Santa Maria	Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	História e Patrimônio Cultural	BDTD	Qualitativo e Quantitativo	Questionário
6	Vera Lúcia Abrantes D'Osvualdo	PATRIMÔNIO CULTURAL: discussões, práticas e reflexões (proposta de reimplantação de um projeto de educação patrimonial na rede municipal de educação)	2008	BR	Universidade Católica de Goiás	Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	Arqueologia	BDTD	Qualitativo	Questionário
7	Illian Narayama Rocha Oliveira	ARTE DO PATRIMÔNIO CAMPINENSE: mediação do ensino de arte por meio de projeto	2017	BR	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Ensino de Artes	Ensino de Artes	BDTD	Qualitativo	Entrevista
8	Cibele Pase Liberalesso	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DA GEOGRAFIA: experiência nas escolas públicas de Santa Maria - RS	2013	BR	Universidade Federal de Santa Maria	Geografia e Geociências	Produção do Espaço e Dinâmica Regional	BDTD	Qualitativo	Entrevista
9	Cristiane Ferreira Fontele	Histórias de vida de professoras que desenvolvem práticas docentes multiculturais	2008	BR	Universidade Federal de São Carlos	Educação	Processos de Ensino e de Aprendizagem	BDTD	Qualitativo	Entrevista
10	Tiago Fonseca dos Santos	O Patrimônio como estruturante das práticas pedagógicas: a(s) metodolgia(s) da educação patrimonial em perspectiva desde a ótica da educação ambiental	2011	BR	Universidade Federal do Rio Grande	Educação Ambiental	Educação	BDTD	Qualitativo	Observação
11	Priscyla Cristinny Santiago da Luz	A TRANSVERSALIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR PATRIMONIAL AMBIENTAL	2010	BR	Universidade Federal do Pará	Educação em Ciências e Matemáticas	Ensino de Ciências	Capes	Qualitativo	Questionário
12	Luiz Rocha da Silva	IMPACTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ	2007	BR	Universidade Federal do Pará	Educação em Ciências e Matemáticas	Ensino de Ciências	Capes	Qualitativo	Observação
13	Camila Serino Lia	EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORES: convite para a reflexão sobre a formação contínua	2012	BR	Universidade Estadual Paulista	Artes	Artes e Educação	RCAAP	Qualitativo	Grupo focal
14	Antonia Maria Simtenua Lima	Patrimônio Cultural de Porto Nacional (TO): uma proposta de educação patrimonial	2005	BR	Universidade Católica de Goiás	Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural	Antropologia	RCAAP	Qualitativo	Observação
15	Tatiana Carrilho Pastornini Torres	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: uma experiência entre o ensino de História e o Patrimônio Cultural em Pedro Osório (RS)	2014	BR	Universidade Federal do Rio Grande	Profissional em História, Pesquisa e Vivências de Ensino-aprendizagem	História, Pesquisa e Vivências de Ensino-aprendizagem	Google	Qualitativo	Observação
16	Flavia Alberta Pacheco Leduc	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SÃO MATEUS DO SUL - PR	2012	BR	Universidade do Contestado	Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento Regional	Google	Qualitativo	Entrevista

ANEXO B – EDITAL DE SELEÇÃO DE TUTORES DO PROFEPMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
ASSESSORIA DE INTERIORIZAÇÃO – ASEI
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NO ESTADO DO MARANHÃO – PROFEPMA
I PROJETO DE EXTENSÃO: Formação Continuada em Educação Patrimonial
no Município de Alcântara

Processo Seletivo de candidatos para Tutoria Pedagógica 2014

A Universidade Federal do Maranhão, por meio da Assessoria de Interiorização- ASEI, torna público o **Processo Seletivo de candidatos para Tutoria Pedagógica 2014** e abre **inscrições** para seleção de candidatos a “**Tutor Pedagógico**”, com vistas ao preenchimento de 03 (três) vagas oferecidas no I Projeto de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara.

1. Das vagas

Serão ofertadas 03 (três) vagas para Tutor Pedagógico para o I Projeto de Formação Continuada em Educação Patrimonial no município de Alcântara, cujos objetivos são planejar e acompanhar as atividades didático pedagógicas em Educação Patrimonial que estão sendo desenvolvidas nas escolas rurais de Alcântara.

2. Do valor da bolsa e Carga Horária de Trabalho

2.1 O candidato aprovado receberá, no ano de 2014, 06 (seis) bolsas no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) mensais, referente a 20 h/a de trabalhos semanais prestados ao I Projeto de Formação Continuada em Educação Patrimonial no município de Alcântara.

3. Dos critérios de participação

- 3.1. Ser professor da Rede Municipal de Ensino de Alcântara e está em exercício na docência ou na gestão escolar;
- 3.2. Ter cursado, no mínimo, uma formação no Projeto de Formação Continuada em Educação Patrimonial;
- 3.3. Ter disponibilidade de um turno de trabalho (matutino ou vespertino)
- 3.4. Ser aprovado no processo seletivo com média igual ou superior a 7,0 (sete);
- 3.5. Assinar termo de compromisso, conforme anexo II deste processo seletivo, comprometendo-se em não abandonar o curso de formação a partir do

momento da assinatura do termo.

4. Local de Inscrição:

- 4.1. Escritório do IPHAN/Alcântara

5. Cronograma do Processo Seletivo

► **Período: 13 a 31/01/2014**

► **Data da Prova Escrita: 14/02/2014**

► **Horário: 8h as 12h**

► **Resultado Final: 28/02/2014**

6. Conteúdo da Prova:

6.1. Planejamento Pedagógico – a ser realizada em 2 etapas:

6.1.1. 1ª etapa: Prova dissertativa – 8h as 10h (sobre um dos temas abaixo discriminados)

6.1.2. 2ª etapa: Elaboração de um Plano de Aula – referente ao conteúdo de um texto que será entregue, ao candidato, na hora da prova. (10h as 12h)

6.1.3. TEMAS PARA A PROVA DISSERTATIVA:

- a) A importância do planejamento pedagógico para desenvolvimento das atividades em Educação Patrimonial;
- b) Educação Patrimonial e planejamento pedagógico: limites e possibilidades da prática pedagógica;
- c) Educação Patrimonial e organização do trabalho escolar: desafios do planejamento pedagógico;
- d) Educação Patrimonial: interdisciplinaridade a partir do planejamento pedagógico.

Prof.ª Ms. Raimunda Ramos Marinho
Assessora de Interiorização

ANEXO C – ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DO PROFEPMA



PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ESTADO DO MARANHÃO - PROFEPMA

I Projeto de Extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara

FILHOS DE ALCÂNTARA: nossos filhos, herdeiros de nossas tradições



Tutoras Pedagógicas:

Coordenadora Técnica Pedagógica
Coordenadora Geral
Assessora Pedagógica

INTRODUÇÃO:

Alcântara é uma cidade cheia de encantos, belezas naturais, materiais e imateriais, sem falar nos casarões e toda sua arquitetura colonial. Seu povo acolhedor, herdeiro de todas as tradições culturais levou esta cidade a ser reconhecida como Patrimônio Cultural da humanidade. Com a chegada do Projeto de Extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara, hoje existem duas Alcântaras, uma do passado com toda sua história guardada em Museus e divulgada apenas pelos guias turísticos e a outra vivenciada nas escolas pelos alunos e professores que resgatam e procuram manter viva, no cotidiano escolar: as histórias, lendas, crenças, mitos, danças populares, modo de viver, pensar e conviver.



Tambor de Crioula, Comunidade de São –Assim, Povoado de Cajueiro 1



Dança do Negro, Comunidade de Itamatatua.

METODOLOGIA

Optou-se por pesquisa documental e de campo através de entrevistas com moradores da comunidade buscando coletar informações sobre as tradições locais (origem, como se caracteriza, as músicas, ritmos, instrumentos, indumentárias e danças de cada manifestação cultural)

OBJETIVOS

- Conscientizar os alunos/comunidade que a cultura é um valor social que se materializa pelo sentimento de identidade e pertencimento.
- Possibilitar aos alunos uma participação ativa na cultura popular e na vida cultural da comunidade



Dança do coco (Coquinho), Comunidade de Marudá, Povoado do Peru.



Dança do Xodó de Caixa, Comunidade de Japeú.

CONCLUSÃO: Com a realização deste projeto, foi possível fortalecer as manifestações culturais já existentes (Tambor de Crioula e Dança do Negro), assim como resgatar manifestações culturais já esquecidas nas comunidades de Marudá e Japeú (Dança do Coco e Xodó de Caixa). Sendo assim, contribuimos de forma positiva, com a valorização e preservação de nossa cultura material e imaterial.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Flávia Luz Pessoa de; RAMASSOTE, Rodrigo Martins.
Patrimônio Contado: Alcântara, Cultura e Educação – Livro 3, São Luís: IPHAN, 2012

ANEXO D – FREQUÊNCIA DE PROFESSORES DO PROFEPMA

ORD.	PROFESSOR	CONTROLE DE FREQUÊNCIA - 2013												TOTAL GERAL		(%)								
		Abr.		Mai.		Jun.		Jul.		Ago.		Set.		Out.				Nov.		Dez.				
		P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A			P	A	P	A			
1		5	25	30	0	0	0	0	30	0	0	30	0	0	30	0	0	30	0	30	35	115	16%	53%
2		5	25	0	30	0	0	30	0	0	30	0	0	30	0	0	30	0	30	5	145	2%	67%	
3		30	0	0	30	25	5	0	0	25	5	30	0	0	0	0	0	0	0	110	40	51%	19%	
4		30	0	30	0	30	0	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	150	0	70%	0%	
5		25	5	0	30	20	10	0	0	0	30	15	15	0	0	0	0	0	0	60	90	28%	42%	
6		30	0	30	0	30	0	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	150	0	70%	0%	
7		30	0	30	0	30	0	0	0	20	10	30	0	0	0	0	0	0	0	140	10	65%	5%	
8		25	5	25	5	0	0	0	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	50	100	23%	47%	
9		30	0	30	0	0	0	25	5	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	145	5	67%	2%	
10		30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	150	0	70%	0%	
11		30	0	30	0	30	0	0	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	120	30	56%	14%	
12		30	0	0	30	0	0	0	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	30	120	14%	56%	
13		30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	150	0	70%	0%	
14		20	10	30	0	30	0	30	0	30	0	25	5	0	0	0	0	0	0	135	15	63%	7%	
15		30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	150	0	70%	0%	
16		30	0	0	30	25	5	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	115	35	53%	16%	
17		5	25	30	0	30	0	30	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	65	85	30%	40%	
18		30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	150	0	70%	0%	
19		30	0	30	0	0	0	0	0	20	10	30	0	0	0	0	0	0	0	110	40	51%	19%	
20		5	25	25	5	25	5	0	0	20	10	30	0	0	0	0	0	0	0	105	45	49%	21%	
21		20	10	30	0	25	5	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	135	15	63%	7%	
22		30	0	25	5	30	0	0	0	30	0	30	0	0	0	0	0	0	0	145	5	67%	2%	
23		30	0	0	30	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0	30	120	14%	56%	

**ANEXO E – MODELO DE PLANEJAMENTO DAS AULAS REALIZADO DURANTE O
PROFEPMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
Assessoria de Interiorização - ASEI
Programa de Formação Continuada em Educação Patrimonial no Estado do Maranhão - PROFEPMA
Encontro de Formação de Professor(a)s – Assessoria Pedagógica (03 a 05/07/2013) no município de Alcântara

ATIVIDADE POR NÚCLEO E ESCOLA

A partir das reflexões oportunizadas nos diversos momentos formativos no âmbito do PROFEPMA, elaborem o planejamento didático pedagógico de acordo com o quadro abaixo para as áreas do conhecimento envolvidas no referido Projeto, tendo por base os livros paradigmáticos "Patrimônio contado: Alcântara, cultura e educação" (vols. 1, 2 e 3). Lembrem-se: como estes livros constituem-se um recurso didático, cabe ao(à) professor(a) adaptá-lo à situação e modalidade de ensino a serem desenvolvidas na sua escola.

Muito obrigada e sucesso no trabalho, Equipe PROFEPMA.

OBJETIVOS DA ÁREA DE:	LIVRO/CAPÍTULO:	CONTEÚDOS DE:	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

**ANEXO F – QUANTITATIVO DE PROFESSORES CERTIFICADOS POR ANO
DURANTE O PROFEPMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ESTADO DO MARANHÃO – PROFEPMA
I Projeto de extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara/MA

QUADRO ESTATÍSTICO DOS PROFESSORES FORMANDOS DO PROFEPMA EM ALCÂNTARA DO PERÍODO DE 2010 A 2013

ANO	PROFESSORES						TOTAL		
	MATRICULADOS	CERTIFICADOS	DESISTENTES	VETERANOS	NOVATOS	CURSARAM	CERTIFICARAM	DESISTENTES	
2010/2011	78	78	0						
2012	67	55	12	2010-2012	42	13	25	177	
2013	55	44	11	2012-2013	30	25		23	
2014	60	36	24	2013-2014					

ANEXO G – MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO DURANTE AS FORMAÇÕES CONTINUADAS

A PEDAGOGIA DE PROJETOS EM QUESTÃO¹

LÚCIA HELENA ALVAREZ LEITE²

A discussão sobre Pedagogia de Projetos não é nova. Ela surge no início do século, com John Dewey e outros representantes da chamada "Pedagogia Ativa". Já nessa época, a discussão estava embasada numa concepção de que "educação é um processo de vida e não uma preparação para a vida futura e que a escola deve representar a vida presente — tão real e vital para o aluno como a que ele vive em casa, no bairro ou no pátio" (Dewey, 1897).

Os tempos mudaram, quase um século se passou e a preocupação da relação entre a escola e a realidade sócio-cultural continua ainda atual. A discussão da função social da escola,

do significado das experiências escolares para os que dela participam foi e continua a ser um dos assuntos mais polêmicos entre nós, educadores. As recentes mudanças na conjuntura mundial, com a globalização da economia e a informatização dos meios de comunicação têm trazido uma série de reflexões sobre o papel da escola dentro desse novo modelo de sociedade, desenhado nesse final de século.

É nesse contexto e dentro dessa polêmica que a discussão sobre a Pedagogia de Projetos, hoje, se coloca; o que significa dizer que esta é uma discussão sobre uma determinada concepção e postura pedagógicas e não sobre uma técnica de ensino mais atrativa para os alunos.

Os projetos de trabalho, o espaço escolar e a formação dos alunos

Se perguntarmos a uma série de professores sobre qual o seu objetivo de ensino, sobre o tipo de aluno que gostariam de ajudar a formar, não haverá, com certeza, uma discordância nas respostas. Faz parte de, praticamente todo discurso pedagógico, citar, como objetivos do ensino, a formação de alunos autônomos, conscientes, reflexivos, participativos, cidadãos atuantes, felizes,³ entre outras características similares. Não aparecem, nesse discurso, características como passividade, submissão ou alienação.

No entanto, se formos olhar através das "lentes" do cotidiano escolar, esse discurso não se legitima em uma prática. Vejamos alguns depoimentos de alunos, para melhor clarear essa questão:

"Eu me chamo Guilherme. Tenho 7 anos.

Toda manhã, lá pelas 8h20, passo por um portão e me torno um aluno.

A minha mãe quando me leva à escola, deixa-me à porta. Não tem direito de entrar. Nem pode vir ver nossa cobrança na sala por causa de um cartaz. Ela me disse que está escrito: "Proibido para adultos que não são professores".

1 Texto produzido a partir da palestra realizada no Curso de Diretores da Rede Municipal de Belo Horizonte, promovido pelo CAPE/SMED em dezembro de 1994.

2 Mestre em educação pela FAE-UFMG. Assessora do Projeto Escola Plural. Coordenadora Pedagógica da Escola Baião Vermelho.

3 Características apontadas por cerca de 200 professores, das redes pública e particular, ao ser feita esta pergunta, em cursos sobre Pedagogia de Projetos.

**ANEXO H – CRONOGRAMA DE VISITAS TÉCNICAS DOS TUTORES ÀS ESCOLAS
DURANTE O PROFEPMA**

DATA	COMUNIDADE	ESCOLA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
06/11/2013	Raimundo Su	Governador Newton de Barros Bello	Visita Técnica	
	Mocajituba	U. E. Cidade de Alcântara	Visita Técnica	
07/11/2013	Oititua	Escola Municipal de Caxias	Visita Técnica	
	Arenhengaua	Escola Municipal Dom Pedro II	Visita Técnica	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ESTADO DO MARANHÃO – PROFEPMA
 I Projeto de Extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial no Município de Alcântara - PROFEPMA
CRONOGRAMA de Visitas Técnicas nas Escolas Rurais de Alcântara
 Data: 06 e 07/11/2013

ANEXO I – MODELO DE RELATÓRIO DO TUTOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
NO ESTADO DO MARANHÃO - PROFEPMA
 I Projeto de Extensão: Formação Continuada em Educação Patrimonial Município de Alcântara

ROTEIRO DE RELATÁRIO PARA TUTOR PEDAGÓGICO

1. **Características da Escola** → {
 - Estrutura
 - Recursos {
 - Materiais
 - Humanos

2. **Questões Didático-Pedagógicas Relativas ao PROFEPMA** → {
 - Planejamento mensal – está sendo cumprido?
 - Os livros estão sendo utilizados? De que forma?
 - Acompanhamento das atividades – há resultados? Quais? Como os professores registram os resultados?

3. **Determinantes da Prática Pedagógica** → {
 - Técnico-Pedagógicos → Formação do Professor
 - Políticos {
 - Compromisso político do Professor
 - Questões Políticas Partidárias:
 - Prefeitura
 - Secretaria de Educação

4. **Dificuldades do Tutor Pedagógico** → {
 - Técnico-Pedagógica → Formação Tutor
 - Materiais didático-Pedagógicos
 - Transporte → Dificuldade de Acesso
 - Relações de Trabalho
 - Questões Pedagógicas/Políticas/Partidárias